



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2022

GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, COM O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, por meio de **CONTRATO DE GESTÃO** com **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, que assegure assistência universal e gratuita à população, unicamente para o Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Serviço de Atendimento Domiciliar – **SAD**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

DO EDITAL E SEUS ANEXOS

EDITAL

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

ANEXO TÉCNICO A – IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

ANEXO TÉCNICO B – GESTÃO DO SAD

ANEXO TÉCNICO C – ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO

ANEXO TÉCNICO D – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

ANEXO TÉCNICO E – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANEXO TÉCNICO F – ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO TÉCNICO G - GRADE DE MEDICAMENTOS

ANEXO TÉCNICO H – RELAÇÃO DE PATRIMÔNIO

ANEXO TÉCNICO I – LEI MUNICIPAL Nº 370/2017

ANEXO TÉCNICO J – DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2018

ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO III – Modelo de Atestado de Visita Técnica;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Fato Superveniente;

ANEXO V – Modelo de Declaração de que a Organização Social não possui em sua Diretoria pessoa que participe da Diretoria de outra Fundação Privada ou Associação;

ANEXO VI – Modelo de Declaração de que a Organização Social não possui em seus quadros funcionais, profissionais que tenham ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da estrutura da Administração Pública Municipal nos últimos 12 meses;

ANEXO VII – Modelo de declaração de que a Organização Social não possui em sua Diretoria pessoa que participe da Diretoria de outra Organização Social e de que não é controlada por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra organização social;

ANEXO VIII – Modelo de Declaração de que a Organização Social não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos;

ANEXO IX – Minuta do Termo de Permissão de Uso;

ANEXO X – Minuta do Contrato de Gestão.

EDITAL

1. DA INTRODUÇÃO:

1.1 A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO, consoante o disposto nos artigos 5º, § 2º, da Lei Municipal n.º 370/2011, e 9º do Decreto Municipal n.º 008/2018, torna público que fará realizar o CHAMAMENTO PÚBLICO para firmar Contrato de Gestão com entidade qualificada como Organização Social no âmbito deste Município, tendo por objeto seleção e a contratação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Município de São Gonçalo para atuação no âmbito da saúde, para a GESTÃO, GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), por meio de CONTRATO DE GESTÃO, nos termos da Lei Municipal Nº 370/2011 e de seu Decreto Regulamentador Nº 008/2018, bem como deste instrumento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

1.2 O presente Chamamento Público visa à seleção do melhor programa de trabalho, de acordo com os critérios estabelecidos no presente edital, que deverá estar em conformidade com o Projeto Básico (Anexo I);

1.3 O presente Chamamento Público se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Municipal n.º 370/2011, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 008/2018 e, no que couber, pelas normas da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como pelos preceitos de direito público, pelas disposições deste Edital e de seus anexos, normas que os participantes declaram que conhecem e que a elas se sujeitam incondicional e irrestritamente;

1.4 A participação da Organização Social neste Chamamento Público implica a aceitação integral e irrevogável dos termos, cláusulas, condições e anexos deste instrumento, que integrarão o Contrato de Gestão como se transcritos, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas e legislações aplicáveis. Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase da convocação pública e da execução do Contrato de Gestão;

1.5 As retificações do Edital obrigarão todas as participantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital;

1.6 O Chamamento Público a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público ou anulado, sem que caiba aos participantes qualquer direito à reclamação ou à indenização por estes motivos, de acordo com a principiologia que decorre do artigo 49 da Lei Federal n.º 8.666/93;

1.7 O Edital e seus anexos serão disponibilizados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de São Gonçalo - <http://www.saogoncalo.rj.gov.br>, bem como no endereço da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, localizada à Avenida São Gonçalo, nº100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, telefone (21) 2604-7155, das 9 às 17 horas, podendo os interessados comparecer munidos de pen drive para gravação dos arquivos;

1.7.1 O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site <https://www.pmsg.rj.gov.br/>, e a versão impressa poderá ser adquirida na sede Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo – RJ, mediante a entrega de uma resma de papel A4, que deverá ser apresentada no ato da solicitação;

1.8 Os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 05 (cinco) dias antes da data fixada para entrega das propostas poderão ser solicitados esclarecimentos por escrito à Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 002/FMS/2022, instituída e designada pela Portaria n.º 004/FMS/2022 (publicada no DO em 27/01/2022), devendo ser protocolizada na Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, localizado à Avenida São Gonçalo, nº100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, das 10:00 às 16:30.

1.8.1 Caberá à Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 002/FMS/2022, instituída e designada pela Portaria n.º 004/FMS/2022 (publicada no DO em 27/01/2022), responder aos pedidos de esclarecimentos, no prazo de até 3 (três) dias antes da realização da sessão de recebimento e de abertura de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

envelopes, com a divulgação da resposta pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital.

1.9 Em caso de impugnação do Edital, a mesma poderá ser promovida por qualquer cidadão dentro do prazo legal de até 05 (cinco) dias úteis antes da data estabelecida para apresentação dos envelopes. Caso a impugnação seja apresentada por interessado, este prazo se amplia para até 02 (dois) dias úteis anteriores à data limite de apresentação das propostas. Em todo caso, a impugnação deve ser protocolizada no protocolo da Fundação Municipal de Saúde, localizado à Avenida São Gonçalo, nº100, G2, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, das 10:00 às 16:30. Decairá do direito de impugnar o Edital perante a Administração o Participante que não o fizer tempestivamente.

1.9.1 As Impugnações deverão ser decididas pela Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 002/FMS/2022, instituída e designada pela Portaria n.º 004/FMS/2022 (publicada no DO em 27/01/2022), em até 24 horas, com a divulgação da decisão pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital.

1.10 A Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 002/FMS/2022, instituída e designada pela Portaria 004/FMS/2022 (publicada no DO em 27/01/2022), nas respostas dos esclarecimentos e impugnações, poderá solicitar/pedir apoio técnico, quando necessário, de outros setores/órgãos da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).

1.11 Não serão aceitos esclarecimentos ou impugnações ao Edital encaminhadas por serviço postal, e-mail ou fac-símile.

1.12 O Chamamento Público não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas às impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração nos prazos indicados nos itens 1.8.1 e 1.9.1, a sessão de recebimento e abertura de envelopes será realizada no mesmo horário e local indicados neste Edital, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022.

2. DO OBJETO:

2.1 O objeto do presente Chamamento Público é seleção e a contratação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Município de São Gonçalo para atuação no âmbito da saúde, para a GESTÃO, GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), por meio de CONTRATO DE GESTÃO, nos termos da Lei Municipal Nº 370/2011 e de seu Decreto Regulamentador Nº 008/2018, bem como deste Edital, que assegure assistência universal e gratuita à população (SUS), devidamente descritos, caracterizados e especificados no Anexo I – Projeto Básico, parte integrante deste EDITAL.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

3.1 A fundamentação para a realização do presente Chamamento Público se encontra na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 37, caput, e 199, § 1º, nas Leis n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, e n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal n.º 9.637/98, bem como na Lei municipal n.º 370, de 29 de agosto de 2011, regulamentada pelo Decreto municipal n.º 008 de 2018, e ainda nos regramentos correspondentes às normas do Sistema Único de Saúde - SUS - emanadas do Ministério da Saúde – MS, além das condições fixadas neste Edital e seus Anexos, que poderão ser obtidos na Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, Avenida São Gonçalo, n.º 100, G2, Boa Vista - São Gonçalo/RJ, CEP: 24.466-970, bem como no sítio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, na internet.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

O limite máximo anual de orçamento previsto para realização das atividades e serviços necessários à execução do contrato de gestão é de R\$ 11.014.541,76 (onze milhões, quatorze mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos), conforme Anexo D e E, que correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho: 2351.10.302.2082.2.134;
Natureza da despesa: 3.3.90.39.00;
Fonte: 00 e 21.

5. DA VISITA TÉCNICA:

5.1 As Organizações Sociais interessadas em participarem do Processo de Chamamento Público nº 002/2022, poderão realizar Visitas Técnicas ao Serviço de Atendimento Domiciliar – SAD mediante prévio agendamento, sendo este realizado de forma presencial por intermédio da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo de 2ª a 6ª feira, de 10:00 às 16:00h, sendo responsável pelo agendamento o setor de protocolo da Fundação Municipal de Saúde. A visita técnica será conduzida por servidor designado pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde.

5.2 As visitas técnicas poderão ser realizadas de segunda a sexta-feira, nos horários compreendidos entre 10h00minh à 12h00minh e 13h30minh À 16h00minh, até cinco dias úteis anteriores à data da sessão pública.

5.3 Na ocasião da visita, o representante da Organização Social, deverá estar munido de Procuração, documento pessoal de identificação original e cópia autenticada em serviço notarial, bem como, o comprovante de marcação de visita técnica.

5.4 A visita técnica NÃO É OBRIGATÓRIA, mas tem a finalidade de garantir o pleno conhecimento do local onde os serviços serão prestados, a fim de conferir as condições gerais do imóvel, quanto dos materiais, móveis e demais equipamentos que integrarão o presente contrato de gestão.

5.5 A comprovação da visita técnica será feita através de Atestado de Visita Técnica, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no (ANEXO III – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

5.6 Caso a concorrente não realize a visita técnica, seu representante legal deverá assinar declaração renunciando o direito à visita técnica, e emitir DECLARAÇÃO QUE CONHECEU AS CONDIÇÕES LOCAIS DO OBJETO, indicando expressamente, que tomou conhecimento de todas as informações técnicas referentes ao(s) objeto(s) do Chamamento Público.

5.7 Na ocasião da visita, a Organização Social receberá o Atestado de Visita Técnica (Anexo III) devidamente assinado.

6. DO DIA, DO HORÁRIO E DO LOCAL DE ENTREGA DE ENVELOPES:

6.1 Dia 28 de março de 2022, às 10:00 horas, horário de Brasília, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, estará reunida na sala de reunião da sede da Fundação Municipal de Saúde, localizada à Avenida São Gonçalo, nº 100, Boa Vista – São Gonçalo/RJ, para receber e iniciar a abertura dos envelopes referentes ao presente Chamamento Público;

6.2 No caso da Sessão não poder ser realizada na data estabelecida, será transferida para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022;

6.3 O Presidente da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá suspender a sessão caso seja necessário para a adequada análise da documentação contida nos envelopes, informando verbalmente aos presentes a data de publicação do resultado do julgamento no Diário Oficial, consignando-a em ata.

7. DOS PRAZOS:

7.1 O prazo do Contrato de Gestão será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da data de sua assinatura;

7.2 O prazo do Contrato de Gestão poderá ser prorrogado, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, depois de demonstrada a consecução dos objetivos contratuais e das metas estabelecidas, mediante a aprovação da gestão pela Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) e pela Autoridade Administrativa supervisora e, ainda, a indicação, garantia e aprovação dos recursos orçamentários necessários para as despesas;

7.3 O Contrato de Gestão poderá ser alterado na forma do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, que se aplica subsidiariamente.

8. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS:

8.1 As participantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega das mesmas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

8.2 Decorrido o prazo consignado no subitem anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do contrato de gestão, a Organização Social vencedora ficará liberada de quaisquer compromissos assumidos.

9. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

9.1 Poderão participar do presente Chamamento Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à Saúde, devidamente qualificadas como Organizações Sociais pelo Município de São Gonçalo para atuar na respectiva área, nos termos do Decreto Municipal n.º 008/2018 e suas alterações, mediante a apresentação da publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo do Decreto de qualificação como Organização Social;

9.2 Não serão admitidas neste Chamamento Público as Organizações Sociais suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições da suspensão, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, em ambos os casos, nos níveis federal, estadual ou municipal;

9.3 Não serão admitidas neste Chamamento Público as Organizações Sociais sancionadas na forma dos incisos II e III, do artigo 73, da Lei Federal n.º 13.019/2014;

9.4 Não será permitida a participação de Organizações Sociais que tenham como membro do seu Conselho de Administração:

9.4.1 Cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Subsecretários Municipais e Vereadores (artigo 3º, II, alínea “a”, da Lei Municipal n.º 370/2011);

9.4.2 Servidor público detentor de cargo comissionado ou função gratificada (artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei Municipal n.º 370/2011).

9.5 Não será permitida a participação de Organizações Sociais cujos dirigentes, gerentes, administradores, responsáveis ou componentes do seu quadro técnico tenham participado da elaboração do Projeto Básico como autores ou colaboradores.

9.6 Não será permitida a participação de mais de uma Organização Social sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, bem como de Organização Social que tenha diretor comum a outra Organização Social participante deste Chamamento Público.

9.7 A comprovação de atendimento aos subitens 9.1, 9.5 e 9.6 se dará mediante a apresentação, no momento do credenciamento, fora dos envelopes “A” e “B”, dos seguintes documentos:

9.7.1 Cópia da publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo da Qualificação da Entidade, emitida por intermédio de Decreto Municipal, de Organização Social apta para atuar na área da Saúde;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

9.7.2 Declarações firmadas pelo representante legal da Organização Social, em papel timbrado, de que não possui funcionário que pertença ao 1º e 2º escalão da Administração Pública Municipal (Anexo VI) e de que não possui em sua diretoria pessoa que participe da diretoria de outra Organização Social e de que não é controlada por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra Organização Social (Anexo VII).

10. DA REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO:

10.1 As Organizações Sociais se farão representar nas sessões por apenas um representante legal ou por agente credenciado regularmente constituído;

10.2 Por credencial entende-se:

10.2.1 Procuração passada por instrumento público ou particular, que contenha no mínimo poderes “ad negocia” para manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes à convocação pública em nome da organização social;

10.2.2 Carta de credenciamento devidamente preenchida nos termos do Anexo II do Edital.

10.3 Quando a representação se fizer por intermédio de instrumento particular, obrigatoriamente, terá a firma reconhecida;

10.4 Quando a representação se fizer por instrumento público ou por estatuto, os mesmos poderão ser apresentados em cópia autenticada;

10.5 O representante legal deverá apresentar documento (original ou cópia autenticada) comprobatório de legitimidade para representar a Organização Social (via de regra, o ato constitutivo da Organização Social e da ata de eleição da diretoria vigente, nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações). O agente credenciado deverá apresentar procuração ou carta de credenciamento acompanhado de documento (original ou cópia autenticada) comprobatório de que o outorgante ou de que o signatário da carta possui poderes para tanto;

10.6 O representante legal ou agente credenciado, antes da entrega dos envelopes e da credencial, deverá identificar-se exibindo a carteira de identidade, que deve conter foto, ou outro documento equivalente emitido por órgão público;

10.7 A carta de credenciamento ou a procuração, o ato constitutivo da Organização Social e a ata de eleição, para fins de credenciamento, deverão ser entregues separadamente dos envelopes “A” e “B”, referidos no subitem 11.1

10.8 É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação de mais de uma Organização Social na presente seleção.

10.9 Encerrados os procedimentos descritos nos subitens 10.5, 10.6 e 10.7, iniciados no horário e local previstos na cláusula 6.1, não mais serão admitidos novos proponentes, devendo a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, lavrar na ata o recebimento dos envelopes de programa de trabalho e documentação de habilitação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

10.10 As Organizações Sociais participantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, respeitadas as disposições previstas nas cláusulas 10.5, 10.6 e 10.7, ressalvada à Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, a faculdade de limitar esta representação a 01 (uma) pessoa, se considerar indispensável ao bom andamento das etapas do processo seletivo;

10.11 Caso não seja credenciado representante, a Organização Social não fica impedida de apresentar seu programa de trabalho e os documentos de habilitação em envelopes próprios (envelopes “A” e “B”). Neste caso, a Organização Social ficará impedida de quaisquer manifestações em referência a fatos relacionados com o presente Chamamento Público.

11. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DO PROGRAMA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA:

11.1 Os documentos de habilitação e do programa de trabalho exigidos no presente Edital deverão ser entregues no dia e horário estabelecidos neste instrumento, em 02 (dois) envelopes opacos, indevassáveis, devidamente fechados e rotulados, contendo na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

ENVELOPE A: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CHAMADA PÚBLICA N.º 002/2022.

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

RAZÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

ENVELOPE B: PROGRAMA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CHAMADA PÚBLICA N.º 002/2022.

PROGRAMA DE TRABALHO.

RAZÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

11.2 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá exigir, em qualquer oportunidade, os esclarecimentos complementares que julgar necessários à perfeita compreensão dos documentos e das propostas apresentadas ou a seu exclusivo critério promover diligências.

11.3 Será inabilitada a Organização Social (OS) que deixar de apresentar qualquer um dos documentos acima listados ou apresentá-los vencidos na data de apresentação dos mesmos, ou fora do prazo de validade consentido.

11.4 A Organização Social (OS), na Sessão Pública, poderá se fazer representar por dirigente ou por procurador, conforme Cláusula 10 deste documento.

11.5 Para manter a ordem durante a Sessão Pública, à Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá restringir a quantidade de representantes/procuradores de cada Organização Social (OS) participante, tendo em vista o espaço físico.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

11.5.1 A documentação do “ENVELOPE A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” deverá ser apresentada em original ou em cópia reprográfica, autenticada em ambos os lados (frente e verso, este último se presente alguma anotação), composta dos seguintes documentos:

11.5.2 Da habilitação jurídica:

11.5.2.1 Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor registrado em Cartório, acompanhado de ata de comprovação da eleição da Diretoria e do Conselho de Administração ambos com mandato vigente, registrados em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

11.5.2.1.1 Na hipótese de existir alteração no documento, posteriormente à constituição da Organização Social (OS), os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor, a fim de comprovar que o objeto social e as normas estatutárias estão focadas no objeto do Contrato de Gestão.

11.5.2.2 Cédula de Identidade e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil do representante legal da Organização Social (OS).

11.5.2.3 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, de que a Organização Social (OS) não possui em seu quadro nenhum funcionário que pertença aos 1º e 2º escalões da Administração Pública Municipal, emitida pelo representante legal da Organização Social (OS).

11.5.2.4 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, de que a Organização Social (OS) concorda que a Secretaria Municipal de Controle Interno bem como a Controladoria Interna da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Auditoria Geral, terá amplo e irrestrito acesso à documentação contábil e financeira da Organização Social (OS) como um todo e do Contrato de Gestão.

11.5.2.5 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, que em sua Diretoria não tem pessoas que participem da diretoria de outra Associação ou Fundação Privada.

11.5.2.6 Comprovação de existência legal da Organização Social (OS) há pelo menos 02 (dois) anos, conforme dispõe o artigo 2º, inciso III, do Lei Municipal n.º 370/2011.

11.5.2.7 Comprovação, por meio de alvará vigente, definitivo ou provisório, de que o local da sede da Organização Social (OS) é o mesmo constante no Estatuto Social.

11.5.2.8 Aprovação da celebração do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração da Organização Social (OS).

11.5.2.9 Certidão de Regular Funcionamento emitida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ou do respectivo Ministério Público Estadual onde estiver localizada a sede, no caso de Fundações Privadas.

11.5.2.10 Regimento Interno dispondo, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento e as competências, bem como sua aprovação pelo Conselho de Administração;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

11.5.2.11 Regulamento próprio, pautado nos princípios gerais aplicáveis à Administração Pública, contendo os procedimentos que adotará para as aquisições e a contratação de serviços e obras necessários à execução do Contrato de Gestão, bem como sua aprovação pelo Conselho de Administração;

11.5.3 Da regularidade fiscal e trabalhista:

11.5.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertinente à sua finalidade e compatível com o objeto do Chamamento Público.

11.5.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e / ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Organização Social (OS), pertinente à sua finalidade e compatível com o objeto do Chamamento Público;

11.5.3.3 Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

11.5.3.3.1 A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributos Federais e Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da Organização Social (OS).

11.5.3.3.2 A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Organização Social (OS) será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e certidão da Dívida Ativa estadual ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que a Organização Social (OS), pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual.

11.5.3.3.3 A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Organização Social (OS) será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização Social (OS), pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

11.5.3.4 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS).

11.5.3.5 Cópia do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), se houver.

11.5.3.6 Comprovação de Isenção do INSS (artigo 308 da Instrução Normativa INSS/DC N.º 100 de 18.12.2003), caso a Organização Social (OS) seja isenta.

11.5.3.7 Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, ou Declaração firmada pela Organização Social (OS), na forma do Anexo VIII de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CRFB/88.

11.5.3.7.1 Para as Organizações Sociais (OS) sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a mesma tem sua sede.

11.5.3.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

11.5.4 Da qualificação econômico-financeira:

11.5.4.1 Certidões negativas de falência, insolvência civil e recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelo Distribuidor da sede da Organização Social (OS).

11.5.4.1.1 As Organizações Sociais (OS) sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial ou extrajudicial.

11.5.4.1.2 Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa) dias contados da efetiva pesquisa do cartório em relação à data da realização do Chamamento Público.

11.5.4.2. Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras inerentes ao último exercício social, devendo as mesmas serem apresentadas na forma da Lei, assinada por profissional contábil, com inscrição válida perante o Conselho Regional de Contabilidade, que demonstre e comprove a boa e regular situação financeira da Organização Social, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;.

11.5.4.2.1. O balanço patrimonial quando escriturado em forma NÃO DIGITAL, deverá ser devidamente certificado por profissional contábil, com inscrição válida, perante o Conselho Regional de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário, folha em que ele se acha transcrito devendo apresentar também os termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis, devendo as fotocópias estarem autenticadas.

11.5.4.2.2. As fotocópias do Livro Diário e Razão deverão conter a indicação do seu número, do número de registro no órgão competente e a numeração das folhas onde se encontram os lançamentos que comprovem a sua boa situação financeira.

11.6. O balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de Entrega de Livro Digital”;

11.6.1. A comprovação da boa e regular situação financeira da Organização Social concorrente será efetuada com base no balanço apresentado e deverá, obrigatoriamente, ser formulada, formalizada e apresentada pela proponente em papel timbrado da instituição, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, aferida mediante os índices e fórmulas abaixo especificadas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

11.6.2. Cálculo demonstrativo da liquidez corrente, da liquidez geral e do índice de endividamento, conforme quadro abaixo:

ILC = AC/PC maior ou igual a 1,00

ILG = AC+RLP/PC+PNC **maior ou igual a 1,00**

IE = PC+PNC/AT **menor ou igual a 1,00**

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável a Longo

Prazo;

PNC = Passivo Não

Circulante;

AT = Ativo Total

11.6.3. Deverá o concorrente comprovar que possui capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado (custeio + investimento) da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

11.6.4 Da qualificação técnica:

11.6.4.1 Capacidade técnico-profissional:

11.6.4.1.1 Indicação de profissional técnico habilitado com registro ou inscrição perante o Conselho Regional de Medicina (CRM), responsável técnico da instituição, com vínculo profissional perante a Organização Social (OS).

11.6.4.1.1.1 A comprovação do vínculo profissional com a Organização Social (OS) poderá ser realizada com:

11.6.4.1.1.1.1 Apresentação do Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor, do qual prove que profissional pertence à Diretoria da Organização Social (OS);

11.6.1.1.1.2 Apresentação da CTPS (ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido), no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da Organização Social (OS);

11.6.4.1.1.1.3 Termo de contrato, de natureza privada, que comprove a vinculação entre as partes.

11.6.4.1.1.2 Certidão de Registro e Quitação na entidade profissional competente, referente ao profissional indicado na subcláusula 11.6.4.1.1.

11.6.5 Capacidade técnico-operacional:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

11.6.5.1 Comprovação de aptidão da Organização Social (OS) para desempenho de atividade pertinente com o objeto do Chamamento Público, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

11.6.5.1.1 A informação sobre a reputação ético-profissional da Organização Social (OS) deverá indicar o local, natureza, volume, duração, qualidade e cumprimento dos prazos que permitam avaliar a Organização Social.

11.6.5.2 Certidão vigente do registro da Organização Social (OS) no Conselho Regional de Medicina (CRM) emitida pelo órgão competente da circunscrição do domicílio ou sede da Organização Social (OS).

11.6.5.3 Alvará vigente do domicílio ou da sede da Organização Social (OS), definitivo ou provisório.

11.6.5.3.1 Serão aceitos os meros protocolos dos pedidos de concessão dos alvarás caso sua emissão dependa, exclusivamente, de ato da Administração, ficando os interessados advertidos que se a Organização Social não atender a todos os requisitos que autorizem a concessão dos alvarás, será inabilitada.

11.6.6 Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para efeitos criminais.

11.6.7 Da visita técnica:

11.6.7.1 Comprovante de realização de visita técnica para vistoria da Unidade de Saúde ou declaração da Organização Social (OS) que conheceu as condições locais do objeto, indicando, expressamente, que tomou conhecimento de todas as informações técnicas referentes ao(s) objeto(s) do Chamamento Público, observando o disposto na Cláusula 5 - "DA VISITA TÉCNICA", do Edital.

11.6.7.1.2 Na ocasião da visita, a Organização Social (OS) receberá o Atestado de Visita Técnica (Anexo III) devidamente assinado.

11.6.8 Dos demais documentos exigidos:

11.6.8.1 Declaração da candidata de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CRFB/88.

11.7 O ENVELOPE "B" (Programa de Trabalho e Proposta Financeira) deverá ser apresentado conforme definido no Anexo F (Roteiro para Elaboração do Programa de Trabalho e Proposta Financeira) do Projeto Básico – Anexo I, em meio eletrônico/digital e em uma via impressa. A via impressa deve ser encabeçada por índice relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram e apresentada em 01 (uma) via, em papel timbrado da Organização Social (inclusive, se



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

for o caso, os formulários a serem anexados), numerada, sem emendas ou rasuras, na forma de original, com assinatura e identificação do representante legal da Entidade ou aquele com poderes para realizar atos jurídicos na última página, com rubrica em todas as páginas e comprovação de sua aprovação pelo Conselho de Administração da Organização Social, sob pena de desclassificação. Deve conter ainda identificação do(s) responsável(eis) pela elaboração da Proposta (coordenador, assistente de coordenação e demais membros da equipe) e obedecer à ordem descrita no Projeto Básico.

11.7.1 Não serão aceitos programas de trabalho encaminhados por e-mail ou pelo correio e os programas de trabalho entregues em meio eletrônico/digital não substituem a versão impressa;

11.7.2 É obrigatória a utilização dos modelos de formulários apresentados como anexos, assim como é obrigatório o preenchimento de todos eles, sob pena de desclassificação do programa de trabalho;

11.7.3 A desconformidade aos padrões e documentações exigidas por este Edital incorrerá na desclassificação do programa de trabalho apresentado. É imprescindível a apresentação de todos os itens previstos no Anexo I - Projeto Básico, na sequência estabelecida e com a devida identificação;

11.7.4 A planilha de custos proposta pela instituição deverá ser inserida no envelope "B" seguindo o modelo previsto no Projeto Básico;

11.7.5 Na formulação do programa de trabalho, as Organizações Sociais deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, especialmente os de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e securitária (quadros de pessoal), bem como os gastos com o cumprimento das normas pertinentes à saúde, segurança e medicina do trabalho;

11.7.6 Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições do programa de trabalho ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes referenciados;

11.7.7 Deverá ser incluída no envelope "B" a comprovação da existência, no quadro de pessoal da Organização Social, de pelo menos 3 (três) profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação, mediante a apresentação de curriculum vitae contendo os seguintes dados:

11.7.7.1 Nome completo;

11.7.7.2 Formação e titulações acadêmicas/profissionais e data de conclusão dos cursos;

11.7.7.3 Instituições em que prestou serviços na área de atuação, informando datas de início e término dos vínculos;

11.7.7.4 Projetos, programas e planos de ação em que participou na área de atuação da qualificação requerida, informando a função desempenhada, instituição responsável, data de início e de conclusão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

11.7.8 Deverão ser apresentados documentos que comprovem o previsto no subitem anterior em original ou cópia autenticada;

11.7.9 Deverão ser apresentados, ainda, todos os documentos e atestados, previstos no Anexo I - Projeto Básico, que comprovem a experiência técnica da Organização Social proponente;

11.7.10 Para a elaboração dos programas de trabalho, as Organizações Sociais participantes deverão conhecer todos os elementos informativos fornecidos pela Fundação Municipal de Saúde, além de, a seu critério, acessar as fontes adicionais de informação disponíveis, tendo em vista o completo conhecimento do objeto, em prol da apresentação do programa de trabalho adequado aos propósitos deste Chamamento Público;

11.7.11 A Proposta Financeira deverá ser detalhada, apontando o volume dos recursos financeiros alocados para custeio de cada tipo de despesa, ao longo de cada mês do Contrato de Gestão, conforme modelo do Anexo D deste edital;

11.7.12 Na hipótese da Entidade participante possuir o CEBAS, ou seja, sendo Organização Social que goze da imunidade tributária prevista no artigo 195, § 7º, da Constituição Federal de 1988, esta deverá também apresentar junto à Proposta Econômica o comprovante de certificação CEBAS atualizado ou declaração expedida pelo respectivo Ministério que contenha prazo de validade de fruição da referida imunidade;

11.7.12.1 A Organização Social participante portadora do CEBAS deverá aplicar os percentuais oriundos dos seus benefícios fiscais em forma de desconto sobre o valor da Proposta Financeira que irá basear a execução do Contrato de Gestão objeto do presente Chamamento Público.

11.7.13 Fica limitado em até 6% (seis por cento) do valor global do Contrato de Gestão a apresentação das despesas denominadas como Gerenciais e Administrativas, contidas no Anexo E - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO E METAS FÍSICAS, letra D.

11.8 Da forma de apresentação da documentação de habilitação e do programa de trabalho e proposta financeira:

11.8.1 Os documentos exigidos no ENVELOPE "A" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da Organização Social, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, solicitar ao representante da Organização Social, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que, durante a sessão de abertura do envelope "B", sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a recusa do mesmo em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da Organização Social;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

11.8.2 Os documentos do ENVELOPE “B” – PROGRAMA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA – serão apresentados na forma prescrita no Anexo I, sendo elaborados pela Organização Social, assinados pelo seu representante legal. O custo apresentado pela Organização Social para execução do contrato de gestão deverá ser expresso em algarismos e por extenso, sem rasuras ou entrelinhas, prevalecendo, em caso de discrepância, o valor por extenso.

11.8.2.1 O programa de trabalho deverá ser apresentado em documento original e também em meio magnético ou digital (pen drive, DVD-ROM, CD-ROM etc.), prevalecendo, em caso de discrepância, o consignado em documento original.

11.8.3 As Organizações Sociais arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas e dos documentos de habilitação. A Fundação Municipal de Saúde, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos no Chamamento Público ou os seus resultados.

11.8.4 As solicitações de autenticação dirigidas exclusivamente aos integrantes da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, deverão ser requeridas antes do início da sessão de abertura dos envelopes, preferencialmente com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data marcada para abertura da sessão de abertura dos envelopes.

11.8.5 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá verificar a autenticidade dos documentos apresentados, por quaisquer meios disponíveis, inclusive via web, podendo suspender a sessão para a realização da aludida diligência.

11.8.6 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá, em qualquer fase do Chamamento Público, promover as diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

11.8.7 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá sanear eventuais omissões ou falhas puramente formais observadas na documentação de habilitação e no programa de trabalho, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da Chamamento Público.

11.8.8 Os certificados, declarações, registros e certidões que não tenham prazo de validade declarado no próprio documento ou na legislação específica, deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias antes da data da sessão de abertura de envelopes.

11.8.9 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

11.8.10 Após a data e horário estabelecidos para a entrega dos invólucros, nenhum envelope poderá ser recebido.

11.8.10.1 Em hipótese alguma será concedido prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos envelopes “A” e “B”. No entanto, a seu exclusivo critério,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá solicitar informações e/ou esclarecimentos complementares que julgar necessários, desde que não prejudique as demais Organizações Sociais (OS) participantes do Chamamento Público.

11.8.11 Será DESCLASSIFICADA a Organização Social (OS) cuja proposta de trabalho não atenda às especificações técnicas constantes nos anexos deste instrumento.

11.8.12 Serão lavradas Atas Circunstanciadas das sessões de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e das propostas de projetos.

11.8.12.1 Não será levado em consideração nenhum outro documento anexado além daqueles indicados no Chamamento Público, e não será permitida a realização de alteração no modelo da proposta de trabalho, devendo ser preenchidos todos os seus respectivos campos, rubricadas todas as folhas e assinada ao final.

11.8.13 Qualquer proposta em desacordo com as exigências deste instrumento será desclassificada.

11.9.1 Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições do programa de trabalho ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes “A” e “B”;

11.9.2 As Organizações Sociais arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas e dos documentos de habilitação. A Fundação Municipal de Saúde, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos no Chamamento Público ou os seus resultados;

11.9.3 As solicitações de autenticação dirigidas exclusivamente aos integrantes da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, deverão ser requeridas antes do início da sessão de abertura dos envelopes, preferencialmente com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data marcada para abertura da sessão de abertura dos envelopes;

11.9.4 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá verificar a autenticidade dos documentos apresentados, por quaisquer meios disponíveis, inclusive via web, podendo suspender a sessão para a realização da aludida diligência.

11.9.5 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá, em qualquer fase do Chamamento Público, promover as diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

11.9.6 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá sanear eventuais omissões ou falhas puramente formais observadas na documentação de habilitação e no programa de trabalho, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do Chamamento Público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

11.9.7 Os certificados, declarações, registros e certidões que não tenham prazo de validade declarado no próprio documento ou na legislação específica, deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias antes da data da sessão de abertura de envelopes.

11.9.8 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

12. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO:

12.1 No dia e hora definidos da cláusula 6.1, reunida a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, serão credenciados os representantes das Organizações Sociais e entregues os documentos mencionados na cláusula 11.1.

12.1.1 A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a Organização Social participante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela Organização Social nas sessões públicas relacionadas ao presente Chamamento.

12.2 Após o credenciamento, serão recebidos os Envelopes “A” e “B” pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, nos termos da cláusula 11 deste edital;

12.3 Após a recepção dos envelopes “A” e “B”, na presença dos representantes das Organizações Sociais e dos demais interessados presentes ao ato público, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, dará início à abertura dos envelopes, momento em que não mais se aceitará documentação ou proposta de outras Entidades;

12.3.1 Após a entrega dos envelopes “A” e “B” não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022.

12.4 Os envelopes “A” e “B” serão abertos e todos os seus documentos serão rubricados pelos representantes presentes na sessão;

12.5 A análise dos documentos constantes nos envelopes “A” e “B” será feita pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, em reunião reservada;

12.5.1 Para essa análise a Comissão poderá recorrer a assessoramento técnico, jurídico e econômico, quando achar necessário.

12.6 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, divulgará a classificação dos programas de trabalho, após serem analisados e pontuados na forma da cláusula 13.2, pelo mesmo modo da divulgação do Edital.

12.7 Os envelopes “A” e “B” das Organizações Sociais ficarão em poder da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, até a assinatura do Contrato de Gestão pela Organização Social vencedora do Chamamento, momento em que sua



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

retirada pelos representantes credenciados será permitida. Caso tais documentos não sejam retirados até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do Contrato de Gestão no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, serão destruídos;

12.8 Será declarada vencedora a Organização Social que obtiver maior pontuação em seu programa de trabalho e cumprir os requisitos de habilitação conforme prescrito no presente edital;

12.9 Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo todos os atos praticados na sessão de recebimento e de abertura de envelopes, dentre os quais o registro dos representantes credenciados, devendo ser rubricados e assinados pelos membros da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, e pelos representantes das Organizações Sociais participantes do Chamamento Público que estiverem presentes ao ato;

12.10 O resultado do julgamento declarando a Organização Social vencedora do Chamamento Público será proferido no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento das Propostas. A comunicação do resultado da seleção será divulgada no Diário Oficial Municipal, iniciando-se a partir da data da publicação o prazo de 05 (cinco) dias corridos para a interposição de recursos, independentemente de nova comunicação aos interessados. Transcorrido o prazo acima sem apresentação de recursos, ou após o julgamento de eventual recurso, o resultado será submetido à autoridade máxima da FMS para celebração do contrato;

13. DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS DE JULGAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

13.1 Cada um dos membros da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, lançará nota em relação a cada um dos critérios objetivos definidos na cláusula 13.2, sendo a nota final, a média aritmética das notas atribuídas por cada um dos membros;

13.1.1 A soma dos critérios objetivos definidos na cláusula 13.2 deverá alcançar a nota 10 (dez).

13.2. O julgamento dos programas de trabalho levará em conta os critérios objetivos descritos na Tabela abaixo e conforme Anexo Técnico F do Projeto Básico:

CRITÉRIO	ITENS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POSSÍVEL
F1. ATIVIDADE. Adequação da proposta de atividade Assistência à Capacidade Operacional das Unidades.	1.1. Organização da atividade	1.1) 21 PONTOS
	1.2. Incrementos de atividade.	1.2) 4 PONTOS
	Total: 25 pontos (PESO 3)	
F2. QUALIDADE. Adequação das atividades propostas referentes à QUALIDADE da assistência prestada	2.1 Ações voltadas à Qualidade Objetiva – Comissões	2.1) 10 PONTOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

	2.2. Ações voltadas à Qualidade Subjetiva, relacionadas à satisfação dos pacientes e/ou acompanhantes	2.2) 15 PONTOS
	Total: 25 pontos (PESO 3)	
F3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. Adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados presumidos.	3.1. Experiência anterior	3.1) 10 PONTOS
	3.2. Estrutura diretiva da Unidade	3.2) 4 PONTOS
	3.3. Organização de serviços médicos assistenciais e de enfermagem	3.3) 10 PONTOS
	3.4. Organização de serviços administrativos, financeiros e gerais.	3.4) 12 PONTOS
	3.5. Ciência e Tecnologia	3.5) 7 PONTOS
	3.6. Organização dos Recursos Humanos.	3.6) 3 PONTOS
	3.7. Prazos propostos para implantação e pleno funcionamento dos serviços.	3.7) 4 PONTOS
	Total: 50 pontos (PESO 3)	
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL:		100 PONTOS

13.3 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, desclassificará:

13.3.1 As propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital e seus anexos;

13.3.2 As propostas com preço excessivo, consideradas como tais as que excederem o valor do orçamento estimado na cláusula 4.1 do Edital;

13.3.3 As propostas manifestamente inexequíveis;

13.3.3.1 Consideram-se manifestamente inexequíveis os programas de trabalho cujos valores sejam inferiores a 10% (dez por cento) da estimativa oficial, ressalvada à participante desclassificada, em prazo razoável estipulado pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, a possibilidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta por meio de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do Contrato de Gestão, em atenção as metas previstas no mesmo.

13.3.4 As propostas que não atingirem a pontuação total mínima de 50 (cinquenta) pontos e que não alcancem o mínimo de 50 % (cinquenta por cento) do total possível em cada um dos CRITÉRIOS (1 – Atividade; 2 – Qualidade; e 3 – Qualificação Técnica).

13.4 Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá fixar o prazo de até 5 (cinco) dias



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

úteis para que as Organizações Sociais participantes apresentem novas propostas contendo programas de trabalho e respectiva documentação;

13.5 Até a assinatura do Contrato de Gestão, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá desclassificar propostas das Organizações Sociais participantes, por meio de decisão motivada, se tiver ciência de circunstância, anterior ou posterior ao julgamento das propostas, que configure desrespeitos aos termos deste edital, respeitado o contraditório;

13.5.1 A desclassificação mencionada na cláusula 13.5 não ensejará direito à indenização ou ao ressarcimento de eventuais despesas e ocorrerá sem prejuízo de aplicação das sanções eventualmente cabíveis.

13.6 Havendo empate, será vencedora a Organização Social que apresentar maior pontuação no critério F1 ITEM ATIVIDADE (somatório do item 1.1 e 1.2). Persistindo o empate, considerar-se-á vencedora a Organização Social que tiver obtido maior pontuação no critério F 3. ITEM TÉCNICA (somatório dos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7);

13.6.1 No caso de os critérios estabelecidos na cláusula 13.6 não serem suficientes para resolver a situação de empate entre duas ou mais propostas, o desempate se dará através de sorteio promovido na sessão.

14. DOS RECURSOS:

14.1 Ao final do Chamamento Público e, declarada a vencedora do procedimento por intermédio de publicação em Diário Oficial do Município de São Gonçalo, qualquer participante poderá manifestar imediatamente e motivadamente a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentar por escrito suas razões recursais, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para, se desejarem, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo assegurada a vista imediata dos autos do Chamamento Público aos interessados.

14.2 A não apresentação das razões recursais escritas acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões orais.

14.2.1 Não serão aceitas razões recursais escritas encaminhadas por serviço postal, correio eletrônico ou fax, sendo para todos os fins consideradas como não apresentadas.

14.2.2 As razões recursais escritas deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, e entregues no protocolo da sede da Fundação Municipal de Saúde, das 09 às 17 horas.

14.3 A falta de manifestação imediata e motivada da Organização Social quanto à sua intenção recursal acarretará a decadência do direito de recorrer;

14.4 Recebido o recurso, o Presidente da Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 3 (três) dias,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ou, então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão;

14.5 O provimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

15. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

15.1 Uma vez homologado o resultado do Chamamento Público e promovidos os atos administrativos pertinentes à “adjudicação”, a Organização Social vendedora, dentro do prazo de validade de sua proposta, deverá atender à convocação da Fundação Municipal de Saúde para a assinatura do Contrato de Gestão, em 02 (dois) dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo ou de comunicação formal;

15.2 Deixando a Organização Social vendedora de assinar o Contrato de Gestão no prazo fixado na cláusula 15.1, poderá a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, convocar as demais participantes, por ordem de classificação, até a constatação de Organização Social que atenda ao edital, sendo declarada vencedora;

15.3 No momento da assinatura do Contrato de Gestão, a Organização Social vencedora deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Chamamento Público, por meio de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, conforme modelo Anexo IV.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 A recusa da Organização Social vencedora em assinar o contrato de gestão dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 16.3.

16.2 Sem prejuízo de eventuais responsabilizações cíveis e criminais, a Organização Social participante deste Chamamento Público que, de qualquer forma, praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do Chamamento, sujeita-se às penalidades previstas no subitem 16.3.

16.3 Pelo descumprimento total ou parcial de obrigação assumida no programa de trabalho e no Contrato de Gestão, a Fundação Municipal de Saúde poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções previstas no artigo 87 combinado com o artigo 116 da Lei Federal n.º 8.666/1993, garantida prévia defesa:

16.3.1 Advertência;

16.3.2 Multa de mora no valor de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato de Gestão ou, se for o caso, do saldo não atendido do Contrato de Gestão.

16.3.3 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato de Gestão ou do saldo não atendido do Contrato de Gestão, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da Organização Social.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

16.3.4 Suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

16.3.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.3.6 Perda de qualificação como Organização Social no âmbito do Município de São Gonçalo.

16.4 As sanções previstas nos subitens 16.3.1, 16.3.4, 16.3.5 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nos subitens 16.3.2, 16.3.3 e 16.3.6 e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato de Gestão, garantida defesa prévia ao interessado.

16.5 As multas previstas nos subitens 16.3.2 e 16.3.3 não possuem caráter compensatório, e, assim, o seu pagamento não eximirá a organização social da responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.6 As multas aplicadas poderão ser compensadas com repasses devidos à Organização Social mediante requerimento expresso nesse sentido.

16.7 As sanções estabelecidas nos subitens 16.3.4 e 16.3.5 são da competência do Presidente Fundação Municipal de Saúde e a estabelecida no subitem 16.3.6 é de competência da Comissão Qualificadora de Organizações Sociais.

16.8 A sanção prevista no subitem 16.3.5 poderá também ser aplicada às Organizações Sociais que, em processos seletivos ou negócios jurídicos administrativos firmados com a Administração Pública direta ou indireta de qualquer nível federativo, tenham:

16.8.1 Sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

16.8.2 Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

17. DO FORO:

17.1 Fica eleito o foro Central da Comarca de São Gonçalo do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto desta convocação pública e da adjudicação dela decorrente.

18. DA REPACTUAÇÃO:

18.1 Por ocasião da prorrogação ou alteração na forma das cláusulas 7.2 e 7.3, em havendo interesse público que justifique o aumento do custo nominal do Contrato de Gestão e dotação orçamentária específica para esse fim, os repasses financeiros para consecução dos objetivos do Contrato de Gestão poderão ser revistos, observados os seguintes fatores:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

18.1.1 No caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto do contrato de gestão, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;

18.1.2 Em relação aos demais custos e despesas previstos no Contrato de Gestão, será observado como limite para revisão a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - Especial (IPCA-E) do IBGE.

18.2 Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos no programa de trabalho exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva;

18.3 Em qualquer hipótese de reajuste previsto no subitem 18.1, o pleito deverá ser apresentado por meio de planilha analítica, sendo submetida à análise da Fundação Municipal de Saúde.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1 Todos os prazos mencionados neste Edital serão sempre contatos em dias corridos, salvo indicação em contrário, excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade;

19.2 Qualquer alteração de finalidade ou do regime de funcionamento da Organização Social, que implique na mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada, com a devida justificativa, imediatamente, à Fundação Municipal de Saúde e à Comissão de Qualificação de Organização Social, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

19.3 À Adjudicatária caberá inteira responsabilidade por todos os encargos e despesas com salários de empregados, acidentes que possam vir a ser vítimas quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados;

19.4 Fica esclarecido que a Fundação Municipal de Saúde não admitirá qualquer alegação posterior que visa ao ressarcimento de custos não previstos no programa de trabalho e no contrato de gestão, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos fiscais;

19.5 Na execução dos serviços contratados deverão ser observadas, rigorosamente, as especificações preestabelecidas no Projeto Básico e no Programa de Trabalho. Quando necessários, os ensaios, testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais, para a verificação da boa execução do objeto do presente Chamamento Público, correm à conta da participante;

19.6 Integram o presente Edital todas as instruções, observações e restrições contidas nos seus anexos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

PROJETO BÁSICO VISANDO O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, por meio de CONTRATO DE GESTÃO, com pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pelo Município de São Gonçalo como ORGANIZAÇÃO SOCIAL para atuação no âmbito da saúde, que assegure assistência universal e gratuita à população, unicamente para o Sistema Único de Saúde (SUS), no Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD), localizado no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Proponente: Fundação Municipal de Saúde (FMS)

Área responsável pela elaboração do Projeto Básico: Subsecretaria Municipal de Atenção Especializada

1. DO OBJETO:

O presente Projeto Básico objetiva a seleção e a contratação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Município de São Gonçalo para atuação no âmbito da saúde, para a GESTÃO, GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), por meio de CONTRATO DE GESTÃO, nos termos da Lei Municipal Nº 370/2011 e de seu Decreto Regulamentador Nº 008/2018, bem como deste instrumento e do futuro Edital, que assegure assistência universal e gratuita à população (SUS). Assim, será garantida a assistência adequada aos pacientes com referência organizada para os diversos níveis e atenção. O estudo da demanda da região e a oferta dos relevantes serviços assistenciais oferecidos pelas unidades demonstra a necessidade de manutenção dos mesmos através de contrato de gestão com Organização Social. As bases para o planejamento estão relacionadas às necessidades da população, resultando no dimensionamento dos recursos humanos e materiais necessários para sustentar todos os níveis de complexidade das diversas atividades assistenciais a serem desenvolvidas.

1.1. A fundamentação para a realização de um Chamamento Público para a realização de Contrato de Gestão se encontra na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 37, caput, e 199, § 1º, nas Leis n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, e n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal n.º 9.637/98, bem como na Lei municipal n.º 370, de 29 de agosto de 2011, regulamentada pelo Decreto municipal n.º 008 de 2018, e ainda nos regramentos correspondentes às normas do Sistema Único de Saúde - SUS - emanadas do Ministério da Saúde – MS

2. JUSTIFICATIVA

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) representou um símbolo para as políticas públicas de saúde no país. A saúde foi definida como um direito de todos e um dever do Estado, que por sua vez deve garanti-la por meio de políticas sociais e econômicas. O SUS representou um corte em relação ao padrão antecedente,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

que atendia apenas à população atada ao mercado de trabalho formal, excluindo boa parte da sociedade do acesso aos serviços públicos de saúde. A CRFB/88 universalizou o direito à saúde, todos os brasileiros teriam direito de receber assistência estatal, dentro de uma rede regionalizada e hierarquizada.

Em âmbito infraconstitucional temos como principal normativa a Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que define o SUS em seu artigo 4º como “O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).”.

Por sua vez, tanto em âmbito constitucional (artigo 199, §1º, da CRFB/88) como no infraconstitucional (artigos 4º, § 2º, e 24 a 26, da Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990), é permitida a participação de pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, no SUS, mediante contrato ou convênio.

A transferência do gerenciamento de serviços de saúde foi prevista, originalmente, no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, documento referencial da reforma gerencial promovida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, que previa a “publicização” dos serviços não exclusivos de Estado para entidades sem fins lucrativos qualificadas como organizações sociais e que assinassem contrato de gestão com o poder público.

Vale dizer que, tal transferência ocorreu porque, o Estado Brasileiro, como aconteceu com outros Estados, experimentou (desde a década de 90) uma reforma da Administração Pública, acompanhando o movimento da globalização e os imperativos da chamada política neoliberal, em que diante de uma situação de crise chegou-se à constatação da impossibilidade e ineficiência do poder público no cumprimento de todas as competências traçadas pela Constituição Federal Brasileira de 1988, especialmente no atendimento aos serviços públicos sociais (saúde, educação, previdência social, moradia, etc.), o que levou o Estado a buscar novas formas de realizar tais objetivos, reduzindo, por meio de novos instrumentos, seu aparelhamento administrativo, como é o caso da tentativa da presente parceria.

Verificando a falência do Estado Social ou Burocrático, o Estado Brasileiro buscou outro paradigma: O Estado Gerencial. O Estado Gerencial parte do pressuposto de que o Estado também está sujeito às mesmas falhas que acometem o indivíduo e, assim, o Estado pode sucumbir ao clientelismo e à corrupção. O Estado Gerencial valoriza a iniciativa privada. O particular não é visto com desconfiança. Sua participação é salutar, tendo em vista seu know-how e expertise.

A proposta do Estado Gerencial é ser eficiente, nada melhor do que avocar a atuação do agente privado, sabidamente eficiente, para auxiliá-lo a cumprir suas metas. O Estado Gerencial vem com o fito de superar as falhas e os vícios decorrentes do formalismo, a saber, a morosidade pelo excesso de burocracia e a incapacidade de um controle meramente formalístico assegurar resultados ótimos.

Nesta esteira, o Estado Gerencial tem sua atenção focada nos resultados. Ao invés de criar e cumprir cegamente os procedimentos, processos e formas de uma maneira geral, em detrimento do aspecto qualitativo e do retorno social (com implicações econômicas e desenvolvimentistas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

para o país), o Estado Gerencial prefere optar por um modelo que enalteça e privilegie o resultado qualificado.

Nessa toada, a reforma foi conduzida por um Plano Diretor que preconizava estratégias articuladas de fortalecimento das atividades de direção superior da Administração Pública Federal, assim como das demais atividades privativas de Estado; e de desoneração da ação estatal direta no campo das atividades e serviços públicos não privativos, especialmente os de natureza social; e das atividades estatais voltadas para o mercado.

Para o ramo de atividades voltadas para o mercado, o Plano visava à privatização. Para as atividades e serviços não privativos, indicava a publicização da ação pública, ou seja, a absorção dessas atividades e serviços, normalmente voltadas ao provimento de benefícios sociais aos cidadãos, por entidades civis sem fins lucrativos qualificadas pelo Poder Público.

Nesse contexto da Reforma do Estado surgiram as denominadas Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

As Organizações Sociais são um novo tipo de Entidade, disciplinadas na esfera federal pela Lein.º9.637, de 15 de maio de 1998, tendo na esfera desta municipalidade a Lei n.º370, de 29 de agosto de 2011, regulamentada pelo Decreto n.º 008/2018. Estas Entidades atuam na área de ensino, pesquisa científica e tecnológica, proteção do meio ambiente, cultura e saúde.

A estratégia de transferência das atividades estatais “publicizáveis” para o Terceiro Setor, garantido o fomento público, partiu das seguintes premissas:

- a) Reconhecimento do Terceiro Setor como um setor constituído por associações civis sem fins lucrativos que não são de propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e que estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público;
- b) Ao se libertar das obrigações de execução direta de atividades e serviços voltados para o cidadão, o Governo poderia exercer sobre essas atividades um controle estratégico de cobrança dos resultados relacionados aos objetivos das políticas públicas, tendo no contrato de gestão o instrumento de regulação da atuação da OS;
- c) O modelo de OS tornava mais fácil e direto o controle social, visto que previa a participação de representantes dos diversos segmentos representativos da sociedade civil nos conselhos de administração;
- d) O modelo de OS iria favorecer o financiamento, pela sociedade civil (constituidora da OS), das atividades públicas não estatais, especialmente por meio de doações;
- e) Apesar de as organizações sociais, por estarem fora da Administração Pública indireta, gozarem de autonomia administrativa e financeira, seus dirigentes seriam chamados a assumir responsabilidades maiores, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição e na melhoria da eficiência e qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão a um menor custo;

- f) Uma vez qualificada como OS, a entidade civil sem fins lucrativos estaria habilitada a receber recursos financeiros e a administrar bens e equipamentos do Estado, obrigando-se, em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

contrapartida, a cumprir compromissos estabelecidos no contrato de gestão e, inclusive, de alcançar metas de desempenho relacionadas à qualidade e à efetividade dos serviços prestados ao público;

g) A diferença fundamental entre o contrato de gestão e o convênio de transferência de recursos para o setor privado; visto que no contrato de gestão as vinculações mútuas seriam muito mais profundas e permanentes, porque as dotações que seriam transferidas às OS, por força do contrato de gestão, estariam destacadas no orçamento destinado ao seu órgão supervisor, no Orçamento Público da União, cabendo às mesmas um papel central na implementação das políticas sociais do Estado;

h) A direção superior das OS seriam exercidas por um conselho de administração constituído majoritariamente por representantes do Poder Público e da Sociedade garantiriam um modelo de gestão das atividades publicizadas; e

i) O controle da aplicação dos recursos públicos transferidos à OS, por parte do Poder Público, seria realizado dentro do modelo de controle por resultados, tendo como base o cumprimento dos compromissos estabelecidos no contrato de gestão e das metas de desempenho pactuadas com a entidade civil.

Importante ressaltar que tal modelo de gestão passou pelo crivo de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal:

“Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TERCEIRO SETOR. MARCO LEGAL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS. LEI Nº 9.637/98 E NOVA REDAÇÃO, CONFERIDA PELA LEI Nº 9.648/98, AO ART. 24, XXIV, DA LEI Nº 8.666/93. MOLDURA CONSTITUCIONAL DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E SOCIAL. SERVIÇOS PÚBLICOS SOCIAIS. SAÚDE (ART. 199, CAPUT), EDUCAÇÃO (ART. 209, CAPUT), CULTURA (ART.215), DESPORTO E LAZER (ART.217), CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ART. 218) E MEIO AMBIENTE (ART. 225). ATIVIDADES CUJA TITULARIDADE É COMPARTILHADA ENTRE O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE. DISCIPLINA DE INSTRUMENTO DE COLABORAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA. INTERVENÇÃO INDIRETA. ATIVIDADE DE FOMENTO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE RENÚNCIA AOS DEVERES ESTATAIS DE AGIR. MARGEM DE CONFORMAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE ATRIBUÍDA AOS AGENTES POLÍTICOS DEMOCRATICAMENTE ELEITOS. PRINCÍPIOS DA CONSENSUALIDADE E DA PARTICIPAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART.175, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO. EXTINÇÃO PONTUAL DE ENTIDADES PÚBLICAS QUE APENAS CONCRETIZA O NOVO MODELO. INDIFERENÇADO FATOR TEMPORAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DEVER CONSTITUCIONAL DE LICITAÇÃO (CF,ART.37,XXI). PROCEDIMENTO DE QUALIFICAÇÃO QUE CONFIGURA HIPÓTESE DE CREDENCIAMENTO. COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA QUE DEVE SER SUBMETIDA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PUBLICIDADE, MORALIDADE, EFICIÊNCIA E IMPESSOALIDADE, À LUZ DE CRITÉRIOS OBJETIVOS (CF, ART. 37, CAPUT). INEXISTÊNCIA DE PERMISSIVO À ARBITRARIEDADE. CONTRATO DE GESTÃO. NATUREZA DE CONVÊNIO. CELEBRAÇÃO NECESSARIAMENTE SUBMETIDA A PROCEDIMENTO OBJETIVO E IMPESSOAL. CONSTITUCIONALIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO INSTITUÍDA PELA NOVA REDAÇÃO DO ART. 24, XXIV, DA LEI DE LICITAÇÕES E PELO ART. 12, §3º, DA LEI Nº9.637/98. FUNÇÃO REGULATÓRIA DA LICITAÇÃO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE, DA PUBLICIDADE, DA EFICIÊNCIA E DA MOTIVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO PARA OS CONTRATOS CELEBRADOS PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COM TERCEIROS. OBSERVÂNCIA DO NÚCLEO ESSENCIAL DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CF, ART. 37, CAPUT). REGULAMENTO PRÓPRIO PARA CONTRATAÇÕES. INEXISTÊNCIA DE DEVER DE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IMPESSOALIDADE, ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO OBJETIVO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS CEDIDOS. PRESERVAÇÃO DO REGIME REMUNERATÓRIO DA ORIGEM. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PARA O PAGAMENTO DE VERBAS, POR ENTIDADE PRIVADA, A SERVIDORES. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 37, X, E 169, §1º, DA CONSTITUIÇÃO. CONTROLES PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRESERVAÇÃO DO ÂMBITO CONSTITUCIONALMENTE DEFINIDO PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO (CF, ARTS. 70, 71, 74 E 127 E SEGUINTE). INTERFERÊNCIA ESTATAL EM ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS (CF, ART. 5º, XVII E XVIII). CONDICIONAMENTO À ADESAO VOLUNTÁRIA DA ENTIDADE PRIVADA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À CONSTITUIÇÃO. AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME AOS DIPLOMAS IMPUGNADOS.

1. A atuação da Corte Constitucional não pode traduzir forma de engessamento e de cristalização de um determinado modelo pré-concebido de Estado, impedindo que, nos limites constitucionalmente assegurados, as maiorias políticas prevaletentes no jogo democrático pluralista possam pôr em prática seus projetos de governo, moldando o perfil e o instrumental do poder público conforme a vontade coletiva.

2. Os setores de saúde (CF, art. 199, caput), educação (CF, art. 209, caput), cultura (CF, art. 215), desporto e lazer (CF, art. 217), ciência e tecnologia (CF, art. 218) e meio ambiente (CF, art. 225) configuram serviços públicos sociais, em relação aos quais a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Constituição, ao mencionar que 'são deveres do Estado e da Sociedade' e que são 'livres à iniciativa privada', permite a atuação, por direito próprio, dos particulares, sem que para tanto seja necessária a delegação pelo poder público, de forma que não incide, in casu, o art.175, caput, da Constituição.

3. A atuação do poder público no domínio econômico e social pode ser viabilizada por intervenção direta ou indireta, disponibilizando utilidades materiais aos beneficiários, no primeiro caso, ou fazendo uso, no segundo caso, de seu instrumental jurídico para induzir que os particulares executem atividades de interesses públicos através da regulação, com coercitividade, ou através do fomento, pelo uso de incentivos e estímulos a comportamentos voluntários.

4. Em qualquer caso, o cumprimento efetivo dos deveres constitucionais de atuação estará, invariavelmente, submetido ao que a doutrina contemporânea denomina de controle da Administração Pública sob o ângulo do resultado (Diogo de Figueiredo Moreira Neto).

5. O marco legal das Organizações Sociais inclina-se para a atividade de fomento público no domínio dos serviços sociais, entendida tal atividade como a disciplina não coercitiva da conduta dos particulares, cujo desempenho em atividades de interesse público é estimulado por sanções premiais, em observância aos princípios da consensualidade e da participação na Administração Pública.

6. A finalidade de fomento, in casu, é posta em prática pela cessão de recursos, bens e pessoal da Administração Pública para as entidades privadas, após a celebração de contrato de gestão, o que viabilizará o direcionamento, pelo Poder Público, da atuação do particular em consonância com o interesse público, através da inserção de metas e de resultados a serem alcançados, sem que isso configure qualquer forma de renúncia aos deveres constitucionais de atuação.

7. Na essência, preside a execução deste programa de ação institucional a lógica que prevaleceu no jogo democrático, de que a atuação privada pode ser mais eficiente do que a pública em determinados domínios, dada a agilidade e a flexibilidade que marcam o regime de direito privado.

8. Os arts. 18 a 22 da Lei nº 9.637/98 apenas concentram a decisão política, que poderia ser validamente feita no futuro, de afastar a atuação de entidades públicas através da intervenção direta para privilegiar a escolha pela busca dos mesmos fins através da indução e do fomento de atores privados, razão pela qual a extinção das entidades mencionadas nos dispositivos não afronta a Constituição, dada a irrelevância do fator tempo na opção pelo modelo de fomento – se simultaneamente ou após a edição da Lei.

9. O procedimento de qualificação de entidades, na sistemática da Lei, consiste em etapa inicial e embrionária, pelo deferimento do título jurídico de 'organização social', para que Poder Público e particular colaborem na realização de um interesse comum, não se fazendo presente a contraposição de interesses, com feição comutativa e com intuito lucrativo, que consiste no núcleo conceitual da figura do contrato administrativo, o que torna inaplicável o dever constitucional de licitar (CF, art. 37, XXI).

10. A atribuição de título jurídico de legitimação da entidade através da qualificação configura hipótese de credenciamento, no qual não incide a licitação pela própria natureza jurídica do ato, que não é contrato, e pela inexistência de qualquer competição, já que todos os interessados podem alcançar o mesmo objetivo, de modo incluyente, e não excludente.

11. A previsão de competência discricionária no art. 2º, II, da Lei nº 9.637/98 no que pertine à qualificação tem de ser interpretada sob o influxo da principiologia constitucional, em especial dos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF, art. 37, caput). É de se ter por vedada, assim, qualquer forma de arbitrariedade, de modo que o indeferimento do requerimento de qualificação, além de pauta do pela publicidade, transparência e motivação, deve observar critérios objetivos fixados em ato regulamentar expedido em obediência ao art. 20 da Lei nº 9.637/98, concretizando de forma homogênea as diretrizes contidas nos incisos I a III do dispositivo.

12. A figura do contrato de gestão configura hipótese de convênio, por consubstanciar a conjugação de esforços com plena harmonia entre as posições subjetivas, que buscam um negócio verdadeiramente associativo, e não comutativo, para o atingimento de um objetivo comum aos interessados: a realização de serviços de saúde, educação, cultura, desporto e lazer, meio ambiente e ciência e tecnologia, razão pela qual se encontram fora do âmbito de incidência do art. 37, XXI, da CF.

13. Diante, porém, de um cenário de escassez de bens, recursos e servidores públicos, no qual o contrato de gestão firmado com uma entidade privada termina por excluir, por consequência, a mesma pretensão veiculada pelos demais particulares em idêntica situação, todos almejando a posição subjetiva de parceiro privado, impõe-se que o Poder Público conduza a celebração do contrato de gestão por um procedimento público impessoal e pautado por critérios objetivos, por força da incidência direta dos princípios constitucionais da impessoalidade, da publicidade e da eficiência na Administração Pública (CF, art. 37, caput).

14. As dispensas de licitação instituídas no art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93 e no art. 12, §3º, da Lei nº 9.637/98 têm a finalidade que a doutrina contemporânea denomina de função regulatória da licitação, através da qual a licitação passa a ser também vista como mecanismo de indução de determinadas práticas sociais benéficas, fomentando a atuação de organizações sociais que já ostentem, à época da contratação, o título de qualificação, e que por isso sejam reconhecidamente colaboradoras do Poder Público no desempenho dos deveres constitucionais no campo dos serviços sociais. O afastamento do certame licitatório não exime, porém, o administrador público da observância dos princípios constitucionais, de modo que a contratação direta deve observar critérios objetivos e impessoais, com publicidade de forma a permitir o acesso a todos os interessados.

15. As organizações sociais, por integrarem o Terceiro Setor, não fazem parte do conceito constitucional de Administração Pública, razão pela qual não se submetem, em suas contratações com terceiros, ao dever de licitar, o que consistiria em que brada lógica de flexibilidade do setor privado, finalidade por detrás de todo o marco regulatório instituído pela Lei. Por receberem recursos públicos, bens públicos e servidores públicos, porém, seu regime jurídico tem de ser minimamente informado pela incidência do núcleo essencial dos princípios da Administração Pública (CF, art. 37, caput), dentre os quais se destaca o princípio da impessoalidade, de modo que suas contratações devem observar o disposto em regulamento próprio (Lei nº 9.637/98, art. 4º, VIII), fixando regras objetivas e impessoais para o dispêndio de recursos públicos.

16. Os empregados das Organizações Sociais não são servidores públicos, mas sim empregados privados, por isso que sua remuneração não deve ter base em lei (CF, art. 37, X), mas nos contratos de trabalho firmados consensualmente. Por identidade de razões, também não se aplica às Organizações Sociais a exigência de concurso público (CF, art. 37, II), mas a seleção de pessoal, da mesma forma como a contratação de obras e serviços, deve ser posta em prática através de um procedimento objetivo e impessoal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

17. *Inexiste violação aos direitos dos servidores públicos cedidos às organizações sociais, na medida em que preservado o paradigma com o cargo de origem, sendo desnecessária a previsão em lei para que verbas de natureza privada sejam pagas pelas organizações sociais, sob pena de afronta à própria lógica de eficiência e de flexibilidade que inspiraram a criação do novo modelo.*

18. *O âmbito constitucionalmente definido para o controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas da União (CF, arts. 70, 71 e 74) e pelo Ministério Público (CF, arts. 127 e seguintes) não é de qualquer forma restringido pelo art. 4º, caput, da Lei nº 9.637/98, por quanto dirigido à estruturação interna da organização social, e pelo art. 10 do mesmo diploma, na medida em que trata apenas do dever de representação dos responsáveis pela fiscalização, sem mitigar a atuação de ofício dos órgãos constitucionais.*

19. *A previsão de percentual de representantes do poder público no Conselho de Administração das organizações sociais não encerra violação ao art. 5º, XVII e XVIII, da Constituição Federal, uma vez que dependente, para concretizar-se, de adesão voluntária das entidades privadas às regras do marco legal do Terceiro Setor.*

20. *Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido é julgado parcialmente procedente, para conferir interpretação conforme à Constituição à Lei nº 9.637/98 e ao art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93, incluído pela Lei nº 9.648/98, para que: (i) o procedimento de qualificação seja conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e de acordo com parâmetros fixados em abstrato segundo o que prega o art. 20 da Lei nº 9.637/98; (ii) a celebração do contrato de gestão seja conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF; (iii) as hipóteses de dispensa de licitação para contratações (Lei nº 8.666/93, art. 24, XXIV) e outorga de permissão de uso de bem público (Lei nº 9.637/98, art. 12, § 3º) sejam conduzidas de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF; (iv) os contratos a serem celebrados pela Organização Social com terceiros, com recursos públicos, sejam conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade; (v) a seleção de pessoal pelas Organizações Sociais seja conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade; e (vi) para afastar qualquer interpretação que restrinja o controle, pelo Ministério Público e pelo TCU, da aplicação de verbas públicas.” (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI1.923/DF – Distrito Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Relator Ministro Ayres Britto. Relator p/ Acórdão Ministro Luiz Fux. Julgamento em 16/04/2015. Tribunal Pleno. Publicação no DJ em 17/12/2015). (Negritamos e grifamos)*

O Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD) é um programa de natureza pública. A gestão e administração de seus serviços assistenciais, na forma deste Termo de Referência, visando prestação de atenção ao usuário, nos moldes da Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (PNH), com vinculação a metas quantitativas e indicadores de desempenho.

Tal forma de gestão representa uma modernização na administração de serviços de saúde no âmbito do SUS e proporcionará à população assistência completa, integral, qualificada, humana e resolutive. Este resultado ocorrerá a um custo adequado, utilizando modelo gerencial moderno, flexível e transparente que permite, além de alto grau de resolubilidade e satisfação do usuário.

A Secretaria de Saúde de São Gonçalo está reorientando o modelo de gestão e de atenção à saúde, visando atingir novos patamares de prestação dos serviços para proporcionar elevada satisfação ao usuário, associada ao aperfeiçoamento do uso dos recursos públicos.

A introdução de novos mecanismos de gerenciamento dos processos assistenciais faz-se necessária para modernizar a regulação do acesso aos serviços de saúde, fortalecer os mecanismos de controle social, cobrir vazios assistenciais e as relações insatisfatórias entre profissionais e usuários. Tais fatores constituem alvo da Secretaria de Saúde de São Gonçalo, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços, racionalizar e potencializar o uso de novos recursos, compartilhar gestão e investimentos e estabelecer novos mecanismos formais de contratualização, com metas assistenciais.

Outros óbices à administração eficiente, eficaz e efetiva são as dificuldades da aquisição de insumos e medicamentos, além da manutenção e aquisição de equipamentos. A agilização na gerência destes recursos materiais é fundamental para a melhor atenção ao usuário com necessidades urgentes e cruciais de manutenção da vida. Tais dificuldades surgem durante a execução dos processos administrativos. É necessária a busca por novas formas de gestão para que



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

muitos destes processos cursem com maior simplicidade e eficácia, buscando um menor custo para a administração pública.

Organizações Sociais de Saúde, sem fins lucrativos. Este modelo de gestão tem demonstrado, ao longo dos últimos anos, ser apropriado, eficiente, eficaz e efetivo, atendendo favoravelmente aos interesses da sociedade. A reorientação do modelo de gestão e de atenção à saúde, utilizando-se de OSs, foi escolha da SMS, que visa atingir novos patamares de prestação dos serviços para proporcionar elevada satisfação ao usuário, associada ao aperfeiçoamento do uso dos recursos públicos.

Constatou-se que a formalização dos contratos de gestão objeto deste Termo de Referência, atende aos preceitos constitucionais da prestação dos serviços de assistência à saúde e permite que a Administração Pública, dentro da sua obrigação de prestar esses serviços, valha-se de terceiros por ela contratados. Ademais, por prescindir da cobrança de tarifas, o modelo gerencial proposto respeita a obrigação de gratuidade da prestação dos serviços de assistência à saúde, desonerando os usuários de qualquer espécie de pagamento. O modelo gerencial proposto, como forma flexível de administração de gestão, obedecerá aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, observando as políticas públicas voltadas para a regionalização da saúde.

Exercerá um papel de alta relevância no atendimento de sua população-alvo, por se tratar de um Serviço de Atendimento Domiciliar de elevada resolubilidade na desospitalização dos pacientes. Atenderá às normas preconizadas pelo Ministério da Saúde – MS, especialmente as referentes ao atendimento humanizado e integral à saúde. Serão regulados via Central de Regulação Municipal.

3. ENTREGA DA PROPOSTA DE TRABALHO

3.1. A entrega dos envelopes contendo Documentação e Programa de Trabalho ocorrerá no dia 28 de março de 2022, às 10:00hs, na sede da FMS/SEMSADC (sala de reunião), localizada à Avenida São Gonçalo, nº 100, São Gonçalo Shopping, G2, Boa Vista – São Gonçalo

3.2 Em até 05 (cinco) dias antes da data fixada para entrega das propostas poderão ser solicitados esclarecimentos, por escrito, à Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 002 de 2022, instituída e designada pela Portaria n.º 004/FMS/2022 (publicada no D.O.M. em 27/01/2022), devendo ser protocolizada na Fundação Municipal de Saúde, Avenida São Gonçalo, nº 100, São Gonçalo Shopping, G2, Boa Vista – São Gonçalo/RJ, das 09:00 às 16:00.

3.2.1 Os esclarecimentos deverão ser respondidos pela Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 002 de 2022, instituída e designada pela Portaria n.º 004/FMS/2022 (publicada no DO em 27/01/2022), no prazo de até 3 (três) dias, antes da realização da sessão de recebimento e de abertura de envelopes, com a divulgação da resposta pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital.

3.3 Os Interessados poderão formular impugnações ao Edital, em até 3 (três) dias anteriores à abertura da sessão de recebimento e de abertura de envelopes, à Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 002 de 2022, instituída e designada pela Portaria nº 004/FMS/2022 (publicada no DO em 27/01/2022), devendo ser protocolizada na Fundação Municipal de Saúde, Avenida São Gonçalo, nº 100, São



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Gonçalo Shopping, G2, Boa Vista – São Gonçalo/RJ, das 09:00 às 17:00. Decairá do direito de impugnar o Edital perante a Administração o Participante que não o fizer tempestivamente.

3.3.1 As Impugnações deverão ser decididas pela Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 002 de 2022, instituída e designada pela Portaria n.º 004/FMS/2022 (publicada no DO em 27/01/2022), em até 3 (três) dias úteis antes da sessão de recebimento e de abertura de envelopes, com a divulgação da decisão pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital.

3.4 A Comissão Técnica da Fundação Municipal de Saúde de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público FMS n.º 002 de 2022, instituída e designada pela Portaria n.º 004/FMS/2022 (publicada no DO em 27/01/2022), nas respostas dos esclarecimentos e impugnações, poderá solicitar/pedir apoio técnico, quando necessário, de outros setores/órgãos da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).

3.5 Não serão aceitos esclarecimentos ou impugnações ao Edital encaminhadas por serviço postal, e-mail ou fac-símile.

3.6 O Chamamento Público não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas às impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração nos prazos indicados, a sessão de recebimento e abertura de envelopes será realizada no mesmo horário e local indicados neste Edital, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º 005/FMS/2022, publicada no DO no dia 02/02/2022.

3.7 As Organizações Sociais participantes deverão assumir todos os custos associados à elaboração de suas propostas, não cabendo nenhuma indenização pela aquisição dos elementos necessários à organização e apresentação das propostas.

4. DA REPRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

4.1 A Organização Social (OS) poderá se fazer representar por dirigente, por procurador ou pessoa devidamente credenciada, por meio de instrumento público ou particular, escrito e firmado pelo representante legal da mesma, a quem seja outorgado ou conferido amplos poderes de representação em todos os atos e termos do Edital.

4.2 Quando se tratar de dirigente da Organização Social (OS), este deverá apresentar o Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor, registrado em cartório, acompanhado da ata de aprovação da eleição de sua atual diretoria, registrados em Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

4.3 Quando se tratar de representante designado pela Organização Social (OS), o credenciamento deverá ser feito por meio de procuração pública ou particular (esta com firma reconhecida pelo dirigente máximo da Organização), com dados de identificação do representante, devendo constar expressamente poderes de representação em todos os atos e termos do Edital.

4.4 É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica, a representação de mais de 01 (uma) Organização Social (OS) no presente Chamamento Público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

4.5 Ficará impedido de quaisquer manifestações em referência a fatos relacionados com a presente Seleção, o representante da Organização Social participante, que não apresentar o instrumento de representação, ou cuja documentação não atenda às especificações acima citadas.

4.6 Na análise, julgamento e classificação dos Programas de Trabalho apresentados serão observados os critérios definidos no Edital, conforme índices de pontuação expressamente determinados.

5. DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA:

5.1. Deverão ser entregues no dia e horário estabelecidos neste instrumento, em 02 (dois) envelopes distintos, opacos, devidamente fechados e rotulados de Envelope A e Envelope B:

5.2 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º005/FMS/2022, publicada no DO no dia 02/02/2022, poderá exigir, em qualquer oportunidade, os esclarecimentos complementares que julgar necessários à perfeita compreensão dos documentos e das propostas apresentadas ou a seu exclusivo critério promover diligências.

5.3 Será inabilitada a Organização Social (OS) que deixar de apresentar qualquer um dos documentos acima listados ou apresentá-los vencidos na data de apresentação dos mesmos, ou fora do prazo de validade consentido.

5.4 A Organização Social (OS), na Sessão Pública, poderá se fazer representar por dirigente ou por procurador, conforme Cláusula 4.1 deste documento.

5.5 Para manter a ordem durante a Sessão Pública, à Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º005/FMS/2022, publicada no DO no dia 02/02/2022, poderá restringir a quantidade de representantes/procuradores de cada Organização Social (OS) participante, tendo em vista o espaço físico.

5.6 A documentação do “ENVELOPE A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” deverá ser apresentada em original ou em cópia reprográfica, autenticada em ambos os lados (frente e verso, este último se presente alguma anotação), composta dos seguintes documentos:

5.6.1 Da habilitação jurídica:

5.6.1.1 Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor registrado em Cartório, acompanhado de ata de comprovação da eleição da Diretoria e do Conselho de Administração ambos com mandato vigente, registrados em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

5.6.1.1.1 Na hipótese de existir alteração no documento, posteriormente à constituição da Organização Social (OS), os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor, a fim de comprovar que o objeto social e as normas estatutárias estão focadas no objeto do Contrato de Gestão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

5.6.1.2 Cédula de Identidade e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil do representante legal da Organização Social (OS).

5.6.1.3 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, de que a Organização Social (OS) não possui em seu quadro nenhum funcionário que pertença aos 1º e 2º escalões da Administração Pública Municipal, emitida pelo representante legal da Organização Social (OS).

5.6.1.4 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, de que a Organização Social (OS) concorda que a Secretaria Municipal de Controle Interno bem como a Controladoria Interna da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Auditoria Geral, terá amplo e irrestrito acesso à documentação contábil e financeira da Organização Social (OS) como um todo e do Contrato de Gestão.

5.6.1.5 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, que em sua Diretoria não tem pessoas que participem da diretoria de outra associação ou fundação privada.

5.6.1.6 Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, que a Organização Social (OS) tem ciência que deverá ofertar percentual mínimo de trabalho voluntário, na forma do artigo 10, inciso V, do Anexo Único, do Decreto Municipal n.º008/2018.

5.6.1.7 Comprovação de existência legal da Organização Social (OS) há pelo menos 02 (dois) anos, conforme dispõe o artigo 2º, inciso III, do Lei Municipal n.º370/2011.

5.6.1.8 Comprovação, por meio de alvará vigente, de que o local da sede da Organização Social (OS) é o mesmo constante no Estatuto Social.

5.6.1.9 Aprovação da celebração do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração da Organização Social (OS).

5.6.1.10 Certidão de Regular Funcionamento emitida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ou do respectivo Ministério Público Estadual onde estiver localizada a sede, no caso de Fundações Privadas.

5.6.1.11 Regimento Interno dispondo, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências, bem como sua aprovação pelo Conselho de Administração;

5.6.1.12 Regulamento próprio, pautado nos princípios gerais aplicáveis à Administração Pública, contendo os procedimentos que adotará para as aquisições e a contratação de serviços e obras necessários à execução do Contrato de Gestão, bem como sua aprovação pelo Conselho de Administração;

5.6.2 Da regularidade fiscal e trabalhista:

5.6.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertinente à sua finalidade e compatível como objeto do Chamamento Público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

5.6.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e / ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Organização Social (OS), pertinente à sua finalidade e compatível com o objeto do Chamamento Público;

5.6.2.3 Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

5.6.2.3.1 A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributos Federais e Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da Organização Social (OS).

5.6.2.3.2 A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Organização Social (OS) será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e certidão da Dívida Ativa estadual ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que a Organização Social (OS), pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual.

5.6.2.3.3 A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Organização Social (OS) será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização Social (OS), pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

5.6.2.4 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS).

5.6.2.5 Cópia do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), se houver.

5.6.2.6 Comprovação de Isenção do INSS (artigo 308 da Instrução Normativa INSS/DC n.º100 de 18.12.2003), caso a Organização Social (OS) seja isenta.

5.6.2.7 Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, ou Declaração firmada pela Organização Social (OS), na forma do Anexo VIII de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CRFB/88.

5.6.2.7.1 Para as Organizações Sociais (OS) sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a mesma tem sua sede.

5.6.2.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

5.6.3 Da qualificação econômico-financeira:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

5.6.3.1 Certidões negativas de falência, insolvência civil e recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelo Distribuidor da sede da Organização Social (OS).

5.6.3.1.1 As Organizações Sociais (OS) sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial ou extrajudicial.

5.6.3.1.2 Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa) dias contados da efetiva pesquisa do cartório em relação à data da realização do Chamamento Público.

5.6.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados do Último Exercício, já exigíveis, nos termos da exigência legal, vedada a substituição por Balancetes ou Balanços provisórios, assim apresentados:

5.6.3.2.1 O documento acima referenciado deverá estar devidamente assinado por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

5.6.3.4.2 A Demonstração Contábil compreende a Demonstração do Resultado do Exercício.

5.6.3.4.3 O documento acima referenciado deverá conter fotocópias autenticadas das páginas do Termo de Abertura, Encerramento e Registro no órgão competente, extraídas do Livro Diário.

5.6.3.4.4 As fotocópias do Livro Diário deverão conter a indicação do seu número, do número de registro no órgão competente e a numeração das folhas onde se encontram os lançamentos que comprovem a sua boa situação financeira.

5.6.3.4.5 A Organização Social (OS) deverá apresentar memorial, assinado pelo profissional responsável por sua elaboração, devidamente registrado perante o CRC, contendo os índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira.

5.6.3.3 A boa situação financeira, será avaliada pelos Índices de Solvência Geral (SG), de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um). Caso os referidos índices sejam inferiores a 1 (um) deverá a licitante comprovar que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

SG = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo Ativo Total

LC = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo Ativo Circulante
Passivo Circulante

5.6.4 Da qualificação técnica:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

5.6.4.1 Capacidade técnico-profissional:

5.6.4.1.1 Indicação de profissional técnico habilitado com registro ou inscrição perante ao Conselho Regional de Medicina (CRM), responsável técnico da instituição, com vínculo profissional perante a Organização Social (OS).

5.6.4.1.1.1 A comprovação do vínculo profissional com a Organização Social (OS) poderá ser realizado com:

5.6.4.1.1.1.1 Apresentação do Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor, do qual prove que profissional pertence à Diretoria da Organização Social (OS);

5.6.1.1.1.2 Apresentação da CTPS (ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido), no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da Organização Social (OS);

5.6.4.1.1.1.3 Termo de contrato, de natureza privada, que comprove a vinculação entre as partes.

5.6.4.1.1.2 Certidão de Registro e Quitação na entidade profissional competente, referente ao profissional indicado na subcláusula 5.6.4.1.1.

5.6.5 Capacidade técnico-operacional:

5.6.5.1 Comprovação de aptidão da Organização Social (OS) para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do Chamamento Público, informando sobre a reputação ético-profissional da Organização por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5.6.5.1.1 A informação sobre a reputação ético-profissional da Organização Social (OS) deverá indicar o local, natureza, volume, duração, qualidade e cumprimento dos prazos que permitam avaliar a mesma.

5.6.5.2 Certidão vigente do registro da Organização Social (OS) no Conselho Regional de Medicina (CRM) emitida pelo órgão competente da circunscrição do domicílio ou sede da Organização Social (OS).

5.6.5.3 Alvará vigente do domicílio ou da sede da Organização Social (OS).

5.6.6 Da vistoria técnica:

5.6.6.1 Comprovante de realização de vistoria da Unidade de Saúde ou declaração da Organização Social (OS) que conheceu as condições locais do objeto, indicando, expressamente, que tomou conhecimento de todas as informações técnicas referentes ao(s) objeto(s) do Chamamento Público.

5.6.6.1.1 Caso a concorrente não realize a visita técnica, seu representante legal deverá assinar declaração renunciando o direito à visita técnica, e emitir DECLARAÇÃO QUE CONHECEU AS CONDIÇÕES LOCAIS DO OBJETO, indicando expressamente, que tomou conhecimento de todas as informações técnicas referentes ao(s) objeto(s) do Chamamento Público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

5.6.6.1.2 Na ocasião da visita, a Organização Social (OS) receberá o Atestado de Visita Técnica (Anexo III) devidamente assinado.

5.6.6.2 As Organizações Sociais interessadas em participarem do Processo de Chamamento Público nº 002/2022, poderão realizar Visitas Técnicas ao Serviço de Atendimento Domiciliar – SAD mediante prévio agendamento, sendo este realizado de forma presencial por intermédio da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo de 2ª a 6ª feira, de 10:00 às 16:00h, sendo responsável pelo agendamento o setor de protocolo da Fundação Municipal de Saúde. A visita técnica será conduzida por servidor designado pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde.

5.6.7 Dos demais documentos exigidos:

5.6.7.1 Declaração da candidata de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CRFB/88.

5.7 O “ENVELOPE B – PROPOSTA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA” deverá ser materializado tendo como base as condições estabelecidas neste documento e no Edital, observados os seguintes requisitos:

5.7.1 A Proposta de Trabalho, elaborada segundo o Roteiro apresentado no ANEXO I, deverá ser iniciada por índice que relacione todos os documentos e as folhas em que se encontram. Será apresentada em 01 (uma) via impressa, (os protocolos não deverão ser impressos devendo ser entregues gravados em mídia digital em CD, DVD OU PenDrive), numeradas e rubricadas, sem emendas ou rasuras, na forma original, para fins de apreciação quanto aos parâmetros para pontuações previstas (ANEXOS II e III), bem como rubricado (todas as páginas) e assinado pelo representante legal da Organização Social (OS), e deverá conter os elementos abaixo indicados obedecida a seguinte ordem:

5.7.1.1 Projeto Técnico contendo o seu plano operacional, em arquivo eletrônico e impresso, expressando:

5.7.1.1.1 Número do Chamamento Público e o objeto do mesmo;

5.7.1.1.2 Apresentação da Proposta de Trabalho, conforme Roteiro descrito nos Anexos deste Edital;

5.7.1.1.3 Dimensionamento de pessoal;

5.7.1.1.4 Especificação do orçamento para execução do Programa de Trabalho.

5.8 As Organizações Sociais (OS) arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas e dos documentos de habilitação. A Fundação Municipal de Saúde (FMS), em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos no Chamamento Público ou os seus resultados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

5.9 Será DESCLASSIFICADA a Organização Social (OS) cuja proposta de trabalho não atenda às especificações técnicas constantes nos anexos deste instrumento.

5.10 Após a data e horário estabelecidos para a entrega dos invólucros, nenhum envelope poderá ser recebido.

5.11 Em hipótese alguma será concedido prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos envelopes “01” e “02”. No entanto, a seu exclusivo critério, a Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º005/FMS/2022, publicada no DO no dia 02/02/2022, poderá solicitar informações e/ou esclarecimentos complementares que julgar necessários, desde que não prejudique as demais Organizações Sociais (OS) participantes do Chamamento Público.

5.12 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º005/FMS/2022, publicada no DO no dia 02/02/2022, poderá, em qualquer fase do Chamamento Público, promover as diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

5.13 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º005/FMS/2022, publicada no DO no dia 02/02/2022, poderá verificar a autenticidade dos documentos apresentados, por quaisquer meios disponíveis, inclusive via web, podendo suspender a sessão para a realização da aludida diligência.

5.14 A Comissão de Análise Documental e Julgamento, designada pela Portaria n.º005/FMS/2022, publicada no DO no dia 02/02/2022, poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5.15 Serão lavradas Atas Circunstanciadas das sessões de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e das propostas de projetos.

5.16 Não será levado em consideração nenhum outro documento anexado além daqueles indicados no Chamamento Público, e não será permitida a realização de alteração no modelo da proposta de trabalho, devendo ser preenchidos todos os seus respectivos campos, rubricadas todas as folhas e assinadas ao final.

5.17 Qualquer proposta em desacordo com as exigências deste instrumento será desclassificada.

5.18 Os certificados, declarações, registros e certidões que não tenham prazo de validade declarado no próprio documento ou na legislação específica, deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias antes da data da sessão de abertura de envelopes.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.1 O prazo inicial de vigência do Contrato de Gestão, decorrente da presente Seleção, será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

6.2 O prazo do Contrato de Gestão poderá ser prorrogado, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, depois de demonstrada a consecução dos objetivos contratuais e das metas estabelecidas e, ainda, a indicação, garantia e aprovação dos recursos orçamentários necessários para as despesas.

7. INFORMAÇÕES SOBRE O SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR (SAD)

7.1 Características Técnicas do Programa de Atenção Domiciliar

O Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) é regido pela atual Portaria regulamentadora GM/MSnº 825 de 25 de abril de 2016, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); onde se elencam, entre outros, os critérios de elegibilidade do respectivo programa, as atribuições pertinentes ao atendimento domiciliar e requisitos para habilitação do SAD.

A Atenção Domiciliar (AD) é uma modalidade de assistência à saúde, caracterizada por um conjunto de ações de prevenção e tratamento de doenças, reabilitação, avaliação e promoção à saúde, prestadas em domicílio, garantindo continuidade de cuidados. É indicada para pessoas que, estando em estabilidade clínica, necessitam de atenção à saúde em situação de restrição ao leito ou ao lar de maneira temporária ou definitiva ou em grau de vulnerabilidade na qual a atenção domiciliar é considerada a oferta mais oportuna para tratamento.

A AD é subdividida em outras 3 (três) modalidades: AD1, AD2 e AD3. Esta divisão é importante para melhor compreensão do perfil de atendimento prevalente. A determinação da modalidade está atrelada às necessidades de cuidados peculiares a cada caso, em relação à periodicidade indicada das visitas, a intensidade do cuidado multiprofissional e ao uso de equipamentos.

O SAD é um serviço complementar aos cuidados realizados na atenção básica e em serviços de urgência, substitutivo ou complementar à internação hospitalar, tem como objetivos principais a redução da demanda por atendimento hospitalar, redução do período de permanência de usuários internados, humanização da atenção à saúde, com a ampliação da autonomia dos usuários, desinstitucionalização e a otimização dos recursos financeiros e estruturais da RAS (Redes de Atenção à Saúde). Destina-se ao cuidado de usuários que em situação de restrição ao leito ou ao lar, apresente necessidade de maior frequência de cuidado multiprofissional, uso de equipamento(s) ou agregação de procedimento(s) de maior complexidade que, portanto, estarão inseridos nas modalidades AD2 ou AD3.

Para a implantação do SAD, a Secretaria Municipal de Saúde tomou como base, critérios apresentados em portaria regulamentadora do programa, deliberada pelo Ministério da Saúde, que estabelece dentre outros requisitos, condições básicas para habilitação e ampliação do SAD, tais como: número mínimo de habitantes com base na população mais recente estimada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobertura de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), hospital Municipal de referência. Estes critérios são determinantes para o Tipo de EMAD (1 ou 2) a ser habilitado para município. O SAD é constituído por EMADs (Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar) e EMAPs (Equipes Multiprofissionais de Apoio).

No município de São Gonçalo, habilitaram-se EMADs Tipo I, tendo em vista que a quantidade populacional ultrapassa, e muito, o valor mínimo de 40.000 (quarenta mil) habitantes. E nesta



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

modalidade, municípios com população igual ou superior a 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes, poderão solicitar 1 (uma) nova EMAD a cada 100.000 (cem mil) novos habitantes, e 1 (uma) EMAP a cada 3 (três) EMADs a mais implantadas. Portanto, atualmente, temos implantadas um total de 10 EMADs e 4 EMAPs.

7.2 EMADs POR REGIÕES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE

Com fins operacionais, o Município de São Gonçalo foi subdividido territorialmente. Desse modo, apresenta entre 96.000 (noventa e seis mil) à 109.000 (cento e nove mil) habitantes por região totalizando 10 Regiões Estratégicas de Saúde.

Quadro 1 - Mapa do Município de São Gonçalo por Região Estratégica de Saúde

10 REGIÕES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE



1ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
21	Encruero do Sul	5.319
26	Fazenda dos Mineiros	5.274
33	Itaboca	3.917
34	Itaúna	18.039
43	Luz Capadour	5.265
52	Mutuaquara	5.546
53	Mutuaquara	5.373
55	Nova Cidade	12.920
9	Palmeiras	9.550
64	Porto do Rosa	22.122
64	T04 BAIRROS	97.325
TOTAL		
2ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
14	Bom Retiro	20.799
28	Gelebra	590
91	Guaxindiba	3.926
39	Lagoinha	8.014
40	Laranjal	21.173
47	Mirante	7.603
67	Paul Vozes	11.054
76	Santa Luzia	17.045
79	Tridentes	2.676
87	Vila Trê	4.029
TOTAL	11 BAIRROS	96.409
3ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
13	Rosa Vista	17.197
13	Rosa	25.753
15	Brasilândia	6.802
17	Centro	6.233
25	Estrela do Norte	6.549
70	Kiche	35.942
71	Rosane	1.632
85	Vila Yara	4.877
89	2ª Carro	4.633
TOTAL	9 BAIRROS	99.618
4ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
2	Almerinda	13.769
3	Amendoira	14.911
4	Anaia Grande	1.265
5	Anaia Pequena	5.637
18	Coelho	20.408
22	Elane	4.304
31	Jade	4.205
32	Júpiter	1.563
37	Jardim Nova República	7.135
38	Jockey	11.068
75	Santa Isabel	14.600
84	Santa Candeia	1.262
TOTAL	12 BAIRROS	100.127
5ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
20	Covencia	12.760
24	Engenho Pequeno	12.284
42	Indo Parque	7.386
49	Muro do Castro	6.233
54	Neves	11.287
61	Pira	13.738
74	Santa Catarina	16.280
78	Tenente Jardim	2.963
83	Venda da Cruz	6.330
86	Vila Lage	8.919
90	Zumbi	4.175
TOTAL	11 BAIRROS	102.383
6ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
1	Alcântara	14.686
36	Jardim Alcântara	73.042
68	Recanto das Acácias	3.244
73	Salgueiro	9.203
TOTAL	04 BAIRROS	100.175
7ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
10	Apolo	10.600
19	Barração	4.696
30	Guarani	1.808
35	Jardim Amendoira	2.350
41	Largo da Fé	2.056
45	Marabá	20.063
48	Monteolhos	8.717
57	Pacheco	13.719
72	Sacramento	13.485
88	Vista Alegre	23.326
TOTAL	10 BAIRROS	100.229
8ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
6	Antônio	7.406
27	João Branco	13.687
50	Mufuro	26.210
51	Mufuro	12.258
77	São Miguel	4.837
81	Trindade	33.887
TOTAL	6 BAIRROS	98.887
9ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
11	Barro Vermelho	13.252
16	Camarão	3.417
29	Eradim	16.338
44	Mangueira	3.702
58	Parada Quarenta	2.862
59	Paraiso	7.114
60	Patronato	3.870
63	Porto da Madama	7.844
65	Porto Novo	16.719
66	Porto Velho	9.972
TOTAL	12 BAIRROS	98.204
10ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
7	Arrastão	5.119
8	Arrenal	12.484
19	Colubandá	20.781
23	Engenho do Roçado	6.726
46	Maria Paula	16.969
56	Novo México	4.479
69	Rio do Curto	10.418
80	Tribolito	17.722
82	Várzea das Moças	5.500
TOTAL	10 BAIRROS	109.248



Secretaria Municipal de Saúde

1ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
1	Alcântara	14.686
36	Jardim Alcântara	73.042
68	Recanto das Acácias	3.244
73	Salgueiro	9.203
TOTAL	04 BAIRROS	100.175



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

2ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
14	Bom Retiro	20.799
28	Gebara	590
91	Guaxindiba	3.926
39	Lagoinha	8.014
40	Laranjal	21.173
47	Miriambi	7.603
67	Raul Veiga	11.054
76	Santa Luzia	17.045
79	Tiradentes	2.676
87	Vila Três	4.029
TOTAL	11 BAIRROS	96.909
3ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
	Apolo	10.000
10	Barracão	4.696
30	Guarani	1.808
35	Jardim Amendoeira	2.350
41	Largo da Idéia	2.056
45	Marambaia	20.063
48	Monjolos	8.717
57	Pacheco	13.719
72	Sacramento	13.485
88	Vista Alegre	23.326
TOTAL	10 BAIRROS	100.220
4ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
2	Almerinda	13.769
3	Amendoeira	14.911
4	Anaia Grande	1.265
5	Anaia Pequeno	5.637
18	Coelho	20.408
22	Eliane	4.304
31	Ieda	4.205
32	Ipiíba	1.563
37	J. Nova República	7.135
38	Jockey	11.068



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

75	Santa Isabel	14.600
84	Vila Candoza	1.262
TOTAL	12 BAIRROS	100.127
5ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
6	Antonina	7.406
27	Galo Branco	13.687
50	Mutondo	26.210
51	Mutuá	13.258
77	São Miguel	4.437
81	Trindade	33.889
TOTAL	6 BAIRROS	98.887
6ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
21	Cruzeiro do Sul	5.319
26	Fazenda dos Mineiros	5.274
33	Itaóca	3.917
34	Itaúna	18.039
43	Luiz Caçador	5.265
52	Mutuaguaçú	5.546
53	Mutuapira	9.373
55	Nova Cidade	12.920
9	Palmeiras	9.550
64	Porto do Rosa	22.122
TOTAL	10 BAIRROS	97.325
7ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
12	Boa Vista	17.197
13	Boaçu	25.753
15	Brasilândia	6.802
17	Centro	6.233
25	Estrela do Norte	6.549
70	Rocha	25.942
71	Rosane	1.632
85	Vila Yara	4.877
89	Zé Garoto	4.633
TOTAL	9 BAIRROS	99.618
8ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

11	Barro Vermelho	13.352
16	Camarão	3.417
29	Gradim	16.338
44	Mangueira	3.702
58	Parada 40	2.862
59	Paraíso	7.114
60	Patronato	3.870
62	Portoda Madama	7.844
63	Porto da Pedra	13.514
65	Porto Novo	16.719
66	Porto Velho	9.962
TOTAL	12 BAIRROS	98.704
9ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
20	Covanca	12.760
24	Engenho Pequeno	12.284
42	Lindo Parque	7.386
49	Morro do Castro	6.233
54	Neves	11.287
61	Pita	13.738
74	Santa Catarina	16.288
78	Tenente Jardim	2.983
83	Venda da Cruz	6.330
86	Vila Lage	8.919
90	Zumbi	4.175
TOTAL	11 BAIRROS	102.383
10ª REGIÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE		
Nº	BAIRROS	POPULAÇÃO
7	Arrastão	5.119
8	Arsenal	12.484
19	Colubandê	30.781
23	Engenho do Roçado	6.726
46	Maria Paula	16.069
56	Novo México	4.429
69	Rio do Ouro	10.418
80	Tribobó	17.722
82	Várzea das Moças	5.500
TOTAL	09 BAIRROS	109.248



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

7.3 QUADRO DE PROFISSIONAIS DO SAD POR EQUIPE

Profissional	Carga horária
Médico	Conforme Portaria Ministerial
Enfermeiro	Conforme Portaria Ministerial
Fisioterapeuta	Conforme Portaria Ministerial
Assistente Social	Conforme Portaria Ministerial
Técnico de enfermagem	Conforme Portaria Ministerial
Motorista	Conforme Portaria Ministerial
TOTAL	Conforme Portaria Ministerial
Profissional	Carga horária
Nutricionista	Conforme Portaria Ministerial
Psicólogo	Conforme Portaria Ministerial
Fonoaudiólogo	Conforme Portaria Ministerial
Odontólogo	Conforme Portaria Ministerial
TOTAL	Conforme Portaria Ministerial
Profissional	Carga horária
Coordenador Geral	Conforme Portaria Ministerial
Coordenador 1 EMAD	Conforme Portaria Ministerial
Coordenador 2 EMAD	Conforme Portaria Ministerial
Coordenador de EMAP	Conforme Portaria Ministerial
Secretaria	Conforme Portaria Ministerial
Digitadora	Conforme Portaria Ministerial
Auxiliar de Serviços Gerais	Conforme Portaria Ministerial
TOTAL	Conforme Portaria Ministerial

8. FUNCIONAMENTO DO SAD

O SAD será organizado a partir de uma base territorial, sendo referência em atenção domiciliar para uma população definida e se relacionará com os demais serviços de saúde que compõem a RAS, em especial com a atenção básica. Durante o período em que o usuário estiver sob os cuidados do SAD, a equipe de atenção básica de sua referência deverá compartilhar o cuidado, participando na elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS) daquele usuário.

O SAD é responsável pelo gerenciamento e operacionalização de Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP). Destina-se ao cuidado de usuários que em situação de restrição ao leito ou ao lar, apresente necessidade de maior frequência de cuidado multiprofissional, uso de equipamento(s) ou agregação de procedimento(s) de maior complexidade que, portanto, estarão inseridos nas modalidades AD2 ou AD3. E também, é responsável pelos gerenciamentos dos atendimentos realizados através da modalidade de "Home Care" dos mandados judiciais.

A EMAD realizará atendimento, no mínimo, 1 (uma) vez por semana a cada usuário e a EMAP será acionada a partir da indicação clínica da EMAD. Importante ressaltar que a Atenção Domiciliar preconiza atendimento humanizado e tem como objetivos principais a redução da demanda por atendimento hospitalar e/ou a redução do período de permanência de pacientes internados, visando a diminuição dos riscos de infecções e a ampliação da autonomia desses pacientes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

O SAD ofertará, no mínimo, 12 (doze) horas/dia de funcionamento, de modo que o trabalho da EMAD seja no formato de cuidado horizontal (diarista) em dias úteis, de forma a assegurar a continuidade da atenção em saúde.

As equipes de EMAD e EMAP terão a responsabilidade de realizar o trabalho de modo a garantir os princípios de ampliação e equidade do acesso, acolhimento, humanização e integralidade da assistência. O SAD em São Gonçalo, trabalha a partir do envolvimento das equipes de forma multiprofissional e intersetorial, por meio de pactuação de fluxos, integração e articulação com os demais pontos da rede de atenção à saúde.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

8.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO NAS MODALIDADES DE ATENÇÃO DOMICILIAR (AD1 / AD2 / AD3)

AD1

Considera-se elegível, na modalidade AD 1, o usuário que, tendo indicação de AD, requeira cuidados com menor frequência e com menor necessidade de intervenções multiprofissionais, uma vez que se pressupõe estabilidade e cuidados satisfatórios pelos cuidadores. A prestação da assistência à saúde na modalidade AD 1 é de responsabilidade das equipes de atenção básica, por meio de acompanhamento regular em domicílio, de acordo com as especificidades de cada caso. As equipes de atenção básica que executarem as ações na modalidade AD 1 devem ser apoiadas pelos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, ambulatórios de especialidades e centros de reabilitação.

AD2*

Considera-se elegível na modalidade AD 2 o usuário que, tendo indicação de AD, e com o fim de abreviar ou evitar hospitalização, apresente:

- ☐ afecções agudas ou crônicas agudizadas, com necessidade de cuidados intensificados e sequenciais, como tratamentos parenterais ou reabilitação;
- ☐ afecções crônico-degenerativas, considerando o grau de comprometimento causado pela doença, que demande atendimento no mínimo semanal;
- ☐ necessidade de cuidados paliativos com acompanhamento clínico no mínimo semanal, com o fim de controlar a dor e o sofrimento do usuário; ou
- ☐ prematuridade e baixo peso em bebês com necessidade de suporte ponderal.

AD3*

Considera-se elegível, na modalidade AD 3, usuário com qualquer das situações listadas na modalidade AD 2, quando necessitar de **cuidado multiprofissional mais frequente**, uso de equipamento(s) ou agregação de procedimento(s) de maior complexidade), usualmente demandando períodos maiores de acompanhamento domiciliar.

*O atendimento aos usuários elegíveis nas modalidades AD2 e AD3 é de responsabilidade do SAD.

*A admissão de usuários funcionalmente dependentes, segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), será condicionada à presença de cuidador(es) identificado(s).

Para a admissão no Serviço de Atenção Domiciliar, obrigatoriamente o usuário, familiar ou cuidador deverá assinar o termo de esclarecimento e responsabilidade, formalizando desta forma, a concordância na prestação do serviço pelas Equipes. O descumprimento dos acordos assistenciais entre a equipe multiprofissional avaliadora e o usuário, familiar(es) ou cuidador(es) poderá acarretar a exclusão do usuário do SAD, ocasião na qual o atendimento do usuário se dará em outro serviço adequado ao seu caso, conforme regulação local.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

8.2 CRITÉRIOS DE INELEGIBILIDADE AO SAD

Compõem-se critérios de inelegibilidade ao serviço de atenção domiciliar, em qualquer das três modalidades, a presença de pelo menos uma das seguintes situações:

- ✓ Necessidade de monitorização contínua;
- ✓ Necessidade de assistência contínua de enfermagem;
- ✓ Necessidade de propedêutica complementar, com demanda potencial para a realização de vários procedimentos diagnósticos, em sequência, com urgência;
- ✓ Necessidade de tratamento cirúrgico em caráter de urgência; ou
- ✓ Necessidade de uso de ventilação mecânica invasiva contínua.

8.3 ATRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO DOMICILIAR (AD1/AD2/AD3)

Nas três modalidades de Atenção Domiciliar, as equipes responsáveis pela assistência têm como atribuições:

Trabalhar em equipe multiprofissional integrada às redes de atenção a saúde;

Identificar, orientar e capacitar o(s) cuidador(es) do usuário em atendimento, envolvendo-o(s) na realização de cuidados, respeitando seus limites e potencialidades, considerando-o(s) como sujeito(s) do processo;

Acolher demanda de dúvidas e queixas dos usuários, familiares ou cuidadores;

Promover espaços de cuidado e de trocas de experiências para cuidadores e familiares;

Utilizar linguagem acessível, considerando o contexto;

Pactuar fluxos para atestado de óbito, devendo ser preferencialmente emitido por médico da EMAD ou da Equipe de Atenção Básica do respectivo território;

Articular, com os demais estabelecimentos da RAS, fluxos para admissão e alta dos usuários em AD, por meio de ações como busca ativa e reuniões periódicas; e

Participar dos processos de educação permanente e capacitações pertinentes.

8.4 Da quantidade de veículos para funcionamento do programa

VEÍCULOS			
Tipo	Quant.	Modelo	Programa
Carro	10	Minivan / 7 passageiros	SAD
Carro	4	Passeio / 5 passageiros	SAD



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

9. DO “HOMECARE”

Atualmente, o referido serviço é oferecido pelo município à 3 (três) pacientes, sejam eles: Isaías Daniel Neves Dutra Mesquita, Jullia Sardinha Rangel e Lucas Rocha dos Santos, uma vez que há necessidade de cuidados contínuos médicos para continuação de seus tratamentos.

Em análise aos processos judiciais que determinaram oferta do serviço aos pacientes mencionados, foi realizado um estudo para que fossem apresentados os valores dispendidos mensalmente para o tratamento de cada paciente.

Através dessa análise, constatamos que o valor mensal gasto para ofertar o serviço à cada paciente é de R\$ 28.452,23 (Vinte e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e três centavos).

Assim, considerando os valores mensais gastos em 12 (doze) meses, alcançamos o valor de R\$ 341.426,78 (Trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos), e chegamos à conclusão do valor anual de cada paciente.

Neste passo, considerando a oferta já existente do serviço para o tratamento dos 3 (três) pacientes já citados, bem como a previsão de oferta para mais 3 (três) pacientes no período de vigência do contrato, torna-se notório saber que o valor necessário para cobertura do serviço é de R\$ 2.048.560,68 (dois milhões, quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta e oito centavos).

Em razão disso, há necessidade de nos adequarmos aos ditames da lei, através de abertura de chamamento público visando possibilitar a livre concorrência e menor custo-benefício para a administração.

9.1 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

9.1.1 Estimativa Mensal dos pacientes

INSUMOS
01Bipap SynchronyII com base umidificadora + 01 válvula exalatória + 02 circuitos (reserva)
01 Cilindro de O2 (10L)
02Recarga CilindroO2
01Aspirador Cirúrgico
01AspiradoraVácuo
01Concentrador de O2 de até 5m ³
01Nobreak (2.0 Kva)
01Nebulizador
01Oxímetro de Pulso
01Ambú Pediátrico
01Esfignomanômetro pediátrico + 01 estetoscópio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

01Glicosímetro
60Fitas de glicemia (mesma marca do Glicosímetro)
01Conjunto de macronebulizador de O2 com máscara para traqueostomia
01Conjunto de micronebulizador
01Bacia eminox (35cm)
01Jarra de inox (1 litro)
02Conector T
15Fixador de Traqueostomia (tecido)
210Fraldas descartáveis pediátricas
300Compressas de gaze estéril
04Compressa de gaze comum(pct)
02Algodão Hidrófilo 500g
01Descarpack (3litros)
300Sonda de Aspiração
15Seringa de 60ml com bico
05Seringa de 20 ml
30Soro Fisiológico Ampola10ml
04Soro Fisiológico500 ml
15Mascara descartável
300Luva estéril
04Luva de procedimento(cx)
20Capote (obs: quando necessário)
01 Cama Hospitalar
01 Colchão Pneumático
210 Absorvente
02 Recarga Cilindro O2

10. FINANCIAMENTO DO SAD

10.1 Segundo a referida portaria regulamentadora, em seus artigos 34 a 41, o incentivo financeiro de custeio para a manutenção do SAD será distribuído da seguinte forma:

10.1.1 R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por mês para cada EMAD tipo 1;

10.1.2 R\$34.000,00 (trinta e quatro mil reais) por mês para cada EMAD tipo 2;

10.1.2.1 O subitem acima não se aplica ao município de São Gonçalo, tendo em vista que o tipo de EMAD habilitado é o I.

10.1.3 R\$6.000,00 (seis mil reais) por mês para cada EMAP.

10.2 O incentivo financeiro é repassado mensalmente do Fundo Nacional de Saúde para o fundo de saúde do ente federativo beneficiado.

10.3 O repasse do incentivo financeiro é condicionado ao cumprimento dos seguintes requisitos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

10.3.1 Recebimento, análise técnica e aprovação, pelo Ministério da Saúde, do projeto de criação ou ampliação do SAD;

10.3.2 Habilitação do Município, Estado ou Distrito Federal com o quantitativo de equipes que comporão o SAD, por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU);

10.3.3 Inclusão, pelo gestor local de saúde, da(s) EMAD e, se houver, da(s) EMAP no SCNES, correspondendo ao início de funcionamento destas, condicionando, assim, o início do repasse financeiro mensal.

10.4 O Ministério da Saúde suspenderá os repasses dos incentivos financeiros definidos nesta Portaria nas seguintes situações:

10.4.1 Inexistência ou desativação dos estabelecimentos de saúde em que as EMAD e EMAP estiverem sediadas;

10.4.2 Ausência, por um período superior a 60 (sessenta) dias, de qualquer um dos profissionais que compõem as EMAD e EMAP, com exceção dos períodos em que a contratação de profissionais esteja impedida por legislação específica;

10.4.3 Descumprimento da carga horária mínima prevista para os profissionais das EMAD e EMAP;

10.4.4 Falha na alimentação do Sistema de Informação para a Atenção Básica (SISAB), ou outro que o substitua, por três competências seguidas.

10.5 As situações descritas nos subitens anteriores serão constatadas por meio de monitoramento dos sistemas de informação, por supervisão direta do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde do Estado ou do Distrito Federal, ou por auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS/SGEP/MS), sem prejuízo da apuração, de ofício, de eventual comunicação de irregularidade.

10.6 O ente federativo beneficiário ainda estará sujeito:

14.6.1. À devolução imediata dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o respectivo fundo de saúde e não executados no âmbito do Programa, acrescidos da correção monetária prevista em lei;

14.6.2. Ao regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, em relação aos recursos financeiros que foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o respectivo fundo de saúde e executados parcial ou totalmente em objeto diverso ao originalmente pactuado.

10.7 O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente federativo beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros percebidos por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

10.8 Eventual complementação aos recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde para o custeio das ações do SAD é de responsabilidade conjunta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em conformidade com a pactuação estabelecida na respectiva CIB e, se houver, na CIR.

10.9 Os recursos orçamentários objetos desta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.000G - Atenção à Saúde da População em Média e Alta Complexidade – Melhor em Casa e possuem caráter plurianual.

10.10 Os recursos serão destinados ao custeio das EMADs e EMAPs cadastradas no SCNES no mês anterior ao da respectiva competência financeira, sendo responsabilidade dos gestores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a manutenção e atualização dessas informações.

10.11 O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, aos fundos municipais e estaduais de saúde.

10.12 A transferência de recursos referente ao custeio do atendimento ao “Home Care” se dará através de estimativa de custo de acordo com a complexidade do paciente, para aqueles já existentes o mesmo deverá apresentar planilha de custo na proposta financeira separadamente.

11. VALIDADE DAS PROPOSTAS

11.1 O prazo de validade das propostas não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua emissão.

12. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 A SEMSADC poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da Seleção e da contratação são aquelas previstas na Lei Federal n.º 8.666/1993, na Lei Municipal n.º 370/2011 e Decreto Municipal n.º 008/2018, bem como nos instrumentos regulamentadores da Seleção e contratação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANDERSON DA ROCHA TEIXEIRA
Subsecretário de Atenção Especializada
Matrícula nº 125.237

Submeto a autoridade superior.

Aprovo em ____/____/____

DR. GLEISON ROCHA DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil
Matrícula: 17.379



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO A

IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Do Município:

Estado: Rio de Janeiro Município: São Gonçalo Código do IBGE: 3304904
Prefeito Municipal: Nelson Ruas dos Santos
Endereço: Rua Feliciano Sodré nº 100, Centro - São Gonçalo - CEP: 24.440-440.
Telefone: 21 2199-6300
Fax: 21 2199-6373 / 2199-6322
Site: www.saogoncalo.rj.gov.br
E-mail: gabinete@pmsg.rj.gov.br

1.2 Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC):

CNPJ: 28.636.579/0001-07
Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil: Gleison Rocha da Silva Endereço: Av. São Gonçalo, nº 100 – Boa Vista (Shopping São Gonçalo) Telefone: 2199-6800 | 2199-6380 | 2199-6804
Fax: 21 2199-6800
E-mail: saude@pmsg.rj.gov.br

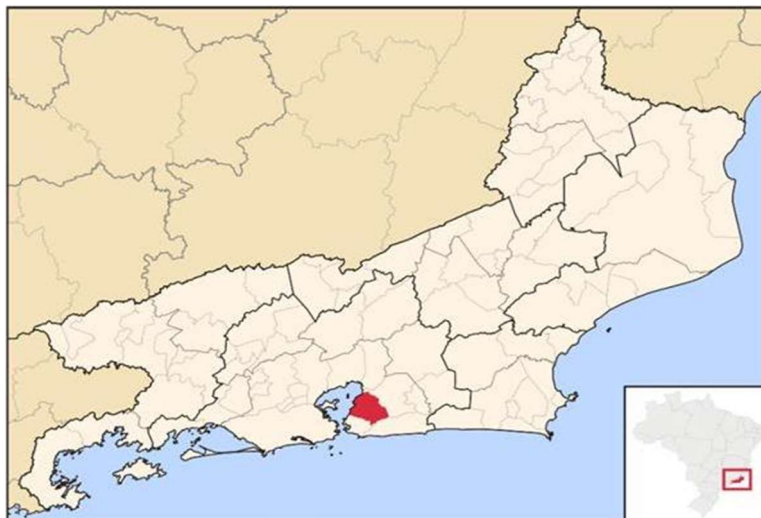
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Município situado entre as 20 cidades mais populosas do Brasil, São Gonçalo foi uma das primeiras cidades brasileiras a se industrializar, chegando a ser conhecida como a Manchester Fluminense. Seu nome presta uma homenagem ao padroeiro São Gonçalo do Amarante.

Divisão administrativa: São Gonçalo - Sede, Ipiíba, Monjolos, Neves e Sete Pontes
CEP: 24400-000DDD: 21
Localização: Região Metropolitana
Área: 248,7 km²
População: 1.098.357. Estimativa de habitantes no ano de 2021 (Fonte: IBGE)
Limites: Niterói, Itaboraí, Maricá e Guapimirim
Altitude: 19 m
Clima: Tropical
Temp. média anual: 28 C
Distância da Capital: 25 km



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD



Sua divisão administrativa é constituída de cinco distritos: São Gonçalo, Neves, Sete Pontes, Monjolos e Ipiíba, onde estão distribuídos 110 bairros existentes. Conforme Lei 582/14, publicado no DO de São Gonçalo em 12 de agosto de 2014.

Sua divisão administrativa é constituída de cinco distritos: São Gonçalo, Neves, Sete Pontes, Monjolos e Ipiíba, onde estão distribuídos 110 bairros existentes.

Possui extensa malha rodoviária, sendo cortado por três importantes rodovias, sendo uma federal, BR 101, de duas estaduais, a RJ 104 e a RJ 106.

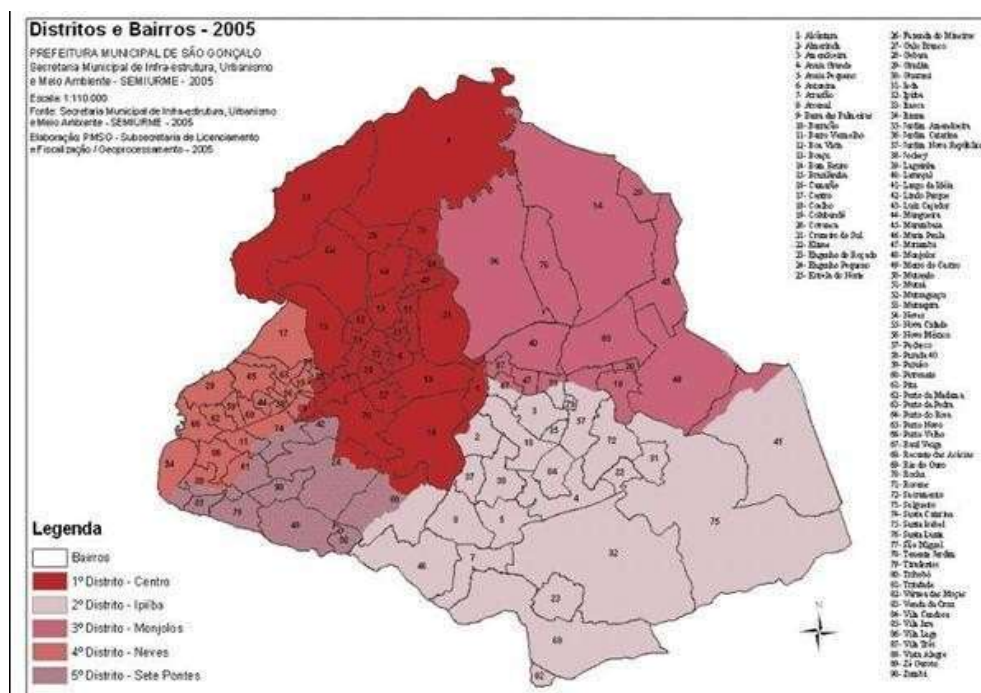


Figura 1 – Mapa de São Gonçalo segundo organização dos bairros:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Fonte: <http://www.pmsg.rj.gov.br/mapas.php>

3. ASPECTOS DO MUNICÍPIO

3.1 SOCIOECONÔMICOS

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das 10.308 empresas pesquisadas em 2010, 90,11% pertenciam ao setor de serviços e 9,85% pertenciam ao setor de indústrias. É importante destacar que 89% destas empresas são classificadas como pequenas, possuindo quadro funcional não superior a nove funcionários.

Em 2010, do total da população economicamente ativa, 18,63% atuavam no comércio e 53,75% no setor de serviços, 67,91 % possuíam empregos formais, 51,03 % ensino médio completo e 68,47% recebiam até 2 salários mínimos.

Grande parte da população desloca-se diariamente para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói para trabalhar, caracterizando um movimento pendular diário.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Gonçalo é 0,739, ocupando a 795ª posição nacional e a 14ª no Estado. São Gonçalo teve um incremento no seu IDHM de 36,10% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (32%). Entretanto, apesar da evolução, o IDHM de São Gonçalo, em 2010, ficou abaixo da média do estado do Rio de Janeiro.

A renda per capita média de São Gonçalo cresceu 72,12% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 388,85 em 1991 para R\$ 539,00 em 2000 e R\$ 669,30 em 2010. A extrema pobreza passou de 5,92% em 1991 para 3,03% em 2000 e para 1,55% em 2010.

3.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS:

O relevo da cidade é constituído por 25% com característica serrana, 60% de baixada e 15% de praias e restinga. O clima se caracteriza como tropical quente e úmido, cuja temperatura varia entre 36,9°C, a máxima anual, e 12,3°C, a mínima anual, com média mensal de 21,2 °C e sua bacia hidrográfica é formada pelos rios Bomba, Imboaçu, Aldeia, Muriqui, Guaxindiba e Alcântara que percorrem os municípios de São Gonçalo, Niterói e Itaboraí. Estes rios, importantes para o equilíbrio da Baía de Guanabara, viraram verdadeiros depósitos de esgoto “in natura”, devido ao lançamento de efluentes domésticos e industriais.

De acordo com dados dos Estudos Socioeconômicos dos municípios, apresentado pelo TCE/RJ em 2012, para o município de São Gonçalo, o esgotamento sanitário adequado distribuía-se entre a rede geral de esgoto ou pluvial (em 64,1% dos domicílios) e fossa séptica (0,2% dos domicílios). Outros 35,7%, utilizavam formas inadequadas como fossa rudimentar, rio, lago ou mar e valas. O município de São Gonçalo conta apenas com uma Estação de Tratamento de Esgoto, a qual apresenta sérios problemas que resultam em tratamento ineficiente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Dados do mesmo estudo revelam que o abastecimento de água era feito adequadamente, através da rede geral de distribuição, em 80,9% dos domicílios. Formas inadequadas, como a utilização de poço ou nascente dentro ou fora da propriedade, ou o armazenamento de água da chuva, eram utilizadas em 19,1% dos domicílios.

O processo de ocupação do solo aconteceu de forma desorganizada a partir da década de 50, com o início de grandes loteamentos clandestinos. Este processo contribuiu na dinâmica ambiental do município de São Gonçalo, onde atualmente, sofre com a escassez de área verde.

O serviço de coleta de resíduos é realizado por empresa contratada, mas ainda podemos ver alguns pontos de despejo irregular no município. São Gonçalo conta hoje com um aterro sanitário, instalado no bairro Anaia. Segundo o Censo 2010, 88,7% da população têm seu lixo coletado por empresa contratada, 6,2% queimam seus lixos e 5,1% destinam seus resíduos em caçambas, terrenos baldios e no logradouro.

3.3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população urbana em 2000 representava 100% e em 2010 a passou a representar 99,93% do total. Apresenta densidade demográfica de mais de 4.035,90 habitantes por km². É o segundo Município mais populoso do Estado, sendo superado somente pela capital. Correspondendo a 6,10% da população estadual e 0,5% da população brasileira.

O Município tinha em 2006, um número aproximado de 302.905 domicílios, com uma taxa de ocupação de 87%. Dos 39.527 domicílios não ocupados, 6% em uso ocasional. Já de acordo com o Censo IBGE 2010, contava com 326.079 domicílios ocupados (taxa de ocupação de 94%), 19.781 domicílios não ocupados e 86 domicílios coletivos, ou seja, com aumento expressivo nos últimos anos na ocupação dos domicílios. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 3,9% em média. Em 2000, este grupo representava 9,2% da população, já em 2010 detinha 12,0% do total da população municipal.

Conforme o censo 2010 a população masculina representa 475.264, enquanto a população feminina é de 524.464 habitantes.

POPULAÇÃO ESTIMADA SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA NO ANO DE 2010:

Idade	População Masculina	População Feminina	Total População	Porcentagem do total da população
Menor de 1 ano	5.701	5.563	11.264	1%
1 a 4 anos	23.859	23.537	47.396	5%
5 a 9 anos	33.388	32.874	66.262	7%
10 a 14 anos	41.654	40.118	81.772	8%
15 a 19 anos	38.604	39.555	78.159	8%
20 a 29 anos	80.078	86.389	166.467	17%
30 a 39 anos	79.216	86.168	165.384	17%
40 a 49 anos	69.708	77.615	147.323	15%
50 a 59 anos	52.982	62.435	115.417	12%
60 a 69 anos	30.588	39.022	69.610	7%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

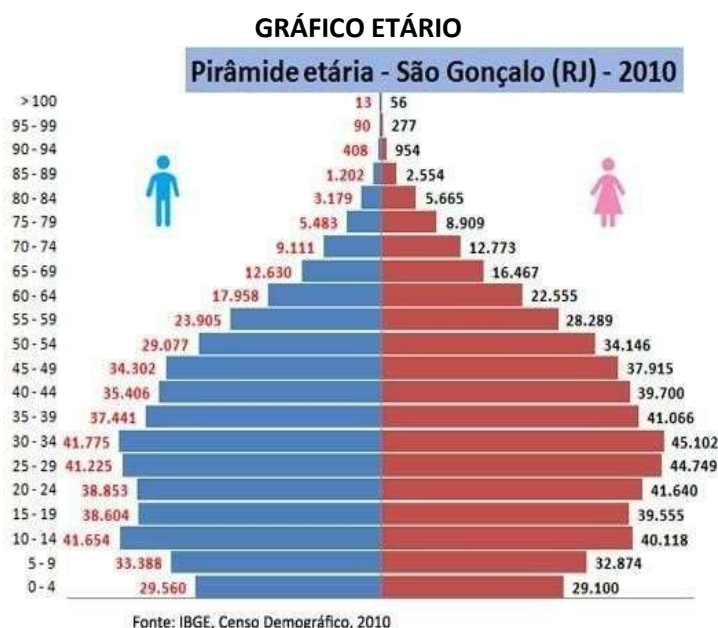
70 a 79 anos	14.594	21.682	36.276	4%
80 anos e mais	4.892	9.506	14.398	1%
Total Geral	475.264	524.464	999.728	100%

Fonte: IBGE 2010

POPULAÇÃO ESTIMADA SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA NO ANO DE 2012:

Idade	População Masculina	População Feminina	Total População	Porcentagem do total da população
Menor de 1 ano	6.452	6.163	12.615	1%
1 a 4 anos	23.593	23.415	47.008	5%
5 a 9 anos	33.936	33.413	67.349	7%
10 a 14 anos	42.338	40.775	83.113	8%
15 a 19 anos	39.237	40.204	79.441	8%
20 a 29 anos	81.391	87.806	169.197	17%
30 a 39 anos	80.515	87.582	168.097	17%
40 a 49 anos	70.852	78.888	149.740	15%
50 a 59 anos	53.851	63.459	117.310	12%
60 a 69 anos	31.090	39.662	70.752	7%
70 a 79 anos	14.833	22.038	36.871	4%
80 anos e mais	4.972	9.663	14.635	1%
Total Geral	483.060	533.068	1.016.128	100%

Fonte: DATASUS /TABNET/IBGE



Outro importante dado a considerar, verificado através da pirâmide etária, é a prevalência da população jovem (10-39 anos) com o maior contingente populacional do Município e um aumento na expectativa de vida. De acordo com o Ministério da Saúde (fonte: Portal da Saúde/ Sala de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Situação), em 2010 a esperança de vida ao nascer para o município de São Gonçalo estava em torno de 74,96 anos de idade.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 19,4 por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,6 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 30,9. Já na UF, a taxa era de 14,2, em 2010, de 21,2, em 2000 e 29,9, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - São Gonçalo – RJ			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,2	69,5	75,0
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	30,9	19,4	14,6
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	35,3	21,9	16,4
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,0	1,9	1,5

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,4 anos na última década, passando de 69,5 anos, em 2000, para 75,0 anos, em 2010. Em 1991, era de 66,2 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

4. REDE ASSISTENCIAL

A rede assistencial de saúde no município de São Gonçalo está organizada em ações de Atenção Básica, Atenção Especializada e Assistência hospitalar/urgência e emergência.

4.1 ATENÇÃO BÁSICA

A rede básica municipal representa o primeiro contato de acolhimento e a formação de vínculos com as equipes de saúde, sendo também o local prioritário para que o exercício da clínica do cuidado aconteça. Cumpre ainda a função essencial de coordenar os fluxos e contrafluxos das pessoas pelos diversos serviços na rede de atenção.

Segundo a Portaria GM/MS n.º 2.488, de 21 de outubro 2011, a atenção básica caracteriza-se como: Conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas às populações de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações.

Do ponto de vista da organização funcional, o usuário a partir do primeiro nível de atenção é referenciado para os outros níveis. Significa que é neste nível que se estabelece o vínculo entre o cidadão e o serviço de saúde. Mesmo referenciado a outros níveis do sistema, continua vinculado à unidade básica, que pode ser acionada a qualquer momento. No primeiro nível a responsabilidade pela atenção integral é compreendida desde o cuidado com os casos agudos até o acompanhamento dos casos crônicos.

Áreas Estratégicas de Operacionalização da Atenção Básica

De acordo com a Política Nacional de Saúde, para operacionalizar a atenção básica devem ser priorizadas como estratégicas as seguintes áreas:

Saúde da Criança	Saúde Mental
Saúde do Adolescente	Urgências
Saúde da Mulher	Meningite
Saúde do Idoso	Malária
Saúde do Adulto	Hepatites virais
Saúde Bucal	Hanseníase
Saúde da Pessoa com Deficiência	Tuberculose
Saúde do Trabalhador	DST/AIDS

O Sistema Municipal de Saúde de Defesa Civil (SEMSADC) está em processo de reestruturação da atenção básica, com o objetivo de oferecer serviços de saúde ampliados, humanizados, resolutivos e adequados às necessidades da população.

O Programa Saúde da Família (PSF) é o modelo de Atenção prioritário, com 200 equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e cobertura de aproximadamente 50 % da população de São Gonçalo no Ano de 2015. Cada equipe é composta por um médico generalista, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e, em média, seis agentes comunitários de saúde. Os Pólos Sanitários oferecem atendimentos nas especialidades básicas em odontologia, programas de saúde, imunização e desenvolvem ações de vigilância epidemiológica e ambiental. Os tipos de Unidades de Saúde estão relacionados na tabela abaixo:

TIPO DE UNIDADE	QUANTIDADE
Unidade Básica de Saúde	01
Unidades Básicas de Saúde da Família	123
Clínica da Família	02
Pólos Sanitários	05

Fonte: SEMSADC



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

4.2 RELAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA

PÓLO SANITÁRIO RIO DO OURO

BAIRRO	EQUIPE	Coord. Ágatha – RO	CNES	ENDEREÇO
Tribobo	84,87	USF Badger Silveira	3029107	Rua Acácio Raposo, s/n
Tribobó	88	USF José Avelino de Souza	2291711	Rua Jose Francisco Batista Rios, s/n
Novo México	902	USF Enf. Luiza de Marillac	3029085	Rua Godofredo Siqueira Leite, s/n
Arsenal	86,412	USF Adão Pereira Nunes	2291584	Av. Eugênio Borges, s/n
Eng. do Roçado	218	USF Hiparco Ferreira	2297329	Alameda Alagoas, s/n
Ípiiba	217	USF Ípiiba		Estrada de Ipiiba, s/n, CIEP414
Santa Izabel	208/430	USF Santa Izabel	2291541	Estrada da Serrinha, s/n
Itaitindiba	362	USF Jose Jorge Cortes Freitas		Rua Capitão Alberto Soares, s/n
Bairro Eliane	203	USF Manuel de Abreu	2291835	Rua Estrada da Meia Noite, s/n
Bairro Ieda	420			
Sacramento	202			
Jdm Republica	409	USF Jardim Republica	5935296	Rua Laudelina de Almeida, 41, Qd. 6
Raul Veiga	343	USF Raul Veiga	7445687	Rua Nereu Ramos, 355
Capote	17,18	USF Mal. Candido Rondon	2291843	Rua Exp. José Custódio Sampaio, s/n
Almerinda	210,211,212	USF Almerinda	5469953	Rua Sargento Fernando Fontes, 412
Anaia Pequeno	85/435	USF Anaia	2297272	Rua Clodomiro Antunes da Costa
Barracão	354,358	USF Emílio Ribas	2291851	Estrada do Sacramento, s/n
Sacramento	201			
Jóquei	206,207	USF Marileia Cardoso	5469910	Rua Waldomiro Lobo, s/n
Jóquei	408	USF Flavio Henrique de Brito	5936586	Rua Oscar Gomes, s/n



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Maria Paula	213,214,215 ,216	USF Doutel de Andrade	2297264	Avenida Odilon Noberto Ferreira, s/n
Vila Candoza	407	USF Vila Candoza	5935261	Estrada do Coelho, s/n

PÓLO SANITÁRIO JORGE TEIXEIRA DE LIMA

BAIRRO	EQUIPE	Coord. Françoise – JTL	CNES	ENDEREÇO
Jardim Catarina	303/306	USF Agenor Jose da Silva	5473632	Rua Eugenio Flomentim,s/n
Jardim Catarina	304,305	USF Jardim Catarina III	5473594	Rua Caetes, It 30 qd. 84
Jardim Catarina	308,309	USF Jardim Catarina V	5474000	Rua Francilvania, Qd 149,Lt 16
Jardim Catarina	310,311,313	USF Floriano Barbosa	5473659	Avenida Albino Imparato,s/n
Jardim Catarina	315	USF Jardim Catarina VII	2291967	Rua Madeira Freitas, 2, qd81
Jardim Catarina		USF Jardim Catarina I	2297221	Av.Albino Imparato, s/n
Jardim Catarina	317,318	USF João Goulart	2291673	Rua dos Marfins s/n
Jardim Catarina	320	USF Jardim Catarina VIII	5469945	Rua Aldea de Matos, s/n,CIEP Anita Garibaldi
Jardim Catarina	322	USF Jardim Catarina IX	2291975	Rua Adelaide Lima, 252
Santa Luzia	359, 436	USF Santa Luzia	2297248	Av. Santa Luzia, s/n
Santa Luzia	426	USF Elza Borges	6787851	Rua Visconde de Seabra,s/n
Bom Retiro	300	USF Roberto Silveira	2291681	Rua Joaquim Nabuco, s/n
Bom Retiro	301	UBS Jeremias de Matos Fontes		Rua Laudelino Freire, s/n
Guaxindiba	302/504	USF Luiz Pasteur	2291630	R. Zilda Silveiras, s/n
Lagoinha	324	USF Luiz Paulo Guimarães	2291738	Rua Aristides Lima, s/n
Laranjal	325,326			
Laranjal	327,353	USF Juarez Antunes	2291622	Rua Alzira Vargas, s/n
Largo da Idéia	329	USF Largo da Idéia	2291649	Rua Gerônimo Pina, s/n



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Marambaia	422	USF Ari Teixeira	2291886	Rua General Savari, s/n
Marambaia	441/013/440	USF Marambaia	7044895	Rua Alviar de Matos, s/n
Monjolos	340, 416	USF Anibal Porto	6000894	Rua Almirante Pena Boto, 1923
Vila Três	360/505	USF Vila Três	5726956	R. Nestor Pinto Alves, 380
Vista Alegre	423	USF Vista Alegre	6127797	Rua Manoel Santana, It 23
Apollo III	437	USF Apollo III	6931324	Rua José Gabriel
Apollo III	438/439	USF Apollo III	6952429	Rua: Severino Barbosa, 172

PÓLO SANITÁRIO PAULO MARQUES RANGEL

BAIRRO	EQUIPES	Coord. Ilza Anna – PMR	CNES	ENDEREÇO
Boaçu	6, 7	USF Mahatma Gandhi	2291878	Rua Francisco Barbeiro, s/n
Boaçu	8,9,10	USF Alexander Fleming	2291827	Rua Capitão Acácio, s/n
Fazenda dos Mineiros	30,66	USF Carlos Chagas	2291568	Rua Exp Manoel Chagas, s/n
Fazenda dos Mineiros	31	USF Fazenda dos Mineiros	5473500	Rua Leoncio Correa, 2341
Itaoca	35	USF Albert Sabin	2291770	Estr. Itaoca, s/n
Itaúna	36,37,38	USF Itaúna I	2291983	Travessa Ernestina Pires, 100
Itaúna	39	USF Itaúna II	5473608	Estrada da Conceição, s/º
Palmeiras	64	USF Neuza Goulart Brizola	2291754	Estrada de Palmeiras, s/n
Palmeiras II	421	USF Palmeiras II	6005217	Rua Deputado Silva Santos
Recanto	72 14	USF David Capistrano	3029123	Estrada da Sapucaia, s/n
Portão do Rosa	500,501,502	USF Portão do Rosa	7430582	Rua Alfredo Bahiense, s/n
Boa Vista	401/402	USF Dr. José Bruno Neto	3029077	Rua Joaquim Souza, 316



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Bairro Rosane	103/403	USF Getulio Vargas	2291665	Rua Minas Gerais, s/n
Boa Vista	321	USF Boa Vista/Abacatão	5474043	Rua Pires do Rio, 211
Mutua	53/54	USF Mutua II	2292009	Rua Francisco Nunes, s/n
São Miguel	82/83	USF São Miguel	2702673	Rua Coronel Gurgel, 56fundos
Mutuapira	57/58/59	USF Alberto ConstantinoFarah	2291762	Estrada da Conceição, s/n
Mutuaguaçu	55	USF Mutuaguaçu	2292017	Rua David Alves, s/n
Mutua	52	USF Mutua I	6946917	Rua Verão, 68
Antonina /Cruz do Sul	4,5 e 27	USF Antonina/Cruzeiro doSul	3284611	Rua Walter da Costa Dias, 80
Nova Cidade	61/63	USF Nova Cidade	2291932	Avenida Vicente de LimaCleto, s/n
Fazenda dos Mineiros	44	USF Manoel da Ilhota	5473676	Avenida Flávio Monteiro de Barros, 546

PÓLO SANITÁRIO WASHINGTON LUIZ

BAIRRO	EQUIPES	Coord. Denise – WL	CNES	ENDEREÇO
Água Mineral	20	USF Água Mineral	5474760	Rua: Monza, s/n
Engenho Pequeno	425	USF Juvenil Francisco Ribeiro	2291592	Estrada da Basiléia, s/n
Engenho Pequeno	406	USF Engenho Pequeno	5873983	Rua Cássio Raposo,s/n
Estrela	29/32/34	USF Madre Tereza de Calcutá	2292025	Estrada BoqueirãoPequeno, 1015
Galo Branco	33	USF Galo Branco	5469937	Rua Egidio Justi, s/n
Lindo Parque	40	USF Lindo Parque I	5474019	Rua HumbertoCampos, 53
Lindo Parque	41	USF Lindo Parque II	5473535	Rua Gurupá, 270
Morro da Torre	411	USF Zé Garoto	6000843	Rua FranciscaMarques, 205



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Pita	328	USF Pita	5469961	Rua Mentor Couto, 925
Porto da Pedra	410, 433	USF Barbosa Lima Sobrinho	2291894	Rua Abílio José deMatos
Rocha	73,74,75	USF Wally Figueira da Silva	2291800	Estr. de Malafaia, s/n
Galo Branco	76,78	USF Menino de Deus	3029115	Rua Antonio Xavier,219
Rocha	79	USF Rocha	3284646	Rua Louvaldi no Antonio de Lima, 137,Lt28
Vila lara	104	USF Vila lara	5474027	Rua Leopoldo Marins,Lt 8, casa 1
Zumbi	23	USF Zumbi	5469929	Rua Sena Borges, 2004
Barro Vermelho	424	USF Armando Gueirros	2291789	Rua: Siqueira Campos,s/n
Brasilândia	11 , 12	USF Brasilândia	2291924	Rua:Miguel Ângelo, s/n
Gradim	903	USF Bocayuva Cunha	3148505	Rua Cruzeiro do Sul,s/n
Gradim	427,428, 431, 432	USF Ana Neri	2291614	Rua Silvio Vallet, It 18
Morro	901 ,904	USF Armando Leão Ferreira	3029093	Alameda Estad osUnidos, s/n
Neves	404/405/5 03	USF Neves I	5473993	Rua Floriano Peixoto,954
Porto Novo	100	USF Bento da Cruz	5474035	Rua Doming osCarvalhães, s/n
Santa Catarina	434, 454	USF Luiz Carlos Prestes	2291703	Rua:Dr.º Jurumenh a,s/nº
Tenente Jardim	455	USF Tenente Jardim	7044879	Rua: Dr.º March, 2.295
Venda da Cruz	413	USF Venda da Cruz	5995191	Avenida Sant osDumont, 48
Vila Lage	1	USF Vila Lage	5473942	Avenida Lucio TomeFeitera, s/n
Paiva	418,419	USF Victor Chimelly	6004512	Rua Capitaó JoaoMonteiro, s/n
Porto Novo	Rede	UBS Haroldo P. Nunes	2291908	Rua Capitão JoãoManoel, 1359



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Porto	Rede /417	UBS Robert Kock /	6004504	Rua Ary Parreiras, s/n
--------------	------------------	--------------------------	----------------	-------------------------------

PÓLO SANITÁRIO HÉLIO CRUZ

BAIRRO	EQUIPES	Coord. KEILA – HC	CNES	ENDEREÇO
Luiz Caçador	42, 43	USF Tancredo Neves	2291657	Estrada da Trindade, s/n
Trindade	93, 96			
Trindade	92	USF Trindade	2291991	Rua Juiz de Fora, 581
Mutondo	45,47,49,91, 97,98, 99,367	CLINICA GONÇALENSE		Rua Dr.º Alfredo Backer, 358
Coelho	912,913,914	USF Coelho	5473683	Rua Candido Reis, 293
Trindade	89,94,95	USF Irmã Dulce	2291819	Rua Domingos DamascenoDuarte, 809
Bandeirantes	341	USF Bandeirantes	2291576	Rua Joaquim Laranjeiras, s/n
Miriambi I E II	337/338			
Amendoeira	204, 205	USF Osvaldo Cruz	2291606	Rua Domingos da Costa, s/n
Jardim Alcântara	2, 3	USF Jardim Alcantara	5473950	Rua: Anísio Teixeira, 130
Colubande	19	USF Colubande	5473683	Rua August Rush, 45
Colubande	21,22	USF Colubande	5474825 /5474817	Rua Exp. Barli Azevedo Vieira, 48
Colubande	24	USF Colubandê	2814811	Avenida Marica, 240
Colubande	25	USF Colubande		Rua Melchiades Picanço, 52
Mutondo	50	USF Mutondo	5473985	Rua Campos, 20
Lagoinha	323	USF Lagoinha	2291738	Rua Mariana, 74, casa 01
Pacheco Tiradentes	356,347	USF Tiradentes/Pacheco	2291959	Rua Major Rubens Vaz, 12
Pacheco	355,915	PS Adolpho Lutz	2297302	Rua Nazário Machado, s/n
Laranjal	414	USF Alvorada	5994411	Rua Vicentina Goulart, 61



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Chumbada	48, 51	USF Mutondo II	3284638	Rua Leandro Leal, 11
Nova Cidade	415	USF Nova Cidade	600886	Rua Ponte Negra, Lt 330

Fonte:SEMSADC

4.3 PÓLOS SANITÁRIOS E ESPECIALIDADES OFERTADAS

O Município de São Gonçalo possui cinco Pólos sanitários ligados diretamente aos postos de saúde, oferecendo as especialidades médicas descritas abaixo:

ESPECIALIDADES OFERTADAS	PÓLOS SANITÁRIOS				
	HÉLIO CRUZ 2297213	PAULO MARQUES RANGEL 2297205	JORGE TEIXEIRA DE LIMA 2202959	RIO D'OURO 2297256	WASHINGTON LUIZ 2291533
ALERGOLOGIA					X
CARDIOLOGIA	X	X	X	X	X
CLÍNICA MÉDICA	X	X	X	X	X
DERMATOLOGIA	X	X	X	X	X
ENDOCRINOLOGIA	X	X	X	X	
FARMACÊUTICO	X	X	X	X	X
FISIOTERAPIA	X			X	X
FONOAUDIOLOGIA		X		X	X
GASTROENTEROLOGISTA					X
GERIATRIA			X	X	X
GINECOLOGIA /OBSTETRÍCIA	X	X	X	X	X
HEPATOLOGIA					X
HOMEOPATIA					X
NEFROLOGIA	X				
NEUROLOGIA				X	X
NUTRIÇÃO	X		X	X	X
ODONTOLOGIA			X		
ORTOPEDIA	X				X
OTORRINOLARINGOLOGIA	X				
PEDIATRIA	X	X	X	X	X
PNEUMOLOGIA	X				X
PROCTOLOGIA					X
PNEUMO/INFANTIL	X				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

PSICOLOGIA	X	X	X	X	X
PSIQUIATRIA					X
SERVIÇO SOCIAL	X		X	X	X
TERAPIA OCUPACIONAL				X	
TISIOLOGIA					X
UROLOGIA					X

Fonte: SEMSADC

4.4 SAÚDE BUCAL

A Política Nacional de Saúde Bucal, continuará a ser implementado de acordo com as diretrizes do Programa Brasil Sorridente em conformidade a suas projeções. Desta forma, o diagnóstico das doenças bucais será precoce, seguido de imediato início do tratamento, com o objetivo de interromper a progressão da doença e impedindo o surgimento de eventuais incapacidades e danos recorrentes.

O tratamento irá dar prioridade aos procedimentos conservadores, visando a manutenção dos elementos dentários, trazendo como prioridade a prevenção, promoção e recuperação da saúde bucal, descaracterizando a mutilação, garantindo assistência integral em todos os níveis.

A reabilitação busca recuperar de forma parcial ou total as capacidades funcionais perdidas com as doenças detectadas, buscando a reintegração do indivíduo a sociedade.

A Atenção Básica em Saúde Bucal tem buscado continuamente formas de ampliar a oferta e a qualidade dos serviços prestados dentro das Equipes de Saúde Bucal (ESB's) – Modalidade I (Cirurgião Dentista e Auxiliar em Saúde Bucal) das ESF's (109 equipes) e das Equipes de Saúde Bucal das UBS's (Pólo Sanitário Rio do Ouro, Paulo Marques Rangel, Anaia , PAM Alcântara).

4.5 PRODUÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

A produção das Unidades de Saúde da Atenção Básica, apresentada nas tabelas abaixo, foram obtidas do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA). Os dados foram coletados até o mês de fevereiro de 2016 e incluem a produção dos anos de 2014 e 2015.

Durante o ano de 2015, houve a implantação do Sistema e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB) pela Clínica Municipal Gonçalense. O sistema e-SUS AB é uma estratégia do Departamento de Atenção Básica para reestruturar as informações da Atenção Básica em nível nacional, estando alinhada com a proposta de reestruturação dos Sistemas de Informação em Saúde do Ministério da Saúde. O e-SUS AB suprime a necessidade de lançamento da produção das US's (ou UC's) no SIAB (ou SISAB) e no BPA. No e-SUS AB a produção processada tanto quando utilizado o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), como quando empregado o sistema com Coleta de Dados Simplificada (CDS).

Na tabela abaixo apresentamos as consultas e atendimentos realizados pelos profissionais das 200 Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) de Atenção Básica. Cerca de 2.808.787 procedimentos foram realizados durante o ano de 2015. Quadro 1 - Grupo de procedimentos de média complexidade:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
Procedimentos especializados realizados por profissionais médicos, outros de nível superior enível médio.	Exames ultra-sonográficos
Cirurgias ambulatoriais especializadas	Diagnose
Procedimentos traumato-ortopédicos	Fisioterapia
Ações especializadas em odontologia	Terapias especializadas
Patologia clínica*	Prótese e órteses
Anatomopatologia e citopatologia	Anestesia
Radiodiagnóstico*	Hemoterapia*

* Fonte: tabela de procedimentos do SIA/SUS

* Esses grupos incluem procedimentos de alta e média complexidade

4.6 UNIDADES ESPECIALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

UNIDADES ESPECIALIZADAS DE SAÚDE POR TIPO SG/RJ

TIPOS DE UNIDADE DE SAÚDE	QUANTIDADE
Policlínicas de Especialidades	04
Policlínicas de Especialidades	01
Centro de Atenção Psicossocial Adulto (CAPSII)	02
Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD)	01
Núcleo de Atenção aos Ostomizados	01
Residência Terapêutica	04
Hemonúcleo	01

Fonte: SEMSADC

4.7 POLICLÍNICAS DO MUNICÍPIO E ESPECIALIDADES OFERTADAS

O Município possui quatro Policlínicas e um ambulatório com serviços de saúde especializados, conforme informados a seguir:

ESPECIALIDADES OFERTADAS	Serviços de Saúde especializados				
	PAM NEVES CNES: 2297299	PAM ALCANTARA CNES: 2297280	PAM COELHO CNES: 2297746	AMBULATÓRI O DO HOSPITAL LUIZ	POLICLÍNICA BARRO VERMELHO
Alergologia		X			
Angiologia	X	X			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Cardiologia	X	X		X	X
Cirurgia/Cabeça e Pescoço		X			
Cirurgia Geral			X		
Cirurgia Vascular		X			
Clínica Médica	X	X	X		X
Dermatologia		X			X
Ecografia		X			
Endocrinologia	X	X		X	
Farmacêutico	X	X	X		
Fisioterapia					X
Fonoaudiologia	X	X	X		X
Gastroenterologista					
Geriatria	X				
Ginecologia/Obstetrícia	X	X	X	X	X
Hepatologia		X			
Infectologia	X				
Nefrologia					
Neurologia	X	X	X		
Neuropediatria			X		
Nutrição	X	X	X	X	
Odontologia				X	X
Oftalmologia		X			
Ortopedia	X				
Otorrinolaringologia	X	X			
Pediatria	X	X	X		X
Pneumologia					
Psicologia	X	X	X	X	X
Psiquiatria	X		X		
Radiologia			X		
Reumatologia		X			
Serviço Social	X	X	X		
Urologia		X			X
Mastologia				X	

Fonte: SEMSA-SG/2016

4.8 ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A atenção hospitalar apresenta o maior nível de complexidade no sistema, ocupando importante papel na pirâmide de atenção à saúde, responsável pela prestação de serviços especializados. Historicamente assumiu características plural e fragmentada na prestação da assistência, muitas vezes desvinculadas dos demais serviços integrantes da rede assistencial.

Os serviços ofertados na atenção hospitalar são integrantes dos níveis de média e alta complexidade, estando intimamente ligados à diversidade das especialidades médicas, inovações tecnológicas e qualificação profissional. Destaca-se a seguir o elenco de procedimentos hospitalares de alta complexidade.

A assistência hospitalar e urgência/emergência pública no Município de São Gonçalo são compostas pelo: Pronto-Socorro Central Dr.^º Armando de Sá Couto (PSC), Pronto-Socorro Mário Nijar Quintanilha, pelo Hospital Infantil Darcy S. Vargas - e o Hospital Luiz Palmier (maternidade)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

além de duas UPA's 24 horas Tipo II de Gestão Estadual, São Gonçalo 1 (Colubandê) e São Gonçalo 2 (Santa Luzia) e 02 UPA's Municipais Tipo II nos bairros de Pacheco e Nova Cidade. Contamos ainda com hospital de referência regional, Hospital Estadual Alberto Torres.

5. PPI - PROGRAMAÇÃO PACTUADA E INTEGRADA

A Programação Pactuada e Integrada é um processo instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde (Portaria GM/MS n.º 399, de 22 de fevereiro de 2006), onde, em consonância com o processo de planejamento, são definidas e quantificadas as ações de saúde para população residente em cada território, bem como efetuados os pactos intergestores para garantia de acesso da população aos serviços de saúde. Tem por objetivo organizar a rede de serviços, dando transparência aos fluxos estabelecidos e definir, a partir de critérios e parâmetros pactuados, os limites financeiros destinados à assistência da população própria e das referências recebidas de outros municípios. Define a programação das ações de saúde em cada território e norteia a alocação dos recursos financeiros para saúde a partir de critérios e parâmetros pactuados entre os gestores. Nesse contexto, a PPI vem sendo discutida na região da metropolitana II (São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Niterói Maricá e Silva Jardim) com a finalidade de adequar a atual realidade de cada município aos procedimentos oferecidos anteriormente. A finalização nas ações de diminuir, agregar ou retirar serviços vem sendo discutida na região visando a renegociação, através do gestor local, na CIR Metro II e CIB - RJ.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO TÉCNICO B

GESTÃO DO SAD

1. RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 1.1 Atuar de acordo com as normas Legais e diretrizes do Ministério da Saúde bem como as que dispõem esse instrumento;
- 1.2 Criar uma Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), específica para efetuar o acompanhamento da Administração e Operacionalização do SAD , por técnicos;
- 1.3 Fornecer à instituição executora do contrato de gestão, e a seu pessoal o apoio necessário à plena consecução dos objetivos do Contrato e Projeto Básico;
- 1.4 Acompanhar, supervisionar e fiscalizar, a execução das atividades desenvolvidas;
- 1.5 Repassar pontualmente os recursos financeiros previstos, de acordo com o cronograma e condições estabelecidas;
- 1.6 Controlar a qualidade dos serviços contratados, identificando possíveis distorções e sugerindo constantes ajustes;
- 1.7 Possibilitar o uso dos bens móveis e imóveis, mediante a viabilização dos correspondentes termos de cessão de uso;
- 1.8 Inventariar e avaliar os bens referidos no item acima, anteriormente à formalização dos termos de cessão de uso;
- 1.9 Realizar permanente vistoria quanto à precariedade dos equipamentos ou aquisição de novos, fornecendo pareceres técnicos quanto da solicitação pelo CONTRATADO.

2. OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS):

- 2.1 Fiscalizar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, acompanhando o desenvolvimento dos serviços prestados, conferindo sua execução, e atestando documentos fiscais pertinentes, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais.
 - 2.1.1 Ocorrendo eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, devem ser anotadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando, caso seja preciso, os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, devendo ainda ser exigidas as medidas corretivas necessárias.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

2.1.2 As irregularidades e/ou problemas no desenvolvimento dos serviços devem ser notificadas à contratada, por escrito, fixando-se prazo para a sua correção, devendo-se prestar-lhe esclarecimentos sobre as circunstâncias em que foram observadas tais falhas na prestação.

2.2 Especificar e estabelecer normas e diretrizes para a execução dos serviços ora contratados, definindo as prioridades, regras, bem como os prazos e etapas para cumprimento das obrigações, fornecendo à contratada, em tempo hábil, as informações.

necessárias e relevantes à consecução dos serviços a serem executados, colocando-se à disposição desta as informações técnicas sobre os serviços executados.

2.3 Comunicar à contratada, por escrito, quaisquer modificações no objeto a ser prestado, bem como estipular prazos para sua adequação;

2.4 Embargar a continuação dos serviços que estejam sendo executados em desacordo com os elementos dos serviços, com as obrigações da contratada e/ou com as Normas de Segurança, das quais a contratada declara ter pleno conhecimento.

3. DAS OBRIGAÇÕES, DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO:

4. Administrar e operar o SAD dentro das diretrizes do Ministério da Saúde, através de atendimento domiciliar aos usuários do SUS, de forma gratuita, dentro dos critérios de elegibilidade previsto na legislação pertinente e suas alterações.

4.1 Dar continuidade a implantação de protocolos clínicos e administrativos em todos os departamentos visando a otimização da gestão;

4.2 Garantir a contratação de profissionais médicos qualificados para atender adultos e crianças nos casos de urgência e emergência, de forma a oferecer aos usuários serviços assistenciais de excelência;

4.3 Praticar remuneração compatível com os níveis médios de mercado praticados na rede privada de saúde, no pagamento de salários e de vantagens de qualquer natureza aos dirigentes e empregados do CONTRATADO, garantindo o funcionamento ininterrupto da Unidade;

4.4 Contratar e pagar integralmente o pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades do CONTRATADO, ficando esta como a única responsável pelo pagamento dos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando o CONTRATANTE de quaisquer obrigações, presentes ou futuras;

4.5 Observar, na prestação dos serviços:

4.5.1 Respeito aos direitos dos usuários, atendendo-os com dignidade de modo universal e igualitário;

4.5.2 Manutenção da qualidade na prestação dos serviços;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

- 4.5.3 Respeito à decisão do usuário em relação ao consentimento ou recusa na prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
- 4.5.4 Garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos usuários;
- 4.5.5 Garantia que o usuário será atendido no acolhimento apenas pelo profissional de saúde (enfermeiro) para toda e qualquer informação;
- 4.5.6 Esclarecimento dos direitos aos usuários, quanto aos serviços oferecidos;
- 4.5.7 Responsabilidade civil e criminal pelo risco de sua atividade;
- 4.5.8 Inserção obrigatória dos procedimentos autorizados e dos medicamentos dispensados nos protocolos terapêuticos estabelecidos pelas instâncias municipal, federal e estadual;
- 4.5.9 Apoiar o complexo regulador da SEMSADC.
- 4.5.10 Utilizar para a contratação de pessoal, critérios técnicos inclusive quanto ao gerenciamento e controle de recursos humanos, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias;
- 4.5.11 Contratar serviços de terceiros para atividades acessórias e apoio, sempre que necessário, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes;
- 4.5.12 Responsabilizar-se, civil e criminalmente perante os pacientes, por eventual indenização de danos morais decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência, decorrentes de atos praticados por profissionais subordinados ao CONTRATADO. E também responsabilizar-se por eventuais danos materiais e morais oriundos de ações por erros médicos além daqueles decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, ou relações com terceiros, como por exemplo, fornecedores;
- 4.5.13 Manter controle de riscos da atividade e seguro de responsabilidade civil nos casos pertinentes;
- 4.5.14 Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde cujo uso lhe for permitido, devendo a variável aviso, em lugar visível, assim como da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- 4.5.15 Administrar e manter em perfeitas condições os bens móveis (incluindo equipamentos e instrumental) e imóveis públicos cedidos pelo CONTRATANTE, cujo uso lhe seja permitido ou necessário para a realização dos serviços contratados, inclusive substituindo-os por outros do mesmo padrão técnico, caso seja necessário, de forma a realizar as atividades contratadas (Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva);
- 4.5.16 Manter uma ficha histórica com as intervenções realizadas nos equipamentos ao longo do tempo, especificando o serviço executado e as peças substituídas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

4.5.17 Disponibilizar permanentemente toda e qualquer documentação ou base de dados para acesso irrestrito e/ou auditoria do Poder Público;

4.5.18 Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como com todos os gastos e encargos com materiais e concessionárias;

4.5.19 Utilizar, os sistemas informatizados de gestão, acompanhamento do contrato de gestão, centro de custo da unidade gerenciada, gestão de pessoal, e os demais sistemas compatíveis com o modelo de gestão proposto neste termo, a serem disponibilizados pelo CONTRATADO, e alimentá-los continuamente com as informações requeridas, sob pena de inviabilizar a apuração da produção e não comprovação do atingimento das metas contratadas;

4.5.20 Fornecer:

- 4.5.20.1 Atendimento médico;
- 4.5.20.2 Assistência de enfermagem;
- 4.5.20.3 Assistência social;
- 4.5.20.4 Materiais médicos e insumos;
- 4.5.20.5 Fornecimento de medicamentos para tratamento;
- 4.5.20.6 Fornecimento de insumos para utilização no SAD e domicílio do Paciente
- 4.5.20.7 Exames laboratoriais;
- 4.5.20.8 Exames de imagem/radiológico (Regulados pela Central de Regulação Municipal);
- 4.5.20.9 Serviços de esterilização dos materiais médicos, tanto de materiais termo resistentes quanto de materiais termo sensíveis;
- 4.5.20.10 Aquisição e reposição de uniformes;
- 4.5.20.11 Gases medicinais;
- 4.5.20.12 Coleta, transporte e tratamento de resíduos;
- 4.5.20.13 Equipamentos de uso permanente;

4.5.21 Realizar, por meio de seus profissionais médicos, a prescrição de medicamentos no SAD de acordo com as listas de medicamentos estabelecidas pela SEMSADC, padronizadas pelo SUS e os protocolos clínicos. Se a prescrição não atender a esse requisito, o CONTRATADO deverá solicitar autorização ao CONTRATANTE para prescrever o produto. Se não for observado o trâmite acima descrito, e o CONTRATANTE vier a ser compelida a fornecê-lo, poderá descontar a quantia paga do valor repassado mensalmente ao CONTRATADO;

4.5.22 Arcar com despesas de concessionária de serviços públicos, tais como, energia elétrica, telefone, entre outras, mantendo os pagamentos em dia para evitar interrupção no fornecimento;

4.5.23 Responsabilizar-se pela prestação de serviços de assistência em casos de calamidades, surtos, epidemias e catástrofes. Nestes casos, será possível a repactuação do Contrato de Gestão, visando o equilíbrio econômico-financeiro, se houver necessidade;

4.5.24 Aplicar todas as normas e protocolos da SEMSADC nos casos de acidente vascular cerebral isquêmico;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

4.5.25 Observar, durante todo o prazo do contrato de gestão, a Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde (PNH/MS), visando ao cumprimento do modelo de atendimento humanizado;

4.5.26 Requerer autorização prévia ao CONTRATANTE, na hipótese de o CONTRATADO se dispor a prestar serviço originalmente não previsto no Contrato e seus Anexos, ou, se desejar executar de modo distinto serviço já previsto, apresentando as razões do seu pleito, com demonstrações das vantagens e garantia do cumprimento do Contrato. A alteração não poderá resultar em padrão inferior de desempenho e modificar substancialmente o objeto do Contrato de Gestão;

4.5.27 Utilizar os imóveis cedidos pelo CONTRATANTE, conforme permissão de uso;

4.5.28 Manter controle de ponto de todos os profissionais em serviços no SAD aferindo-o e alimentando o sistema informatizado de gestão disponibilizado pelo CONTRATADO;

4.5.29 Manter os profissionais de saúde permanentemente capacitados e atualizados. A informação sobre a capacitação da equipe deve ser passada a SEMSADC mensalmente. A SEMSADC poderá, a qualquer momento, solicitar a capacitação específica em alguma área;

4.5.30 Dar conhecimento imediato ao CONTRATANTE de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento do Contrato, ou que, de algum modo interrompa a correta prestação do atendimento aos usuários do SAD

4.5.31 Apresentar ao CONTRATANTE mensalmente:

4.5.31.1 Relação dos valores financeiros repassados, com indicação da Fonte de Recursos;

4.5.31.2 Relatório Consolidado da Produção Contratada X Produção Realizada;

4.5.31.3 Relatório Consolidado do alcance das metas de qualidade (Indicadores).

4.5.32 Apresentar ao CONTRATANTE, no prazo por ela estabelecido, informações adicionais ou complementares que esta venha formalmente a solicitar;

4.5.33 Apresentar relatório com informações detalhadas, além dos relatórios trimestrais previstos, de acordo com regulamentação do CONTRATANTE e na periodicidade por ela estabelecida, especialmente sobre:

4.5.33.1 Listagem com identificação dos atendimentos realizados, devidamente segmentados pela sua natureza;

4.5.33.2 Estatísticas de óbitos;

4.5.33.3 Interação com a rede pública de atenção à saúde e com os complexos reguladores, estadual e municipal, especialmente quanto aos problemas envolvendo remoção e transferência de usuários;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

4.5.33.4 Relação dos profissionais do SAD, responsáveis pela prestação dos serviços, incluindo sua formação e titulação;

4.5.33.5 Quaisquer outras informações que o CONTRATANTE julgar relevantes sobre as prestações do serviço e sobre as condições financeiras do CONTRATADO;

4.5.34 Apresentar ao CONTRATANTE, mensalmente, relatório contendo todos os procedimentos realizados, bem como toda a documentação exigida, nos termos indicados e segundo a metodologia adotada pelo Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde (SIHSUS);

4.5.35 Alimentar e atualizar os sistemas informatizados de gestão, fornecidos pelo CONTRATADO, com as informações completas acerca dos serviços prestados e procedimentos realizados, de forma a evitar glosas do Sistema Nacional de Auditoria do SUS;

4.5.36 Alimentar e atualizar os sistemas de informação a serem adotados pela SEMSADC ;

4.5.37 Apresentar ao CONTRATANTE, trimestralmente, folha de pagamento de salários, em que constem os pagamentos aos profissionais e comprovantes de quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que prestam ou prestaram serviços no âmbito deste Contrato de Gestão;

4.5.38 Apresentar à Ouvidoria do CONTRATANTE, trimestralmente, relatório com as reclamações dos usuários, bem como as respostas fornecidas, as providências adotadas em cada caso e o tempo de resposta e de adoção das providências;

4.5.39 Dar conhecimento imediato ao CONTRATANTE de vícios ocultos no SAD;

4.5.40 Fornecer os relatórios, documentos e informações previstos, de forma a permitir sua integração em bancos de dados, em base eletrônica, conforme padrão determinado pelo CONTRATANTE;

4.5.41 Assegurar o CONTRATANTE o acesso irrestrito e em tempo real ao banco de dados referido;

4.5.42 Arquivar vias originais dos relatórios previstos, após analisadas e aprovadas pelo CONTRATANTE, na sede do CONTRATADO, que deverá mantê-las em arquivo, conforme legislação vigente;

4.5.43 Apresentar o CONTRATANTE, anualmente, o instrumento de convenção trabalhista, devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, bem como sua adesão e efetivo cumprimento desta convenção, na forma da lei;

4.5.44 Informar à SEMSADC durante todo o prazo do Contrato de Gestão, as seguintes informações:

4.5.44.1 Estatísticas mensais dos atendimentos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

4.5.44.2 Lista dos serviços oferecidos e dos profissionais de saúde responsáveis pelo atendimento dos usuários, devidamente habilitados nos respectivos conselhos profissionais do Estado do Rio de Janeiro;

4.5.44.3 Informações de contato (telefone, endereço de correio eletrônico, formulário eletrônico, endereço de correspondência) para recebimento de reclamações, sugestões e esclarecimento de dúvidas dos usuários.

4.5.45 Realizar o monitoramento permanente da prestação dos serviços, especialmente nos itens necessários à apuração do cumprimento de suas obrigações;

4.5.46 Garantir que o SAD; estejam devidamente cadastradas e atualizadas no banco de dados do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), conforme legislação vigente e instituído pela Portaria SAS/MS n.º 376, de 03 de outubro de 2000;

4.5.47 Garantir os itens condicionantes para o correto credenciamento e habilitação dos serviços e exames realizados junto ao Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), tais como: carga-horária, CBO, equipamentos e demais requisitos necessários;

4.5.48 Garantir que todos os profissionais que executam ações e/ou serviços de saúde por ela empregados e ativos estejam devidamente cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

4.5.49 Compor equipe de faturamento devidamente qualificada e corretamente dimensionada para a geração das informações que subsidiarão o preenchimento dos Sistemas de Informação Nacionais do DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde) e do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIHSUS);

4.5.50 Notificar ao órgão competente todos os casos de notificação compulsória que porventura sejam diagnosticados no SAD;

4.5.51 Providenciar estrutura física e técnica que permita a instalação de telefone e linha telefônica (hot line) como ponto de ligação direta, por 24 horas semanais, ao canal de comunicação da Ouvidoria da SEMSADC com os usuários;

4.5.52 A instalação de bens móveis ou imobilizados nos equipamentos objeto da permissão de uso, assim como as benfeitorias realizadas naqueles já existentes serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de retenção ou retirada sem prévia autorização do Poder Público;

4.5.53 Faltando 60 (sessenta) dias para o término do Contrato de Gestão deverá ser realizada a atualização cadastral dos equipamentos, mobiliário e materiais permanentes, por meio de inventário de todos os equipamentos existentes, informando sua localização, o nome e tipo do equipamento, assim como seu número de patrimônio;

4.5.54 Visando garantir um padrão homogêneo de atendimento de excelência, o CONTRATADO deverá comprometer-se a atender as necessidades apontadas pelo Programa de Acreditação Internacional adotado pela SEMSADC;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

4.5.55 A prescrição dos profissionais do CONTRATADO quanto aos medicamentos e insumos de uso pelo paciente ambulatorial deverá observar as listas padronizadas pelo SUS e os protocolos clínicos. Caso a prescrição não atenda esse requisito o CONTRATADO deverá solicitar autorização ao CONTRATANTE para prescrever o produto.

4.5.56 Responsabilizar-se pelo processo de administração direta do SAD;

4.5.56.1 Contratação e gestão do pessoal necessário à operação do SAD;

4.5.56.2 Efetivação dos processos de compra de materiais e insumos necessários à operação da Unidade;

4.5.56.3 Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral e predial, incluindo nas mesmas a reposição de peças;

4.5.56.4 Manter o padrão de qualidade de atendimento dentro das exigências contratuais, que serão baseadas nas diretrizes constantes deste contrato e as características de atividade assistenciais, do presente Projeto Básico;

4.5.56.5 Disponibilizar relatórios gerenciais com as informações solicitadas na periodicidade constante no anexo do presente Projeto Básico aos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

4.5.56.6 Utilizar a logomarca da Cidade de São Gonçalo/Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) e do SUS, em todos os documentos emitidos pelo Executor contratado.

4.5.56.7 Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto se aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

4.5.56.8 Manter sempre atualizado prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelos prazos previstos em lei;

4.5.56.9 Devolver à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) após término do contrato, toda área, equipamentos, instalações e utensílios em perfeitas condições de uso, ressalvados os casos de obsolescência e desgaste natural, substituindo aqueles que não mais suportarem recuperação, conforme identificação prévia deles por prepostos de ambas as partes;

4.5.56.10 Os bens deverão ser recebidos por um preposto designado pela firma contratada, serem devidamente inventariados quando da assinatura do contrato, mediante assinatura de Termo de Cessão de Uso, e de forma idêntica deverão ser devolvidos na oportunidade do seu encerramento, por qualquer motivo, inclusive aqueles incorporados posteriormente no transcorrer do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

5. RESPONSABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PELOS ATOS DE SEUS EMPREGADOS E DE TERCEIROS POR ELA CONTRATADOS

5.1. O CONTRATADO será responsável, objetivamente, pela imperícia, por falhas técnicas, pela falta de higidez financeira e por prejuízos causados pelos terceiros por ela contratados para a execução de serviços do Contrato;

5.2 Os profissionais contratados pelo CONTRATADO para a prestação dos serviços de saúde no SAD deverão ter comprovada capacidade técnica, com formação adequada ao serviço desempenhado e estar em dia com suas obrigações junto aos respectivos conselhos de classe;

5.3 Os profissionais responsáveis pelos serviços médicos deverão ter formação em curso de Medicina, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, e deverão, ainda, estar registrados no respectivo conselho profissional;

5.4 Os profissionais responsáveis pelos serviços de enfermagem: os enfermeiros deverão ter formação no mínimo em curso de Enfermagem, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, e deverão, ainda, estar registrados no respectivo conselho profissional; os Técnicos de Enfermagem deverão ter formação em curso técnico específico para Técnico de Enfermagem, e deverão, ainda, estar registrados no respectivo conselho profissional. Fica vedada a contratação de Auxiliares de Enfermagem;

5.5 Os profissionais responsáveis pelos serviços de assistência social deverão ter formação em curso de Serviço Social, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, e deverão, ainda, estar registrados no respectivo conselho profissional;

5.6 Os demais profissionais envolvidos diretamente na prestação dos serviços de atenção à saúde deverão estar registrados no respectivo conselho profissional e atender às normas e requisitos próprios, conforme a regulamentação do Ministério da Saúde (MS);

5.7 Os contratos entre o CONTRATADO e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o Poder Público;

5.8 Na hipótese de contratação de serviços de terceiros, os contratos entre o CONTRATADO e os terceiros deverão prever cláusula de possibilidade de sub-rogação ao CONTRATANTE, visando à continuidade da prestação adequada dos serviços;

5.9 O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a contratação de terceiros para a execução dos serviços do Contrato, inclusive para fins de comprovação das condições de capacitação técnica e financeira;

5.10 O conhecimento do CONTRATANTE acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime o CONTRATADO do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes do Contrato de Gestão;

5.11 O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato de gestão, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade ao CONTRATANTE;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

5.12 O CONTRATADO será responsável pela imperícia, imprudência, negligência e por prejuízos causados pelos seus diretores e empregados na execução do Contrato de Gestão;

5.13 Todos os empregados e terceiros contratados pelo CONTRATADO deverão portar identificação (crachás) e estar devidamente uniformizados, exibindo a logomarca estabelecida pela SEMSADC, quando estiverem no exercício de funções;

5.14 Os profissionais a serem alocados nas funções indicadas no presente Termo de Referência deverão possuir qualificação e estar em quantitativo mínimo exigido pelo Ministério da Saúde para habilitação e faturamento pela SEMSADC dos serviços prestados aos beneficiários do SUS na unidade. Para tanto, deverão ser atendidas as obrigatoriedades da legislação vigente, inclusive a que diz respeito à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

5.15 A seleção de pessoal pelo CONTRATADO deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, nos termos do regulamento próprio a ser editado pela própria;

5.16 O CONTRATADO deverá dispor de mecanismos para pronta substituição de seus profissionais em caso de faltas, de forma a não interromper ou prejudicar os serviços prestados à população.

5.17 Caso seja necessário, o CONTRATANTE poderá disponibilizar profissionais concursados para atuar nas unidades com objetivo de redução de custos.

6. DEMAIS ENCARGOS

6.1. O CONTRATADO é responsável por todos os encargos e obrigações concernentes à legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias, previdenciária que resultem todas as despesas decorrentes dos serviços prestados, assim como, despesas de eventuais trabalhos não previstos, mas indispensável à execução das atividades;

6.2. A inadimplência do CONTRATADO, com referência ao item acima, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade da efetivação de seu pagamento;

6.3. O CONTRATADO se obriga a prestar contas e apresentar ao CONTRATANTE os documentos relativos a correta execução das suas obrigações trabalhistas dos seus servidores empregados na execução do Contrato de Gestão.

7. CONTROLE DE QUALIDADE

7.1. Compete ao CONTRATADO realizar:

7.1.1 Treinamento e capacitação periódica dos profissionais de coleta, com emissão de certificados;

7.1.2 Treinamento e capacitação dos profissionais da área técnica e todos os envolvidos no sistema, com emissão de certificados;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

- 7.1.3 Implantar formulários para registro de procedimentos realizados;
- 7.1.4 Elaborar Procedimento Operacional Padrão - POP's pertinentes aos processos realizados;
- 7.1.5 Implantar controle de qualidade interno;
- 7.1.6 Implantar controle de qualidade externo (PELM ou PNCQ);
- 7.1.7 Realizar Calibração de equipamentos;
- 7.1.8. Realizar auditorias internas;
- 7.1.9 Realizar ações do programa da qualidade de acordo com o estabelecido nas normas ISO GUIA 17025 e NIT/DICLA 083.

8. CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS

- 8.1 O CONTRATADO atenderá com seus recursos humanos e técnicos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas.
- 8.2 O Serviço de Admissão do CONTRATADO solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) dentro dos princípios da regulação assistencial no município;
- 8.3 O acesso aos exames de apoio diagnóstico e terapêutico oferecidos a pacientes deverá ser regulados via central de Regulação Municipal, para os exames laboratoriais deverá ser ofertado pela CONTRATADA, de acordo com o fluxo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), dentro dos princípios da regulação assistencial no Município;
- 8.4 O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pelo CONTRATADO serão efetuados por intermédio dos dados registrados no Sistema de Informações do Ministério da Saúde E-SUS, bem como por meio dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).

9. ROTINAS DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTOS

- 9.1 A Unidade deve possuir Rotinas de Funcionamento e Atendimento escritas, atualizadas sistematicamente e assinadas pelo Responsável Técnico pela Unidade. As rotinas devem abordar todos os processos envolvidos na assistência que contemplem desde os aspectos organizacionais até os operacionais e técnicos, da mesma forma que deverá ter uma rotina de manutenção preventiva de materiais e equipamentos.

10. REGISTRO DE PACIENTES



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

10.1 Cada paciente deverá possuir um prontuário com as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento.

10.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO

10.2.1 Manter instalados e atualizados todos os Sistemas de Informações utilizados pela SEMSADC e Ministério da Saúde, além daqueles previstos em Lei e outros que venham a ser implantados ao longo do Contrato de Gestão.

11. COMISSÕES

11.1 O SAD, deverá possuir no mínimo, não excluído as já previstas em legislação, as seguintes comissões:

11.1.1 Comissão de Análise de Prontuário;

11.1.2 Comissão de Curativo;

11.1.3 Comissão de Óbito;

11.1.4 Comissão de Análise de Prontuário

12. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

12.1 Conteúdo das informações mensais encaminhadas pelo Contratado:

12.1.1 Informações da atividade assistencial:

12.1.1.1 O CONTRATADO, para apoio à gestão do SAD, encaminhará a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, as informações referentes à atividade assistencial realizada

12.2 Sistema de avaliação:

12.2.1 Com a finalidade de estabelecer as regras para efetivação do pagamento do CONTRATADO, ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

12.2.1.1 A atividade assistencial do CONTRATADO subdivide-se em 03 (três) modalidades, conforme especificação e quantidades relacionadas na ATIVIDADE ASSISTENCIAL, a saber:

12.2.1.1.1 Atendimento Domiciliar;

12.2.1.1.3 Serviço de Auxiliar de Diagnóstico e Terapia (SADT) Regulados.

12.3 Além das atividades de rotina, o SAD, por meio de CONTRATO DE GESTÃO, poderá realizar outras atividades do Sistema Único de Saúde, submetidas à prévia análise e autorização da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), conforme especificado no item ASSISTENCIAL, respeitadas as limitações previstas em Lei.

13. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO

13.1. Visando o acompanhamento e avaliação do Projeto Básico e o cumprimento das atividades estabelecidas para o contrato a contratada deverá apresentar instrumento institucional de acompanhamento, avaliação e controle dos Contratos de Gestão firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) e as Organizações Sociais, bem como deverá apresentar a produção na forma definida pela Comissão Técnica de Fiscalização. De forma a exercer o gerenciamento de unidades e programas de saúde, conforme Decreto Municipal n.º 008/2018. O Contratado deverá, ainda, manter em dia todas as informações no E-SUS e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), além de outros registros oficiais que a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) assim determinar.

13.2. A Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) deverá ter acesso ao sistema informatizado utilizado pela contratada no âmbito do Município. Este acesso poderá ser por intermédio de senha para acesso direto ao sistema e/ou por meio de um software integrador.

13.3. A Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) procederá à análise mensal dos dados enviados pela Direção da Unidade para que sejam atestados os serviços vinculados aos repasses de recursos.

13.4. Será realizada por parte Comissão Técnica de Fiscalização do SAD, a avaliação a cada período de 3 (três) meses (trimestral) dos indicadores e metas do trimestre findo, para a avaliação e pontuação dos indicadores.

13.5. No primeiro relatório de atividade deverão vir especificados os bens permanentes adquiridos e aqueles recebidos em doação ou outras formas, com as respectivas notas fiscais e o local de uso dos mesmos dentro da unidade.

13.6. Todos os contratos e respectivos anexos dos contratos, de serviços firmados pelo CONTRATADO com prestadores, devem ser enviados assim que os serviços forem iniciados, devidamente datados e assinados por ambas as partes, com a descrição de todos os serviços a serem prestadas, metas a ser alcançada, a forma de como serão medidos, bem como com todas as cláusulas contratuais de acordo com as normas legais vigentes no país.

13.7. O serviço deverá ser dotado de controle de ponto eletrônico, cujo relatório deve ser apresentado a Secretaria Municipal Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) sempre que solicitado e deve ser o espelho fiel do que se informa no relatório da Comissão Técnica de Fiscalização.

13.9. Utilização de uniforme e crachá padrão SEMSADC para todos os funcionários.

14. INDICADORES E METAS

14.1 A cada período de 3 (três) meses (trimestral) será realizada por parte da CTF, da Secretaria Municipal Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), a avaliação e pontuação dos indicadores.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

15. PRAZO

16.1 Tão logo o Contrato de Gestão seja firmado, o CONTRATADO terá até 60 (sessenta) dias, para concluir o processo seletivo integral dos recursos humanos para o início das atividades,

16. SUPERVISÃO

16.1. A Coordenação e supervisão da prestação de serviço do SAD, são de Competência da Subsecretaria Municipal de Atenção Básica e Subsecretaria de Atenção Especializada;

16.2. A Fiscalização da execução dos serviços caberá à SEMSADC, visando a qualidade e otimização dos recursos e a correção de possíveis desvios encontrados, bem como articulará e efetivará o processo de acompanhamento e avaliação com base no cumprimento de metas, dos prazos e da análise de indicadores de produção, de cobertura da população e de qualidade e eficiência dos serviços contratados;

16.3. O CONTRATADO se submeterá a todas as medidas, processos e procedimentos da fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções pela SEMSADC, não eximem o CONTRATADO de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas e especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

17. ELEMENTOS DISPONÍVEIS

17.1. Portarias vigentes do Ministério da Saúde e legislação em vigor.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO C

ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO, AVALIAÇÃO E METAS

1. CRITÉRIOS GERAIS PARA O ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS

1.1 O presente Contrato de Gestão tem como principal objetivo garantir a melhora do desempenho e a qualidade nas Unidades Assistenciais por meio da criação de instrumentos de monitoramento e da atribuição de incentivos financeiros.

1.2 Os instrumentos de monitoramento e de atribuição de incentivos financeiros permitirão uma gestão rigorosa e ao mesmo tempo equilibrada que, consciente das necessidades da população, vise à mudança de perspectiva assistencial, com uma abordagem totalizante, gerando autonomia para os indivíduos e melhorando assim, o acesso da população aos cuidados de saúde.

1.3 O acompanhamento do Contrato Gestão não é uma finalidade em si mesmo. Pode-se considerar como parte do processo de avaliação do contrato a identificação e a avaliação de problemas, a discussão e a tomada de decisões sobre as ações que precisam ser implementadas.

1.4 A Subsecretaria Municipal de Saúde de Atenção Básica e Subsecretaria de Atenção Especializada, por intermédio da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), elaborará os instrumentos para o monitoramento e avaliação e realizará o acompanhamento do Contrato de Gestão.

2. RESPONSABILIDADES NO ACOMPANHAMENTO

2.1 A Fundação Municipal de Saúde (FMS), como Contratante, é responsável por levar a cabo as ações que derivam do processo de acompanhamento visando à qualidade e otimização dos recursos e a correção de possíveis desvios e para tanto será criada uma Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) que articule e efetive o processo de acompanhamento e avaliação.

3. COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO (CTF)

3.1 A Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) realizará o acompanhamento e a avaliação do funcionamento e da qualidade assistencial dos serviços de saúde contratado, de acordo com os critérios, parâmetros e calendário previamente definidos pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), com apoio da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), e de suas Subsecretarias, para a gestão da Organização Social (OS);

3.2 Sempre que necessários outros técnicos poderão ser convidados a participar das reuniões de acompanhamento, bem como poderão ser chamados a emitir pareceres técnicos complementares e coadjuvantes às ações de avaliação da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF).

3.3 Os membros da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), titulares e suplentes, serão definidos e nomeados pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde (FMS) e publicados no DO municipal.

3.4 As funções da Comissão serão:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

- 3.4.1 Realizar reuniões periódicas, segundo calendário elaborado de forma consensual pelos membros que a compõem;
- 3.4.2 Avaliar os indicadores de acompanhamento e avaliação pactuados e as informações sobre o funcionamento dos serviços;
- 3.4.3 Analisar as intercorrências no funcionamento dos serviços, os possíveis desvios e suas causas, mormente em relação às metas assistenciais;
- 3.4.4 Indicar as medidas corretivas aos desvios observados, encaminhando-as ao gestor da Organização Social (OS) contratada para as correções necessárias;
- 3.4.5 Analisar preliminarmente propostas de implantação, extinção, ampliação e otimização dos serviços executados;
- 3.4.6 Avaliar a pontuação no quadro de indicadores de acompanhamento, avaliação e metas;

4. ÂMBITOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 Aspectos básicos organizacionais:

4.1.1 Caberá à Organização Social Contratada descrever e executar:

4.1.1.1 Mecanismos de informação e comunicação à população sobre:

4.1.1.1.1 Os serviços que oferta;

4.1.1.1.2 Indicadores de avaliação de desempenho destes serviços utilizando padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

4.1.1.1.3 Os meios de acesso da população aos serviços de saúde ofertados;

4.1.1.2 Disponibilizar de maneira visível o nome dos profissionais, com respectiva escala; Sistema gerencial de informação com acesso pela internet:

4.1.1.2.1 Registros a serem utilizados na atividade assistencial;

4.1.1.2.2 Recepção e encaminhamento dos usuários aos serviços;

4.1.1.2.3 Registros a serem utilizados nos procedimentos administrativos;

4.1.1.2.4 Referência e contrarreferência responsável e regulada dos usuários a outros serviços ou a outros níveis assistenciais;

4.1.1.2.5 Ser dotado de mecanismos que possibilitam disponibilizar em tempo real as informações sobre os atendimentos, bem como as informações econômicas, todas aquelas que a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) julgar necessárias ao acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão;

4.1.1.2.6 Implantar o ponto eletrônico e disponibilizar a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) o controle diário da frequência dos profissionais que atuam na Unidade.

4.2 Todos os aspectos apontados anteriormente deverão estar em acordo com os critérios estabelecidos pelo Plano Municipal de Saúde/SG, com os Planos e Protocolos Assistenciais de Atenção Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), bem como com as Políticas de Saúde e Portarias do Ministério da Saúde e demais legislações em vigor.

4.3 As referências que apontam a boa prática clínica são:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

- 4.3.1 As melhores evidências disponíveis e aceitas de práticas clínicas baseadas em evidências;
- 4.3.2 O consenso de sociedades científicas e associações profissionais;
- 4.3.3 Processos de trabalho consensuados pelos profissionais que pertencem ao serviço de saúde contratado ou a outros serviços no âmbito territorial;
- 4.3.4 Protocolos e linhas de cuidados estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC);

4.4 As referências de boas práticas citadas acima não são excludentes, e sim complementares e sua operacionalidade dependerá do que a defina em cada caso.

4.5 Os parâmetros que se relacionam diretamente com a boa prática clínica e que possam ser objeto de avaliação por parte da CTF são:

- 4.5.1 Qualificação dos profissionais;
- 4.5.2 Utilização do prontuário clínico eletrônico;
- 4.5.3 Uso de todos os outros registros da atividade assistencial necessários;
- 4.5.4 Respeito ao Plano de Educação Permanente e Excepcional da SEMSADC , como no caso das capacitações para dengue, gripe A, entre outros;
- 4.5.5 Respeito aos Planos: Municipal de Saúde, Complementares ou Excepcionais da SEMSADC;
- 4.5.6 Respeito aos Planos de Emergências, Desastres e Contingências dada SEMSADC;
- 4.5.7 Política de Humanização - Protocolos da unidade sobre Acolhimento, sobre o diagnóstico, palição e tratamento das patologias mais incidentes;
- 4.5.8 Registro dos agravos de notificação compulsória - SINAN;
- 4.5.9 Perfil de prescrição farmacêutica;
- 4.5.10 Autoavaliação assistencial pelos profissionais;
- 4.5.11 Avaliação dos serviços de saúde pelos profissionais lotados nas Unidades;
- 4.5.12 Avaliação externa da prática assistencial;
- 4.5.13 Avaliação externa da satisfação do usuário;
- 4.5.14 Respeito às necessidades dos pacientes através da disponibilização dos meios necessários para o tratamento, sejam estes recursos humanos, medicamentos, equipamentos ou outros relacionados.

4.6 Esses critérios serão utilizados para avaliar a atenção ao usuário:

- 4.6.1 Grau de informação do usuário sobre o conteúdo, organização e funcionamento dos serviços de saúde contratados;
- 4.6.2 Boa comunicação entre os profissionais de saúde e os usuários;
- 4.6.3 Incentivo a autonomia dos usuários;
- 4.6.4 Tratamento individualizado e personalizado;
- 4.6.5 Percepção do usuário em relação ao funcionamento dos serviços de saúde através de pesquisas de satisfação, sendo a informação obtida através de questionário de pesquisa de opinião realizado pela instituição parceira ou por órgão designado ou contratado para tal fim.

5. ARTICULAÇÃO COM OUTROS NÍVEIS ASSISTENCIAIS – REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA

5.1 Uma efetiva articulação entre os níveis assistenciais comportará uma continuidade nas linhas de cuidado das unidades. Esta articulação se dará com o apoio da Subsecretaria Municipal de Saúde de Urgência e Emergência e se fará entre a Instituição Parceira, a Coordenação da Área de Planejamento, a Rede de Atenção Básica, as Unidades de Urgência e Emergência, as UPA's e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

UMPA's da região onde a unidade está instalada, ao Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), Superintendência dos Institutos nas questões relativas à assistência psiquiátrica e a Subsecretaria Municipal de Saúde de Regulação, Avaliação e Controle, bem como poderá contar com outros atores e parceiros componentes da rede assistencial.

5.2 Para assegurar a continuidade no processo assistencial serão necessários:

5.2.1 Atenção multiprofissional, instituída por meio de práticas clínicas cuidadoras e baseadas na gestão de linhas de cuidado;

5.2.2 Universalidade, equidade e integralidade no atendimento às urgências;

5.2.3 Humanização da atenção, garantindo efetivação de um modelo centrado no usuário e baseado nas suas necessidades de saúde;

5.2.4 Protocolos, consensos clínicos e linhas de cuidado sobre Acolhimento e Classificação de Risco e sobre as patologias e os processos que possam ser solucionados nas demais unidades;

5.2.5 Suporte e rotinas administrativas adequadas que evitem os deslocamentos desnecessários dos pacientes referenciados ao nível hospitalar ou a outras unidades da rede;

5.2.6 Acordos entre profissionais sobre a informação clínica necessária para dar suporte e continuidade ao processo terapêutico;

5.2.7 Integração com outros setores no sentido de atuar nos condicionantes / determinantes do processo de saúde-doença.

5.2.8 Utilização pelos profissionais de saúde das referências e contrarreferências estabelecidas;

5.2.9 Observância por parte dos profissionais da disponibilização de informação clínica necessária para dar suporte e continuidade ao processo terapêutico.

6. INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E METAS

6.1 Esta proposta tem por objetivo acelerar a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde, uma vez que a falta de qualidade e a ineficiência quase sempre aumenta os custos e o prolongamento da necessidade de cuidados, de tratamentos e de cirurgias complementares.

6.2 Ao final de 12 (doze) meses de acompanhamento, a SEMSADC, juntamente com a Organização Social Contratada, deverá rever estes indicadores, com o objetivo de aperfeiçoar o monitoramento proposto, de acordo com as recomendações das diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

6.3 Mesmo após o cumprimento de todas as metas elencadas no Quadro de Indicadores e Metas, caso haja alguma queda na qualidade do atendimento em função de ação ou omissão imputável à administração da Organização Social, a CTF, baseada em relatório fundamentado enviado pela Subsecretaria de Atenção Básica e Subsecretaria Municipal de Atenção Especializada, poderá descontar até 10% (dez por cento) do valor de repasse mensal.

6.4 Em casos excepcionais de surtos ou situações emergenciais em saúde pública, outros indicadores e estatísticas de doenças de notificação compulsória serão incluídos para fins de acompanhamento.

6.5 O Sistema de Prontuário Eletrônico implantado nas unidades deve ser capaz de fornecer os resultados para TODOS os indicadores utilizados no acompanhamento do contrato.

6.6 A cada período de 3 (três) meses (trimestral) será realizada por parte da CTF, da Secretaria Municipal Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), a avaliação e pontuação dos indicadores e metas que condicionam o valor de pagamento.

6.7 Metas:

6.7.1 Meta 01 – Gestão;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

6.7.2 Meta 02 - Unidade de Saúde.

6.8 Meta 01 - Gestão:

6.8.1 A Meta 01 tem como objetivo induzir boas práticas na gestão da Organização Social Contratada e alinhá-las às prioridades definidas pela SEMSADC. Este recurso somente pode ser utilizado no objeto do Contrato de Gestão.

6.8.2 O CONTRATANTE (SEMSADC) solicitará a Organização Social Contratada a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas aos resultados assistenciais e qualidade dos serviços prestados, conforme Quadro I de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação a seguir.

6.8.3 Os recursos financeiros serão repassados conforme cumprimento dos indicadores do Quadro de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação, de acordo com o percentual médio de metas atingidas conforme tabela.

Percentual de repasses financeiros de acordo com percentual médio de alcance de metas

Percentual Médio de Alcance da Metas	Percentual de Repasse Financeiro
91% a 100%	100%
81% a 90%	90%

Na definição do percentual médio serão utilizados indicadores e metas definidas neste Projeto. Haverá a comparação entre metas propostas e atingidas em cada um dos tipos de indicadores.

No primeiro mês de atividade da Organização Social, os indicadores do Quadro de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação não serão objeto de cobrança de metas, por ser correspondente à fase de implantação do Termo de Gestão e Parceria. Excepcionalmente, para o 1º trimestre de avaliação, serão considerados os indicadores dos meses 2 e 3.

Todas as despesas que forem eventualmente glosadas serão descontadas no repasse imediatamente posterior.

Juntamente com a entrega dos Relatórios de Prestação de contas trimestral deverão ser entregues as certidões negativas de INSS e FGTS dos funcionários contratados em regime CLT para execução deste Termo de Gestão e Parceria. A não entrega de qualquer documento inviabiliza o pagamento da parcela.

6.9 Meta 02 - Unidade de Saúde:

6.9.1 A avaliação do desempenho assistencial da Unidade de Saúde está representada por indicadores que constituem o grupo para a meta 01, conforme quadros abaixo, para o SAD.

6.9.2 O CONTRATANTE (SEMSADC) solicitará a Organização Social Contratada a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas aos resultados assistenciais e qualidade dos serviços prestados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Meta 01 –GESTÃO SAD

ITEM	INDICADOR	FÓRMULA	FONTE	META
01	Percentual de BAE dentro do padrão de conformidades	Total de BAE dentro do padrão de conformidade x 100 Total de BAE analisados.	PEP	>90%
02	Índice de absenteísmo	Horas liquidadas faltantes x 100 Horas liquidadas disponível	Ponto Biométrico	<3%
03	Taxa de <i>Turnover</i>	Nº de Demissões + Nº de Admissões / 2 x 100 Nº de Funcionários ativo (no último dia do mês anterior)	Ponto Biométrico	>4
04	Número de cursos/treinamentos realizados	Total de horas homens treinados no mês / Número funcionários ativos no período.	Relatório	No mínimo 1/mês
05	Taxa de Acidente de Trabalho	CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho	Relatório	>1%
06	Meios de escuta dos usuários	SAU – Serviço de Atendimento ao Usuário	Relatório	Implantar
07	Avaliação da satisfação do usuário	Número de usuários satisfeitos / Total de usuários X 100	Relatório	≤ 80 %
08	Relatórios assistenciais e financeiros entregues no padrão e no prazo.	Relatórios assistenciais e financeiros entregues no padrão definido pela SMS até o 5º dia útil do mês.	Relatório	Até o 5º dia útil
09	Preenchimento adequado de fichas SINAN em todos os casos previstos	Número de fichas SINAN preenchidas X 100 Total de situações com SINAN obrigatório.	PEP	100%
10	Índice de questionários preenchidos pelos pacientes em observação.	Nº de questionários preenchidos x 100 Total de pacientes em observação.	Relatório	30%
11	Percentual de usuários satisfeitos / Muito Satisfeitos.	Nº de conceitos satisfeito e muito satisfeito x 100 Total de respostas efetivas.	Relatório	>85%

Meta 02- Unidade de Saúde – SAD.

Indicador	Tipo	Descrição	Método de Cálculo	Metas
1. Taxa de desospitalização	Resultado	Número de pacientes elegíveis egressos (elegíveis) de internação hospitalar, por solicitação da unidade, para continuidade ou conclusão do cuidado em domicílio	Nº de pacientes elegíveis egressos de internação hospitalar/Nº total de pacientes internados solicitados pela unidade	>90%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

2. Taxa de alta em AD	Resultado	Número de pacientes em AD que tiveram alta OBS 2: Por tipo de alta (administrativa ou clínica)	Nº de pacientes em AD que tiveram alta/Nº total de pacientes em AD	>15%
3. Total de pacientes em AD	Processo	Número de pacientes em AD	Nº de pacientes em AD	100%
4. Média de atendimentos em AD por equipe	Processo	Número médio de atendimentos domiciliares Realizados	Nº total de atendimentos domiciliares realizados/Nº total de EMAD	100%

Indicadores – meta 01- Gestão do SAD

ITEM	Indicador	Fórmula	Fonte	Meta
01	Manutenção das comissões.	Ata de comissão de prontuário inseridas no PEP.	PEP	100%
02	Proporção de profissionais de saúde cadastrados (acompanhamento do cadastramento e atualização no CNES)	$\frac{\text{Nº de profissionais cadastrados no prontuário com correspondência CNES/ nº de profissionais cadastrados no prontuário}}{100} \times 100$	PEP	95%
03	Somatório das despesas pagas no vencimento pelo total de despesas no período	$\frac{\text{Valor de despesas pagas no vencimento/ valor total de despesas no período}}{100} \times 100$	Relatório	80%
04	Relação do gasto administrativo em relação ao total de gastos.	$\frac{\text{Valor gasto com a rubrica gestão da RUE no trimestre / Valor total gasto no trimestre conforme prestação de contas}}{100} \times 100$	Relatório	Máx. 5%
05	Rotatividades de profissionais nas equipes	$\frac{\text{Nº de profissionais substituídos + nº de profissionais admitidos}}{2 \times \text{nº total de profissionais ativos no período}} \times 100$	Ponto Biométrico	Máxima 15%
06	Índice de apresentação de AIH	$\frac{\text{Nº total de AIH apresentadas no mês/ 2 do nº total de internações}}{100} \times 100$	DATASUS/PEP	1,05%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

07	Taxa de Rejeição de AIH	Nº de AIH rejeitadas/ nº de AIH apresentadas x 100	DATASUS	5%
----	-------------------------	----------------------------------------------------------	---------	----

7. PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

7.1 As informações relacionadas aos indicadores e prestação de contas financeiras deverão ser encaminhadas pares CTF, para avaliação e controle dos Contratos de Gestão firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC).

8. ATRIBUIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM RELAÇÃO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

8.1. Aspectos Gerais:

8.1.1 A Organização Social Contratada deverá desenvolver, em consonância com as diretrizes gerais e da área de informação da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) e as seguintes ações:

8.1.1.1 Produzir, analisar e divulgar informações sobre a situação de saúde da sua área de abrangência e do hospital;

8.1.1.2 Participar do processo de definição, elaboração e divulgação de indicadores para monitoramento da situação de saúde e para cada grupo de indicadores (painel de monitoramento) e disponibilizar e divulgar essas informações segundo as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica e Subsecretaria de Atenção Especializada;

8.1.1.3 Implantar/atualizar os sistemas de informação definidos pela SEMSADC;

8.1.1.4 Organizar e definir procedimentos, fluxos e rotinas para coleta dos dados dos diferentes sistemas de informação em vigência ou a serem implantados;

8.1.1.5 Organizar e definir os processos de trabalho para operação/alimentação dos diferentes sistemas de informação em vigência ou a serem implantados;

8.1.1.6 Encaminhar as diferentes bases de dados conforme rotinas estabelecidas pela SEMSADC.

8.2. Sistemas de Informação do Sistema Único de Saúde:

8.2.1 Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) ou Prontuário Eletrônico Clínico (PEC):

8.2.1.1 As unidades devem ter todos os postos de trabalho definidos pela SEMSADC informatizados e com um Prontuário Eletrônico (PEP) instalado e em funcionamento. Nessas unidades, o PEP deverá ser a fonte de dados única de registro de dados para qualquer sistema de informação oficial. Deve permitir gerar arquivos com estrutura de dados (layout) compatíveis.

8.2.1.2 O campo "número do CPF (para pessoas >16 anos)" e "número da Declaração de Nascido Vivo (DNV) (para pessoas < 16 anos)" são de preenchimento obrigatório no cadastro dos pacientes, devendo ser os primeiros campos a aparecerem no layout da ficha. Como mecanismo de busca de usuário deve constar as opções "busca por CPF/DN".

8.2.1.3 O valor contratual para o prontuário eletrônico considera:

8.2.1.3.1 conectividade;

8.2.1.3.2 licença do produto;

8.2.1.3.3 data center (servidor);

8.2.1.3.4 suporte e treinamento;

8.2.1.3.5 customizações;

8.2.1.3.6 Business Intelligence (BI) para gestão do programa;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

8.2.1.3.7 solução móvel (atendimento clínico médico e enfermeiro e cadastramento dos pacientes em tablet ou smartphone);

8.2.1.3.8 plataforma de autoatendimento (plataforma para os pacientes);

8.2.1.4 O prontuário deve funcionar satisfatoriamente durante todo o período de funcionamento da Unidade de Saúde. Para tanto deve prever contingenciamento para quedas de conectividade e velocidades baixas de conexão.

8.2.1.5 O prontuário deve permitir sincronização de todos os dados clínicos e cadastrais no âmbito do Município de São Gonçalo em no máximo 2 (duas) horas.

8.2.1.6 Os PEP's devem permitir gerar minimamente os seguintes relatórios para qualquer profissional da equipe:

8.2.1.6.1 Resultado dos indicadores por desempenho de cada Setor / Equipe do Hospital;

8.2.1.6.2 Número de atendimento realizados por cada profissional;

8.2.1.6.3 Valor e insumos gastos com cada paciente em material de consumo;

8.2.1.6.4 Todos os indicadores previstos no Contrato de Gestão.

8.2.1.7 Além disso, o prontuário deve possibilitar a impressão dos formulários padrão da SEMSADC (encaminhamentos, atestados, receituários, requisição de exames, etc.);

8.2.1.8 Os PEP's devem enviar mensalmente os indicadores da parte FIXO três por email a cada um dos profissionais das equipes específicas de cada indicador;

8.2.2 Dicionários de dados:

8.2.2.1 O Prontuário Eletrônico deverá encaminhar informações referentes à prática assistencial com base nos dicionários de dados previamente elaborados pela SEMSADC .

8.2.3 Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES):

8.2.3.1 O CNES foi instituído pela Portaria SAS/MS n.º 376, de 03 de outubro de 2000. Todos os estabelecimentos de saúde instalados em território nacional deverão ser cadastrados. O Cadastro consiste de um conjunto de fichas cadastrais - FCES -, modelos de 1 a 14. Os profissionais de saúde vinculados ao estabelecimento deverão preencher e assinar o formulário FCES08.

8.2.3.2 Os dados deverão ser atualizados mensalmente. Todos os cadastros de profissionais de saúde e de estabelecimentos de saúde devem estar em consonância com as regulamentações da SAS/MS ou qualquer outra legislação ou orientação vigente, em âmbito do Ministério da Saúde ou Municipal, sendo a mais atual vigente a Portaria SAS/MS n.º 134, de 04 de abril de 2011, que constitui responsabilidades dos gestores quanto à correta atualização do SCNES;

8.2.3.3 O Hospital deve estar devidamente cadastrado e com o seu cadastro atualizado mensalmente no SCNES com a lista de serviços ofertados, capacidade instalada e profissionais de saúde;

8.2.3.4 Constitui responsabilidade da Organização de Social Contratada o acompanhamento das atualizações das fichas cadastrais dos profissionais de saúde bem como dos dados de atualização dos Estabelecimentos de Saúde sob sua gestão. Caberá a Subsecretaria de Atenção Básica e Subsecretaria Municipal de Atenção Especializada, determinar as demais atribuições em relação a este sistema de informação, podendo ficar sob responsabilidade da Organização Social a inclusão, bem como a atualização de todos os profissionais no SCNES.

8.2.3.5 Para o cadastramento dos profissionais contratados pela Organização Social no SCNES devem seguir a padronização:

8.2.3.5.1 Vinculação: 02-autônomo;

8.2.3.5.2 Tipo: 01-Intermeado por Organização Social (OS);

8.2.3.5.3 Subtipo: 00-sem subtipo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

8.2.3.6 No caso de cadastramento de profissional que exerça 2 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, deve ficar comprovada a compatibilidade de horários, conforme disposto no artigo 37, inciso XVI, alínea 'c', da Constituição Federal de 1998. Será utilizada a base de dados do Conselho Federal de Medicina, disponível no endereço eletrônico www.cfm.org.br, para a avaliação da compatibilidade entre o nome do profissional médico informado e o número de seu registro no Conselho.

8.2.3.7 A Unidade deve ter um número único de cadastro e fica vedado o mesmo Estabelecimento apresentar mais de um cadastro CNES para a mesma Unidade de mesmo nível de complexidade.

8.2.3.8 O e-mail e CPF são campos obrigatórios nos cadastros de profissionais.

8.2.4 Sistema de Informação Ambulatorial (SIA):

8.2.4.1 O SIA oferece aos gestores estaduais e municipais de saúde, em conformidade com as normas do Ministério da Saúde, instrumentos para operacionalização das funções de cadastramento, controle orçamentário, controle e cálculo da produção e para a geração de informações necessárias ao Repasse do Custeio Ambulatorial (RCA) (DATASUS).

8.2.4.2 Este sistema possui três componentes:

8.2.4.2.1 Cadastro - é atualizado a partir da Ficha de Cadastro de Estabelecimento de Saúde (FCES), por intermédio do aplicativo executado no nível central pela SEMSADC;

8.2.4.2.2 Programação - Ficha de Programação Físico-Orçamentária (FPO). Praticamente toda alteração cadastral implica em uma alteração na FPO, que deverá ser encaminhada à Subsecretaria Municipal de Saúde de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria, por intermédio de formulário próprio, que posteriormente enviará à Gerência de Processamento de Dados SUS, até o 15º dia do mês competência, para alteração correspondente no SIA;

8.2.4.2.3 Registro da Produção - Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) e/ou APAC;

8.2.5. O Prontuário Eletrônico (PEP) deve gerar informações através de arquivo com estrutura de dados (layout) compatível com o Sistema oficial do DATASUS, permitindo a importação e consolidação dos dados no Município.

8.2.6. Devem permitir ainda que os Hospitais possam gerar relatórios gerenciais de acompanhamento dos indicadores desse sistema e demais indicadores definidos pela SEMSADC.

8.2.7 Sistema de Informação Hospitalar (SIH):

8.2.7.1 O SIH oferece aos gestores estaduais e municipais de saúde, em conformidade com as normas do Ministério da Saúde, instrumentos para operacionalização das funções de cadastramento, controle orçamentário, controle e cálculo da produção e para a geração de informações necessárias ao Repasse do Custeio das AIH's (DATASUS);

8.2.7.2 O Prontuário Eletrônico (PEP) deve gerar informações através de arquivo com estrutura de dados (layout) compatível com o Sistema oficial do DATASUS, permitindo a importação e consolidação dos dados no Município; devem permitir ainda que o hospital possa gerar relatórios gerenciais de acompanhamento dos indicadores desse sistema e demais indicadores definidos pela SEMSADC;

8.2.7.3 O Prontuário Eletrônico (PEP) deve gerar informações através de arquivo com estrutura de dados (layout) compatível com o Sistema oficial do DATASUS, permitindo a importação e consolidação dos dados no Município. Devem permitir ainda que a equipe da Maternidade e do Hospital possa gerar relatórios gerenciais de acompanhamento dos indicadores desse sistema e demais indicadores definidos pela SEMSADC ;

8.2.7.4 Fica vedada a geração de numeração que não a autorizada para evitar duplicidade de numeração;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

8.2.7.5 Todo profissional de saúde deve poder gerar uma lista nominal de todas as gestantes em acompanhamento pela sua equipe de saúde da família a qualquer momento.

8.2.8 Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN):

8.2.8.1 O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é um sistema de informação, que conta com um recurso informatizado para coletar e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde. Possibilita uma análise global integrada de todas as doenças e agravos que constituem objeto de notificação compulsória, interesse nacional, estadual e/ou municipal, sendo o principal instrumento de coleta.

8.2.8.2 Através do registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo território nacional, fornece informações para análise do perfil da morbidade e contribui desta forma para a tomada de decisões em nível Municipal, Estadual e Federal.

8.2.8.3 Instrumentos de coleta de dados do SINAN:

8.2.8.3.1 Ficha de notificação do SINAN. Deve ser preenchida pelo profissional que atendeu o paciente e fez a suspeitada doença ou agravo objeto de notificação;

8.2.8.3.2 Ficha de investigação do SINAN. Esta ficha é específica para cada doença ou agravo. Deve ser preenchida pelo profissional designado para esta atividade após a realização da investigação epidemiológica, algumas vezes com o apoio de técnicos da SVS / SUBPAV.

8.2.9 O Prontuário Eletrônico (PEP) deve gerar informações por intermédio de arquivo com estrutura de dados (layout) compatível com o Sistema Oficial do DATASUS, permitindo a importação e consolidação dos dados no Município.

8.2.10 Devem permitir ainda que cada Equipe de Estratégia de Saúde da Família possa gerar relatórios gerenciais de acompanhamento dos indicadores desse sistema e demais indicadores definidos pela SEMSADC.

8.2.11 Sistema de Nacional de Regulação (SISREG):

8.2.11.1 O Prontuário Eletrônico (PEP) deve gerar informações por intermédio de arquivo com estrutura de dados (layout) compatível com o Sistema Oficial do DATASUS, permitindo a importação e consolidação dos dados no Município.

8.2.11.2 Sistema on-line, ou seja, funciona com navegadores instalados em computadores conectados à internet. Esse sistema é oficial do Ministério da Saúde para o gerenciamento de todo Complexo Regulatório, indo da rede de atenção primária à internação hospitalar, visando à humanização dos serviços, maior controle do fluxo e a otimização na utilização dos recursos, além de integrar a regulação com as áreas de avaliação, controle e auditoria.

8.2.11.3 Todo encaminhamento do Centro Municipal de Saúde ou Clínica da Família hoje já é feito no formulário de "Encaminhamento (Referência e Contrarreferência)". O profissional solicitante sempre carimba e assina a solicitação, informando ao usuário o agendamento da consulta com, no mínimo, um dia de antecedência.

8.2.12 Outros Sistemas de Informação em Saúde:

8.2.12.1 Outros Sistemas de Informação em Saúde que venham a ser criados pelo Ministério da Saúde ou Sistemas já existentes que venham a ser solicitados pela SEMSADC deverão ser preenchidos pela Organização Social que fará apoio à gestão dos Hospitais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO D

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Serviço de Atendimento Domiciliar – SAD

1. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

1.1. Condições Gerais:

1.1.1 Para o repasse dos recursos previstos no Contrato de Gestão, a Organização Social deverá seguir os seguintes critérios:

1.1.1.1 Encaminhar, mensalmente, para Comissão Técnica de Fiscalização (CTF) a prestação de contas do Contratos de Gestão, tanto na parte assistencial como financeira;

1.1.1.2 Detalhamento de toda receita dos contratos, como repasses realizados, rendimentos de aplicação financeira e estornos;

1.1.1.3 Detalhamento de todas as despesas dos contratos de gestão, com apropriação por centro de custo, por tipo de despesa, por tipo de rubrica;

1.1.1.4 Informação detalhada de todos os contratos de serviço e/ou consumo, assinado pela instituição com terceiros durante todo o período de vigência do Contrato de Gestão;

1.1.1.5 Informações detalhadas de todos os bens permanentes adquiridos com recursos do Contrato de Gestão;

1.1.1.6 Informações detalhadas de todo pessoal contratado pela instituição para execução do objeto contratado, tais como: nome, CPF, cargo, forma de contratação, carga horária, CNES, salário, benefícios, encargos patronais e provisionamento para férias, 13º salário e rescisões;

1.1.1.7 Anexação de todos os documentos fiscais que comprovam a execução financeira, como: nota fiscal, recibo, contratos assinados, extratos bancários de conta corrente e aplicação financeira, etc.;

1.1.1.8 Resultados alcançados para cada meta/indicador pactuados no Contratos de Gestão, assim como dados de produção, referentes ao período que será avaliado.

1.1.2 Os dados enviados pela instituição serão certificados pela representante legal da entidade. Além disso, a proponente vencedora será responsável por:

1.1.2.1 Disponibilizar informações financeiras e gerenciais para auditorias externas;

1.1.2.2 Possuir uma conta corrente única em instituição financeira oficial para as movimentações bancárias.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

1.1.3 Todas as informações relacionadas aos recursos repassados e demonstrativos gerenciais ficarão permanentemente à disposição da SEMSADC e da Comissão Técnica de Fiscalização (CTF), responsável pelo acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão.

1.1.4 A proposta de orçamento e o programa de investimentos deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração da Organização Social Contratada.

1.2. Plano de aplicação de recursos financeiros:

1.2.1 Os recursos transferidos pelo CONTRATANTE (SEMSADC) ao CONTRATADO serão mantidos por esta em conta especialmente aberta para a execução do presente Contrato de Gestão em instituição financeira oficial e os respectivos saldos serão obrigatoriamente aplicados.

1.2.2 O montante de recursos previstos e repassados à contratada a título de provisionamento deverá ser depositado em conta específica, preferencialmente em conta poupança, sendo vedada a utilização desses recursos para custear despesas que não sejam oriundas de processos rescisórios ou de provisionamento obrigatórios.

1.2.3 Na formulação das Propostas Técnicas e Econômicas, as proponentes deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, especialmente os de natureza tributária (taxas e impostos), trabalhista, previdenciária e securitária (quadros de pessoal), bem como os gastos com o cumprimento das normas pertinentes à Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho.

1.2.4 O CONTRATADO deve zelar pelo equilíbrio financeiro entre receita e despesa, de modo a evitar déficit orçamentário ou financeiro.

1.3 Execução orçamentária e prestação de contas:

1.3.1 Para a execução orçamentária do presente Contrato de Gestão será seguido o seguinte procedimento:

1.3.1.1 A transferência de recursos orçamentários para a contratada se dará em parcelas Mensal, que serão liberadas conforme cronograma especificado anexo ao contrato e condicionada à apresentação e aprovação das prestações de contas das parcelas percebidas.

1.3.2. A prestação de contas se dará:

1.3.2.1 A prestação de Contas mensal deverá ser disponibilizada, até o 10º dia útil de cada mês, junto com notas fiscais, contratos de prestação de serviços firmados com empresas terceirizadas e qualquer outro documento que se entenda pertinente, para fins de acompanhamento pela SEMSADC e pela CTF;

1.3.3 No ato da prestação de contas, deverão ser disponibilizadas as certidões negativas da instituição, bem como as Guias de Recolhimento de INSS e FGTS dos valores relativos aos funcionários contratados em regime CLT para execução deste Contrato de Gestão, além do extrato bancário que comprove a existência do provisionamento de férias, décimo terceiro salário e rescisão dos funcionários.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

1.4 Descrição dos recursos orçamentários no cronograma de desembolso:

1.4.1 Os recursos orçamentários estão divididos em 02 (duas) partes, sendo uma parte fixa e uma parte variável.

1.4.2 Recursos orçamentários pela Gestão Direta do SAD:

1.4.2.1 Os recursos orçamentários para gestão direta dos serviços consistem em um montante fixo, com repasse mensal antecipado, destinado ao custeio de recursos humanos e prestação de serviços de manutenção e funcionamento do SAD;

1.4.2.2 As despesas previstas e não realizadas no mês de referência deverão ser objeto de ajustes nos demonstrativos do mês subsequente.

1.4.3 Recursos orçamentários em função de resultados apresentados:

1.4.3.1 O CONTRATANTE solicitará ao CONTRATADO a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas à produtividade e qualidade dos serviços prestados, conforme Quadro de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação.

1.4.4 Recursos orçamentários para adaptações das instalações das Unidades:

1.4.4.1 O repasse será realizado de acordo com o Cronograma de Desembolso.

1.5 Condições para destinação dos recursos orçamentários no cronograma de desembolso e metas físicas:

1.5.1 A 1ª parcela dos recursos financeiros, destinada ao custeio de recursos humanos e prestação de serviços de manutenção e funcionamento da unidade será repassada no ato da assinatura do contrato e as demais a cada 30 (trinta) dias conforme apresentação do Relatório de Prestação de Contas, de acordo com o Cronograma a seguir.

Repasses	Período	Valor estimado
1ª parcela	Na assinatura do Contrato	R\$ 917.878,48
2ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato, no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 917.878,48
3ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato, no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 917.878,48
4ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato, no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 917.878,48
5ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato, no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 917.878,48



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

6ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato, no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 917.878,48
7ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato, no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 917.878,48
8ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato, no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 917.878,48
9ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato, no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 917.878,48
10ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato, no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 917.878,48
11ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato, no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 917.878,48
12ª parcela	Na mesma data da assinatura do contrato, no mês subsequente ao pagamento anterior	R\$ 917.878,48

1.5.2 Do montante expresso no item

1.5.1, tem-se que o ente público poderá autorizar a conversão de parte da verba de custeio para investimento em bens móveis, utensílios médicos hospitalares e equipamentos e/ou realizar aditivo para este fim.

1.5.3 Poderão fazer parte de um aditivo específico para investimento, no caso de liberação de recursos para aquisição de bens e equipamentos, reformas e ou ampliação da unidade.

1.6. Dotação orçamentária:

1.6.1 A execução do presente Contrato de Gestão onerará a dotação orçamentária:

Programa de Trabalho n.º xxx;
Natureza da Despesa n.º xxx;
Fonte n.º xxx.

1.6.2- Os recursos para prestação de serviços correrá a conta do Programa de Trabalho PT, está previsto na proposta encaminhada da LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL- LOA e compatibilidade com o PLANO PLURIANUAL- para o exercício de 2022 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Gonçalo.

1.7 Despesas glosadas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

1.7.1 Todas as despesas que não forem eventualmente reconhecidas pela CTF como pertinentes ao Contrato de Gestão, deverão ser ressarcidas à conta específica do mesmo com demonstração por meio de extrato bancário no prazo determinado.

1.8 Manutenção e apresentação dos documentos fiscais e contábeis:

1.8.1 O CONTRATADO deverá manter em perfeita ordem todos os documentos fiscais e contábeis, especialmente os respectivos livros e os comprovantes de todas as despesas contraídas, devendo apresentá-los sempre que requerido pelos órgãos fiscalizadores competentes.

1.8.2 As informações fiscais e contábeis deverão ser encaminhadas através do Relatório de Prestação de Contas trimestral assinada pelo responsável do CONTRATADO e também por via magnética. Todos os comprovantes fiscais deverão ser emitidos em nome do CONTRATADO e seus originais ficarão sob sua guarda e à disposição dos órgãos fiscalizadores.

1.8.3 As notas fiscais devem estar devidamente quitadas, contendo aposição de carimbo identificador do CONTRATADO, bem como a data e a assinatura de seu preposto.

1.8.4 Somente serão aceitos os recibos e as notas fiscais quando emitidos com data posterior à assinatura do Contrato de Gestão e de seus respectivos termos aditivo. No momento do “atesto”, o valor unitário de cada item/insumo/ material de consumo ou permanente deve constar na nota a ser atestada. Todos os recibos e notas fiscais devem ter o atesto do Diretor da Unidade.

1.8.5 As multas decorrentes dos atrasos nos pagamentos das obrigações por parte do CONTRATADO serão de sua inteira responsabilidade, desde que o repasse tenha obedecido ao cronograma de desembolso.

1.9. Aquisição de materiais permanentes:

1.9.1 As aquisições de materiais permanentes efetuadas com recursos oriundos deste Contrato de Gestão deverão ser incorporadas e patrimoniadas pela SEMSADC, devendo o CONTRATADO apresentar os documentos e informações pertinentes tão logo realize a aquisição e utilizar o código CNES na placa de cada item a ser patrimoniado no ato da compra. O levantamento de itens que consta na tabela de equipamentos do CNES de cada unidade cadastrada deve ser atualizado a cada movimentação de patrimônio e fornecido como um dos relatórios a CTF.

1.10. Modelos:

1.10.1 Demonstrativo detalhado das receitas e despesas do período;

1.10.2 Vinculação dos gastos ao objeto - diário de entradas e saídas de recursos;

1.10.3 Relatório patrimonial;

1.10.4 Demonstrativo de pessoal contratado pela instituição;

1.10.5 Demonstrativo de pessoal da SEMSADC atuando na Organização Social Contratada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

1.10.6 Demonstrativo de serviços continuados contratados;

1.10.7 Relatório de saldo de estoque;

1.10.8 Balancete financeiro.

1.11 Outros formulários e a revisão destes poderão ser definidos pela SEMSADC ao longo do Contrato de Gestão:

1.11.1 RELATÓRIO FINANCEIRO – MÊS - XXXXX;

1.11.2 RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: XXXXX, CPF: XXXXXX.

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DETALHADO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO (Anexar extrato bancário)

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil		PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO	
Banco: XXXX		Agência XXXXX; Conta XXXX	
1. RECEITAS		MÊS XXX	TOTAL
1.1	Repasse x de y do Contrato de Gestão		
1.2	Outras receitas para aplicação no objeto do contrato de Gestão		
1.3	Rendimentos de aplicações financeiras		
1.4	Outras receitas		
1.5	Saldo em conta corrente		
1.6	Devolução de pagamento		
(A) TOTAL DE RECEITAS NO PERÍODO			
2. DESPESAS			
2.1	Gastos com pessoal (pessoa física)		
2.1.1	Salários		
2.1.2	Vale transporte		
2.1.3	Vale Alimentação		
2.1.4	Pagamento a autônomos (RPA)		
2.1.5	Estagiários / Bolsistas		
2.1.6	INSS		
2.1.7	FGTS		
2.1.8	FGTS Multa Rescisória		
2.1.9	Contribuição Sindical		
2.1.10	Seguro de vida		
2.1.11	IRRF		
Subtotal			
2.2	Serviços Tomados (Pessoa Jurídica)		
2.2.1	Auditoria externa		
2.2.2	PIS / COFINS / CSLL		
2.2.3	Serviço de Terceiros		
2.2.4	Serviços Gráficos		
2.2.5	Assessoria Jurídica		
2.2.6	Consultoria		
2.2.7	Vigilância e Segurança		
Subtotal			
2. DESPESAS (continuação)			
2.3	Despesas Gerais - Não Operacionais		
2.3.1	Aluguel		
2.3.2	Condomínio		
2.3.3	Telefone		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

2.3.4	Luz		
2.3.5	IPTU		
2.3.6	Cartório		
2.3.7	Correios		
2.3.8	Material de Consumo / Copa e Cozinha / Limpeza		
2.3.9	Material de Escritório		
2.3.10	Instalações, Manutenção e Reparos		
2.3.11	Tarifas bancárias		
2.3.12	Reforma e instalações		
2.3.13	Locação de veículos		
2.3.14	Frete		
2.3.15	Publicações		
2.3.16	Locomoção urbana		
2.3.17	Despesas Diversas		
2.3.18	Material médico-cirúrgico		
Subtotal			
2.4	Despesas com provisionamento		
2.4.1	Despesas com provisão para 13º Salário		
2.4.2	Despesas com provisão para Férias		
2.4.3	Rescisão contratual		
2.4.4	XXXXXXXXXX		
Subtotal			
2.5	Despesas Operacionais (Atividades relacionadas diretamente ao objeto)	Mês xxx	TOTAL
2.5.1	Capacitação		
2.5.2	Eventos		
2.5.3	Seminários		
2.5.4	Diárias		
2.5.5	Passagem		
Subtotal			
2.6	Aquisição de bens permanentes	Mês xxx	TOTAL
	Informática		
	Mobiliário		
	Equipamentos		
	Veículo		
Subtotal			
(B) TOTAL DE DESPESAS NO PERÍODO			
SALDO DE RECURSOS NO PERÍODO (A-B)			

RELATÓRIO PATRIMONIAL – MÊS – XXXX RESPONSÁVEL PELAS
 INFORMAÇÕES: XXXXXXX - CPF: XXXXXXX

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil							PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO		
Numeração (com código CNES)	Descr.	Quant.	NF	Classe	Fornec.	Data de Aquisição	Valor Total	Alocação	Vinculação do gasto ao objeto (Justificativa para aquisição)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

RELATÓRIO DE SALDO DE ESTOQUE
RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: xxxxx CPF: xxxxxxxx

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil							PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO					
Itens	Quantidade											
	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
MATERIAL MÉDICO-CIRURGICO												
Algodão												
Esparadrapo												
Compressa												
ETC												
MATERIAL DE ESCRITORIO												
Papel												
Toner												
Caneta												
ETC												
IMPRESSOS												
Receituário												
Evolução												
Solicitação de Exames												
ETC												

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil	PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO	
01 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE, CONFORME CONTIDO NO CNPJ	02 - PROCESSO DE CONCESSÃO	03 - EXERCÍCIOS
04 - NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE NO CNPJ	05 - CONTRATO N.º	06 - UF

07. TIPO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	
07.1 PARCIAL – EXECUÇÃO DA PARCELAN.º _____	07.2 FINAL – EXECUÇÃO DO CONVÊNIO: DE ____ / ____ / ____ A ____ / ____ / ____.
8. RELATÓRIO CONSUBSTANCIADO	
8.1. AÇÕES PROGRAMADAS:	
8.2. AÇÕES EXECUTADAS:	
8.3. BENEFÍCIOS ALCANÇADOS:	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

09-AUTENTICAÇÃO

____/____/____
DATA NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

QUADRO 2 - VINCULAÇÃO DOS GASTOS AO OBJETO
DIÁRIO de Entradas e Saídas de recursos

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil		PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO	
01 - NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	02 - AÇÃO	03 -PROCEDIMENTO N.º	04 - CONTRATO N.º
05.1.PARCIAL:PERÍODO DE EXECUÇÃO DA PARCELA N.º DE ____/____/____	05.2.FINAL:PERÍODO DE EXECUÇÃO DO CONVÊNIO: DE ____/____/____ A ____/____/____.		

EXECUÇÃO FÍSICA – CONFORME PLANILHA DE CUSTEIO E INVESTIMENTOS

6- Item	07-Descrição do Tipo do Recurso	08-Valor Proposto	09.Valor Executado	10. Percentual Executado

QUADRO 2 - VINCULAÇÃO DOS GASTOS AO OBJETO
DIÁRIO de Entradas e Saídas de recursos

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil		PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO	
01 - NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	02 - AÇÃO	03 -PROCEDIMENTO N.º	04 - CONTRATO N.º



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

EXECUÇÃO FÍSICA – CONFORME PLANILHA DE CUSTEIO E INVESTIMENTOS

6- Item	07-Descrição do Tipo do Recurso	08-Valor Proposto	09.Valor Executado	10. Percentual Executado

EXECUÇÃO FINANCEIRA (EM R\$)

12 – Receita					13 – Despesa				14 – Saldo			
Concedente	Executor	Aplicação Financeira	Total	Natureza de Despesa	Concedente	Executor	Aplicação Financeira	Total	Concedente	Executor	Aplicação Financeira	Total

15 – AUTENTICAÇÃO

____/____/____

DATA

NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa	PRESTAÇÃO DE CONTAS RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS	ANEXOIII
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------	-----------------

Civil		
--------------	--	--

01 - NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	02 - PROCEDIMENTO N.º	03 - CONTRATO N.º
---------------------------------	-----------------------	-------------------

04.TIPO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS									
04.1.PARCIAL: PERÍODO DE EXECUÇÃO DA PARCELA N.º					04.2. FINAL: PERÍODO DE EXECUÇÃO DO CONVÊNIO: DE ____/____/____ A ____/____/____				
DE ____/____/____ A ____/____/____									
05 - ITEM	06- FAVORECIDO - CNPJ/CPF DO FAVORECIDO	07- CORRELAÇÃO AO Nº DO ITEM DO ANEXO II	08- NATUREZA DE DESPESA	10- DOCUMENTO			11- PAGAMENTO		13- VALOR
				10.1- TIPO	10.2- Nº	10.3- DATA	11.1- CH/OB	11.2- DATA	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

14-TOTAL									
15-TOTAL ACUMULADO									

16 - Autenticação

__/__/____ Nome do Representante Legal __/__/____ Nome do Representante Legal

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil			PRESTAÇÃO DE CONTAS RELAÇÃO E BENS ADQUIRIDOS, PROUZIDOS OU CONSTRUÍDOS		ANEXO IV	
01 - NOME DA			02 - PROCEDIMENTO N.º		03 - CONTRATO N.º	
ORGANIZAÇÃO SOCIAL						
04 - TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONSTATAS						
04.1 PARCIAL: PERÍODO DE EXECUÇÃO DA PARCELA N.º			04.2 FINAL: PERÍODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:			
05-DOCUMENTO			06- ESPECIFICAÇÃO DOS BENS		07- QTDE	
08- VALOR EM R\$ 1.00						
TIPO			N.º		DATA	
08.1- UNITÁRIO			08.2- TOTAL			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

09 – TOTAL						
10 - TOTAL ACUMULADO (a ser preenchido quando o órgão ou entidade contratante utilizar mais de uma folha do formulário)						

11 - Autenticação

__/__/__

Nome do Representante Legal

Estado do Rio de Janeiro Município de São Gonçalo Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil	PRESTAÇÃO DE CONTAS CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	ANEXOV
---------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------	--------

01 - NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	02 - PROCEDIMENTO N.º	03 - CONTRATO N.º
---------------------------------------	-----------------------	-------------------

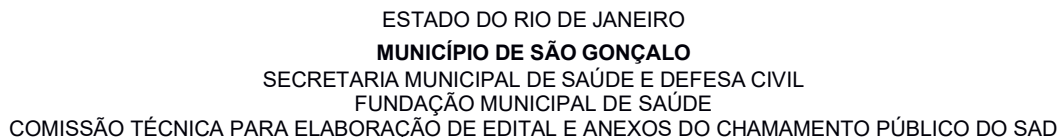
04 - TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

04.1 PARCIAL: EXECUÇÃO DA PARCELA N.º	04.2 FINAL: EXECUÇÃO DO CONTRATO: DE
---------------------------------------	-----------------------------------------

DE ____/____/____ A ____/____/____	____/____/____ A ____/____/____
------------------------------------	---------------------------------

05. FONTE DE RECURSOS	06. AGENT E FINANCEIRO	07. AGÊNCIA	08. CONTA BANCÁRIA
-----------------------------	------------------------------	-------------	--------------------

09. IT EM	10. HISTÓRICO	11. VALOR R\$
01	SALDO bancário em: / / / /, conforme extrato anexo.	
02	MENOS: valores de ordens bancárias, de saques, de pagamentos e/ou cheques emitidos no período e não debitados, conforme discriminação nominal no quadro 12.	



12. DOCUMENTOS EMITIDOS E NÃO COMPENSADOS NO PERÍODO				
12.1. DOCUMENTO	12.2. N. °:	12.3. DATA	12.4. FAVORECIDO	12.5. VALOR EM R\$

1. 1. O valor exultante da CONTA CONCILIADA deve coincidir com o saldo constante do Campo 14 do "RELATÓRIO DA EXECUÇÃO FÍSICO - FINANCEIRA" – Anexo xi;

II	Nome do Representante Legal	Nome do Representante Legal
----	-----------------------------	-----------------------------

05 - TIPO DE ATENDIMENTO:			06 - FOLHA: ____/____	
07 - Nº DE ORDEM	08 - NOME DO BENEFICIÁRIO	09 - NÚMERO DE CPF e/ ou REGISTRO	10 - DATA	
			10.1 - INGRESSO	10.2 - DESLIGAMENTO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

13 - Autenticação

____/____/____ _____ _____
Nome do Representante Legal Nome do Representante Legal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO E

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO E METAS FÍSICAS

Estimativa de Valores Unitários, Metas Físicas e Cronograma de Desembolso

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Total
Itens de Custeio													
A – Pessoal													
Salários													
Outras Formas de													
Contratações													
Encargos													
Provisionamentos (13 Salário e													
Férias)													
Provisionamentos (Rescisão)													
Benefícios													
Outras (HE, AN e Insal)													
Total (A)													
B - Materiais e Medicamentos													
Medicamentos													
Materiais de Consumo													
Outras (a													
especificar)													
Total (B)													
C - Área de Apoio													
Alimentação													
Prest. Serviços - Apoio Adm.													
Segurança Patrimonial e Vigilância													
Seguros													
Telefone													
Transporte - Ambulância/Veículos													
Uniforme													
Manutenção Equipamentos													
Manutenção Predial													
Outras (a													



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

especificar)													
Total (C)													

D - Gerenciais e Administrativas

Auditorias Contábil, Fiscal e Financeira													
Contabilidade													
Educação Continuada													
Material de Escritório													
Tecnologia da Informação													
Outras (Rateio da OS)													
Total (D)													
Total do Custeio (a+b+c+d)=e													
F - Itens de investimentos*													
Outras (a especificar)													
TOTAL GERAL DO CONTRATO DE GESTÃO = E+F													



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO F

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO E PROPOSTA FINANCEIRA

a. **INTRODUÇÃO:**

Entende-se que o Programa de Trabalho é a Proposta Técnica e Econômica com a demonstração do conjunto dos elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada para caracterizar o perfil da unidade e o trabalho técnico gerencial definido no objeto desta convocação pública.

A proponente deverá demonstrar a viabilidade técnica e a estimativa das despesas referentes à execução das atividades propostas, com definição de métodos e prazos de execução, assegurando a plena exequibilidade do objeto da contratação prevista. O projeto apresentado deverá conter a descrição sucinta, com clareza, da proposta, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem alcançados pela comunidade, a abrangência geográfica a ser atendida, bem como os resultados a serem obtidos.

Na formulação das Propostas Técnicas e Econômicas, as proponentes deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, especialmente os de natureza tributária (taxas e impostos), trabalhista, previdenciária e securitária (quadros de pessoal), bem como os gastos com o cumprimento das normas pertinentes à Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho.

Na formulação da Proposta Técnica e Econômica, as proponentes deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, no limite do montante da parcela variável estimada para contratação do serviço de gestão, sendo vedado o cômputo dos valores relativos a parcela variável para utilização do custeio mensal dos serviços.

Fica esclarecido que a SEMSADC não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados nos preços, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração dos encargos fiscais.

Este Anexo destina-se a orientar os interessados para elaboração do projeto a ser apresentado, que deve conter obrigatoriamente todos os seus itens indicados neste roteiro listados em um índice que apresentará cada item.

b. **ÍNDICE DO DOCUMENTO:**

O Índice deverá relacionar todos os tópicos e as respectivas folhas em que se encontram.

c. **TÍTULO:**

Proposta Técnica e Econômica para o gerenciamento e execução das atividades e serviços de saúde no Serviço de Atendimento Domiciliar – SAD.

d. **PROPOSTA DE MODELO GERENCIAL:**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Este item deverá caracterizar o Modelo Gerencial, descrevendo:

1. As rotinas dos procedimentos dos diversos serviços de saúde que caracterizem os serviços assistenciais das unidades;
2. As rotinas e protocolos referentes a medicamentos e materiais de consumo gerais e médico-hospitalares;
3. O número de comissões ou grupos de trabalho que implantará nas unidades de saúde, especificando nome, conteúdo, membros componentes (apenas enunciar o perfil dos componentes que integram a Comissão), objetivos da Comissão para o primeiro ano de contrato, frequência de reuniões, controle das mesmas pela direção médica etc.;
4. Organização específica da Comissão de Prontuário Clínico: membros que a compõem, organização horária, organização da distribuição de tarefas, etc.;
5. Outras iniciativas e Programas de Qualidade que o proponente já tenha em desenvolvimento ou pense iniciar sua implantação; neste caso deve apresentar um plano de organização específico com definição de alcance, metodologia, tempos de implantação, orçamento previsto etc.;
6. Regimento Interno da Unidade (indicar a forma de publicação do mesmo);
7. Ações voltadas à qualidade relacionadas à satisfação dos pacientes e/ou cuidadores, implantação de um serviço de acolhimento;
8. Recursos Humanos estimados, apontando, por categoria, a quantidade de profissionais, a carga horária de trabalho e o salário base totais (em reais);
9. Recursos Humanos estimados, apontando, por categoria, a quantidade de profissionais, a carga horária de trabalho e a incidência de encargos patronais de forma separada ao salário base total (em reais);
10. Organização das atividades de apoio, incluindo a sistemática de programas de manutenção predial e de equipamentos;
11. Prazos propostos para implantação e para pleno funcionamento de cada serviço proposto (cronograma) de acordo com a atividade prevista;
12. Mecanismo de controle para que todos os serviços contratados e materiais de consumo contenham o “atesto” do coordenador do Programa. No momento do atesto, o valor unitário de cada item/ insumo/ material de consumo ou permanente deve constar na nota a ser atestada;
13. Mecanismo de controle do patrimoniamiento de cada item adquirido, incluindo o código CNES e o setor na placa de patrimônio de cada um dos itens. Esses itens são os que constam na tabela de equipamentos do CNES / DATASUS, demonstrando também através de planilha, a forma como fora a atualização de cada movimentação de patrimônio;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

14. Os protocolos não devem ser impressos. Estes deverão ser anexados a proposta por meio de mídia eletrônica – CD. Devendo o arquivo eletrônico ter um índice que facilite a busca dos protocolos para serem analisados e tenha a fonte de origem informada, mesmo que seja a própria proponente.

e. PROPOSTA DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL:

As atividades a serem desempenhadas pelo SAD correspondem ao gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da Unidade, garantida a assistência universal e gratuita à população.

Planilha de Estimativa de Custos Mensais.

PRESTADORES DE SERVIÇOS	VALORES
LIMPEZA	
SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS	
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS	
ACOLHIMENTO	
GESTÃO DE SOFTWARE/ INFORMÁTICA/ SISTEMAS de INFORMAÇÃO	
DIVERSOS	

f. DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL:

Para compor a avaliação deste item, o proponente deverá preencher os Quadros I e II, conforme modelos a seguir, apresentando-os no corpo de sua Proposta Técnica e Econômica item “Dimensionamento de Pessoal”.

O Dimensionamento de Pessoal também deverá seguir os modelos de planilha abaixo, como ocorrido com o dimensionamento de atividade. Aqui deverá observar-se a necessidade de pessoal de acordo com o percentual de atividade prevista para o período. Assim, esse dimensionamento também deverá ser realizado de acordo com um cronograma de implementação e incremento de pessoal, como realizado para a atividade prevista. Assim, esse dimensionamento também deverá ser realizado de acordo com o Anexo I – Projeto Básico e Anexos, – Programa de Trabalho, contemplando o cronograma de metas físicas de implementação apresentado, demonstrando a evolução mensal para todo o período do Contrato de Gestão.

QUADRO I – DIMENSIONAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA CADA EQUIPE/SETOR DA UNIDADE (a)

QUADRO I – DIMENSIONAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA CADA EQUIPE/SETOR DA UNIDADE (a)

Categoria	Carga Horária	Nº	Salário Base	Encargos Totais
Equipe				
Medico Especialista XXXX	40h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Enfermeiro especialidade XXXX	30h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX
ETC	40h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX
ETC	30h	XXXXX	XXXXXX	XXXXX

**QUADRO II – DIMENSIONAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE
 (VALORES COM ENCARGOS E BENEFÍCIOS) (b)**

Recursos Humanos	CH	Quantidade	Salário Base	Insalubridade	Adicional Noturno	Totais
Médico Especialista XXXX						
Enfermeiro especialidade XXXX						
ETC						
Total Funcionário						
Total Salários						
Encargos Sociais e Trabalhistas						
INSS Empresa						
INSS terceiros						
FGTS						
Férias + 1/3						
13º Salário						
Rescisórios						
Encargos Fiscais						

Tabela I - CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA A AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E ECONÔMICAS

CRITÉRIO	ITENS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POSSÍVEL
F1. ATIVIDADE. Adequação da proposta de atividade Assistencial à Capacidade Operacional das Unidades.	1.1. Organização da Atividade	1.1) 21 PONTOS
	1.2. Incrementos de atividade.	1.2) 4 PONTOS
	Total: 25 pontos (PESO 3)	
F2. QUALIDADE. Adequação das atividades propostas referentes à QUALIDADE da assistência prestada	2.1 Ações voltadas à Qualidade Objetiva - Comissão	2.1) 10 PONTOS
	2.2. Ações voltadas à Qualidade Subjetiva relacionadas à satisfação dos pacientes e/ou acompanhantes	2.2) 15 PONTOS
Tot 2 pont (PE 3) al: 5 os SO		
F3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.	3.1. Experiência anterior	3.1) 10 PONTOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados presumidos.	3.2. Estrutura diretiva da Unidade	3.2) 4 PONTOS
	3.3. Organização de serviços médicos assistenciais e de enfermagem.	3.3) 10 PONTOS
	3.4. Organização de serviços administrativos, financeiros e gerais.	3.4) 12 PONTOS
	3.5. Ciência e Tecnologia	3.5) 7 PONTOS
	3.6. Organização dos Recursos Humanos	3.6) 3 PONTOS
	3.7. Prazos propostos para implantação e funcionamento dos serviços	3.7) 4 PONTOS
	Total: 50 pontos (PESO 3)	
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL:		100 PONTOS

Serão desclassificadas as propostas técnicas que:

- a) Não atingirem uma Pontuação total mínima de 50 (cinquenta) pontos e que não alcancem 50% do total possível em cada um dos CRITÉRIOS 1.- Atividade; 2.- Qualidade e 3.- Qualificação Técnica;
 - b) Não atenderem às exigências deste termo;
 - c) Que contiverem uma estimativa de despesas para custeio das atividades do SAD, com valores manifestamente inexequíveis.
- c.1) Consideram-se manifestamente inexequíveis os programas de trabalho cujos valores sejam inferiores a 10% (dez por cento) da estimativa oficial, ressalvada à participante desclassificada, em prazo razoável estipulado pela Comissão Especial de Seleção, a possibilidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta por meio de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato de gestão, em atenção as metas previstas no mesmo.

No julgamento da Pontuação Técnica para a definição da Nota Técnica (NT) será considerado o somatório dos resultados obtidos por cada fator de avaliação (valor do ponto alcançado vezes o peso instituído), divididos por três (03) conforme fórmula a seguir:

$$NT = \frac{F1 + F2 + F3}{3}$$

O Julgamento da Proposta Técnica será definido através do ITP (Índice Técnico da Proposta), que consistirá no resultado da apuração obtida na Nota Técnica (NT), dividida pela maior pontuação de Nota Técnica (MNT) dentre todas as propostas:

$$ITP = NT / MNT$$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

No julgamento das Propostas para a definição da Nota de Preço (NP) serão avaliados os Preços Propostos (PP) pelos participantes da seleção, sendo atribuída a nota dez (10) à Proposta de Menor Preço (MP), nota oito

(8) ao segundo Menor Preço (MP), nota seis (6) ao terceiro Menor Preço (MP), nota quatro (4) ao quarto Menor Preço (MP) e dois (2) ao quinto Menor Preço (MP), conforme fórmula a seguir:

$$NP = MP \times 10 \text{ PP}$$

A classificação das propostas far-se-á pela média ponderada das propostas técnicas e de preço, mediante a aplicação da seguinte fórmula com os respectivos pesos:

PROPOSTA TÉCNICA: PESO = 90 PROPOSTA DE PREÇOS: PESO = 10

$$A = ((ITP \times 90) + (NP \times 10)) / 10$$

Onde:

A = Avaliação ITP = Proposta Técnica NP = Proposta de Preços.

Será declarada vencedora do procedimento de Seleção a Organização Social Classificada, cuja avaliação total das propostas, técnica e de preço, venha a obter a melhor pontuação, assim considerada aquela que atingir a maior média ponderada das valorizações das propostas de técnica e de preço, de acordo com a fórmula acima descrita.

g. MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

F1 ITEM ATIVIDADE – NO CONJUNTO DA PROPOSTA CORRESPONDE A 25 PONTOS POSITIVOS E PESO 3:

F1. ATIVIDADE – AVALIA AS AÇÕES PROPOSTAS PARA A ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE		PONTUAÇÃO (2 5PONTOS) PESO 3	
		POR ÍTEM	TOTAL
IMPLANTAÇÃO DE FLUXOS*	Fluxos Operacionais compreendendo cadastro e atendimento de pacientes.	1,5 ponto	06 pontos
	Fluxo operacional para material médico insumos e medicamentos.	1,5 ponto	
	Fluxos para registros e documentos	01 ponto	
	Fluxo unidirecional para materiais esterilizados	01 ponto	
	Fluxo unidirecional para resíduos de saúde	01 ponto	
IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO	Implantação de logística de insumos	02 pontos	10 Pontos
	Política de recursos humanos a ser implantada	05 pontos	
	Proposta para regimento interno da unidade	01 ponto	
	Proposta para regimento do serviço de enfermagem	01 ponto	
	Proposta para Regimento do Corpo Clínico	01 ponto	
IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS	Apresentar Instrução / manual para Atuação em Protocolos	01 ponto	05
	Apresentar Instrução / manual para Faturamento de Procedimentos	01 ponto	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

	Apresentar Instrução / manual de Desenvolvimento Financeiro	01 ponto	pontos
	Apresentar Instrução / manual de Gerencia do Almoxarifado	01 ponto	
	Apresentar Proposta de Educação em Saúde / Capacitação.	01 ponto	
INCREMENTO DE	Em 5% acima das metas anuais (sem elevar custos)	0,5 ponto	04
	Em 10% acima das metas anuais (sem elevar custos)	1,5 ponto	
ATIVIDADE	Em maior ou igual a 15% acima das metas (sem elevar custos)	2,5 ponto	pontos
TOTAL DE PONTOS PARA O ITEM RELACIONADO COM ATIVIDADE – 25 PONTOS E PESO 3			

*A forma de apresentação será considerada levando-se em conta a clareza e o entendimento do fluxo.

F2. ITEM QUALIDADE - NO CONJUNTO DA PROPOSTA CORRESPONDE A 25 PONTOS POSITIVOS E PESO 3.

F2.1 QUALIDADE OBJETIVA – AVALIA MEDIDAS DA PROPOSTA DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE:		PONTUAÇÃO PONTOS(PESO 3)		10
		POR ITEM	TOTAL	
COMISSÃO D EPRONTUÁRIOS	Proposta de Constituição (membros, finalidade)	0,5 ponto	02 pontos	
	Proposta de Regimento Interno	01 ponto		
	Cronograma de Atividade Anual	0,5 ponto		
COMISSÃO D EÉTICA	Proposta de Constituição (membros, finalidade)	0,5 ponto	02 pontos	
	Proposta de Regimento Interno	01ponto		
	Cronograma de Atividade Anual	0,5 ponto		
COMISSÃO D ECURATIVOS	Proposta de Constituição (membros, finalidade)	0,5 ponto	02 pontos	
	Proposta de Regimento Interno	01 ponto		
	Cronograma de Atividade Anual	0,5 ponto		
OUTRAS COMISSÕES Reconhecido a apresentação de até 02 (duas) comissões	Proposta de Constituição (membros, finalidade)	0,5 ponto	04 pontos	
	Proposta de Regimento Interno	01 ponto		
	Cronograma de Atividade Anual	0,5 ponto		
2.2 QUALIDADE SUBJETIVA – AVALIA MEDIDAS DE PROMOÇÃO DE RELAÇÃO HUMANA E APOIO SOCIAL NA COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA DA UNIDADE		PONTUAÇÃO PONTOS(PESO 3)		15
ACOLHIMENTO	Protocolo com indicação das formas de notificação, recepção, orientação social e apoio psicossocial aos usuários e familiares na Emergência, conforme Classificação de Risco e critério de elegibilidade.	03 pontos	05 pontos	
	Proposta para a implantação do acolhimento dos usuários. Avaliação de critério de elegibilidade ao programa, através de visita domiciliar	02 pontos		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ATENDIMENTO	Instrução de definição de conduta para os acompanhantes de usuários idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais, conforme previsão da legislação vigentes.	02 pontos	10 pontos
	Proposta de implantação do serviço de atendimento ao usuário	02 pontos	
	Proposta p/ implantação de Serviço de Atendimento ao Usuário com realização periódica de pesquisa de satisfação do usuário, com definição de uso das informações.	02 pontos	
	Proposta de implantação do sistema de contra- referência às Equipes da Saúde da Família.	01 ponto	
	Proposta de implantação do sistema de referência para hospitais ou outros pontos da rede.	01 ponto	
	Proposição de projetos assistenciais e sociais (relacionamento com as equipes de saúde da família, comunidades, campanhas educativas para o usuário, etc.) MATRICIAMENTO	02 pontos	
OS SUBITENS QUALIDADE OBJETIVA + QUALIDADE SUBJETIVA SOMAM 25 PONTOS.			

F3. ITEM TÉCNICA - NO CONJUNTO DA PROPOSTA CORRESPONDE A

F3. TÉCNICA – AVALIA A CAPACIDADE GERENCIAL DA PROPONENTE QUANTO A ADMINISTRAR UMA UNIDADE DE SAÚDE CONDUZIR AS AÇÕES ASSISTENCIAIS COM BOM NÍVEL DE DESEMPENHO GARANTINDO TERAPIA DE ALTO NÍVEL COM EQUIPE TITULADA NAS ÁREAS QUE SE PROPOE ASSISTIR.		PONTUAÇÃO PONTOS (PESO 3)	
		POR ITEM	TOTAL
EXPERIÊNCIA ANTERIOR M GERÊNCIA DE UNIDADES DE SAÚDE (Comprovação através de atestados de capacidade técnica)	Item 1 - Comprovação de experiência em Gestão de Unidade de saúde até 3 unidades.	03 pontos	10 pontos
	Item 2 - Comprovação de experiência em Gestão de Unidade de saúde de acima de 3 unidades.	04 pontos	
	Item 3 - Comprovação de Gestão em Unidade de Pronto Atendimento e ou Pronto Socorro.	03 pontos	
ESTRUTURA DA DIREÇÃO	Explicitação de Competências/ atribuições bem definidas com apresentação em organograma do Núcleo Gestor.	02 pontos	04 pontos
	Titulação de Mestrado e/ou Doutorado na área de gestão em saúde ou equivalente dos membros do Núcleo Gestor da instituição, valendo para cada certificado o máximo de 0,5 para Mestrado e 01 ponto para Doutorado.	02 pontos	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS EFUNIONAMENTO DE EQUIPE INTERDISCIPLINAR	Apresentação de Quadro de Pessoal Médico e demais especialidades por área de Atenção compatível com as atividades propostas no Plano de Trabalho, constando forma de vínculo, horário e salário.	02 pontos	10 pontos
	Protocolos Assistenciais de Atenção Médica e Rotinas Operacionais.	02 pontos	
	Apresentação de Quadro de Metas para a área médica.	02 pontos	
	Apresentação de Quadro de Pessoal Técnico por área de atividade profissional, compatível com as atividades do Plano de Trabalho, constando forma de vínculo, horário, salário.	02 pontos	
	Protocolos de Enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) na área correspondente ao objeto.	02 pontos	
IMPLEMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE OUTROS SERVIÇOS	Instrução para o funcionamento do Serviço Social com especificação de estrutura, normas e rotinas definidas, as áreas de abrangência, horário e equipe mínima.	02 pontos	12 pontos
	Normas para o funcionamento do Serviço de Administração Geral com especificação de estrutura, normas e rotinas definidas, as áreas de abrangência, horário e equipe mínima.	2,5 pontos	
	Instrução Normativa para realização dos procedimentos de aquisição de materiais (licitação), observadas as fases de construção de banco de dados e fornecedores, consultas de preços, aquisição, recebimento, guarda e distribuição nas unidades.	2,5 pontos	
	Manual para Padronização de Medicamentos e materiais médico hospitalares.	03 pontos	
	Termos de Referência para a contratação de terceiros para os Serviços de Limpeza, Vigilância e outros.	02 pontos	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Modelo de Proposta para Convênio de Cooperação Técnica com Entidades de Ensino para desenvolvimento de estágios curriculares, treinamentos e residências.	02 pontos	07 pontos
	Modelo de proposta de Parcerias com Instituições para desenvolvimento de Projetos de Pesquisa na área urgência e emergência especializada e/ou de saúde pública.	02 pontos	
	Termo de Referência para desenvolvimento de projeto em educação permanente com vista à capacitação da equipe interdisciplinar das unidades.	03 pontos	
	Apresentar Projeto para definição da Política de Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes. Criação de	01 pontos	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

POLÍTICA RECURSOS HUMANOS	DE	Comissão Específica.		03 pontos
		Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção Simplificada de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho Sugestão de Condutas para combater absenteísmo e estimular produção.	01 pontos	
		Registros e Controles de Pessoal. Modelo para escalas com simulado de férias (propor critérios de afastamento) após o primeiro ano de Contrato.	01 pontos.	
METODOLOGIA PROJETOS	DE	Apresentou a Proposta de Trabalho seguindo o Roteiro do termo de referencia com adequado Planejamento, Visão de Futuro, oportunos cronogramas de Execução, Custos estimados e resultados factíveis.	02 pontos	04 pontos
		Nos Projetos Tático e Operacionais observou a definição dos objetivos a alcançar e definiu as estratégias de implantação.	02 pontos	
TOTAL DE PONTOS PARA O ITEM RELACIONADO COM QUALIFICAÇÃO TECNICA – 50 PONTOS E PESO 3.				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO G

GRADE DE MEDICAMENTOS E INSUMOS

MATERIAIS DE CONSUMO - EMAP	QUANT./MÊS
A.G.E (ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) 200ml	120un
ABAIXADOR DE LÍNGUA	100un
ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ml	100un
AGULHAS 13X0,45	01 cx com 100un
AGULHAS 25X0,70	01 cx com 100un
AGULHAS 30X0,80	01 cx com 100un
AGULHAS 40X1,2	01 cx com 100un
ALCOOL A 70%	120un
ALGODÃO (ROLO)	20 rolos
ATADURAS 20CM	1800un
BOTA DE UNNA	*50/100un
CAPOTE DESCARTÁVEL c/ manga	200un
CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 500ML	200un
CLOREXIDINA A 2% 1000ml	40un
CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% geléia	40un
COLAGENASE+CLORAFENICOL	160un
COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO	50un
COLETOR DE URINA (ESTÉRIL)	-
COLETOR DE FEZES (MIF)	-
COLETOR DE FEZES (POP)	-
COMPRESSA DE GAZE pct	100 pct
COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL	3500un
DESCARPACK 5L	20un
DEXAMETASONA	100un
EQUIPO	50un
ESPARADRAPO 10cm	80un
FITA PARA HGT	2000un
GLICERINA 12% 500ml	10un
GLICOSE A 5%	10un
JELCO Nº	50un
LÂMINA DE BISTURI Nº 11	100un
LÂMINAS DE BISTURI Nº 20	100un



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

LANCETAS PARA GLICOSÍMETRO	2000un
LUVAS DE PROCEDIMENTO P (CX)	30cx
LUVAS DE PROCEDIMENTO M (CX)	60cx
LUVAS DE PROCEDIMENTO G (CX)	30cx
LUVAS ESTÉRIL 7,0	50pares
LUVAS ESTÉRIL 7,5	300pares
LUVAS ESTÉRIL 8,0	50pares
MÁSCARAS N95	01cx
MÁSCARAS SIMPLES	1600un
METRONIDAZOL	-
MICROPORE 10cm	80un
NEOMICINA + BACITRACINA	200un
NISTATINA	-
ÓLEO MINERAL 100ml	60un
ÓXIDO DE ZINCO + NISTATINA	80un
RINGER LACTATO	-
SACO DE LIXO INFECTANTE 60L	200un
SCALP Nº 19	20un
SCALP Nº 21	40un
SCALP Nº 23	20un
SERINGA DE 1 MI	50un
SERINGA DE 3 ML	100un
SERINGA DE 5 ML	100un
SERINGA 10 MI	100un
SERINGA DE 20 ML	100un
SERINGA DE 60mL	100un
SONDA FOLEY Nº 12	10un
SONDA FOLEY Nº 16	10un
SONDA FOLEY Nº 18	100un
SONDA FOLEY Nº 20	
SONDA FOLEY Nº 22	
SONDA FOLEY Nº 23	
SONDA FOLEY Nº 24	
SONDA URETRAL Nº 08	50un
SONDA URETRAL N 10	100un
SONDA URETRAL Nº 12	100un
SONDA URETRAL Nº 14	50un



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

SULFADIAZINA DE PRATA A 1%	160un
TOUCA DESCARTÁVEL	1600un
PAPEL GRAU (PEQ)	01 rolo

KIT ACQUASEPT	QUANT./MÊS
DERMAID CREAM	40 kits
ACQUASEPT GEL	
ACQUASEPT SPRAY	
STIMULEN	20un

MATERIAS USO PERMANENTE - EMAP	QUANT.
ESFIGMOMANOMETRO + ESTETO	30 um
GLICOSIMETRO	20 um
TERMOMETRO	20 um
ALMOTOLIAS	30 um
THERABAND LEVE	20 m
THERABAND PESADO	20 m
HALTER 2 Kg	20 um
HALTER 3 Kg	20 um
CANELEIRA 2Kg	20un
PINÇA KELLER CURVA	05un
PINÇA KELLER RETA	05un
PINÇA ANATÔMICA	05un
BANDEJA AÇO INOX PEQ	05un
TESOURA	05un

MATERIAIS PERMANENTE ODONTOLOGIA	QUANT.
ALAVANCA CURVA	10un
ALAVANCA RETA	10un
BANDEJA AÇO INOX PEQ	15un
BROCA SHOFU	15un
BROCAS ESFERICAS	15un
CAIXA METÁLICA INOX 42X18X0,9	03un
CANETA DE ALTA ROTAÇÃO	01un
CARPULE	10un



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

CONTRA-ÂNGULO	01un
CURETAS	20un
ESCOVA ROBINSON	15un
ESPATULA Nº 01	10un
ESPÁTULA Nº 24	10un
ESPELHO COM CABO	20un
FORCEPS Nº 150	05un
FORCEPS Nº 151	05un
FORCEPS Nº 16	05un
FORCEPS Nº 17	05un
FORCEPS Nº 18L	05un
FORCEPS Nº 18R	05un
FORCEPS Nº 65	05un
FORCEPS Nº 69	05un
FOTOPOLIMERIZADOR	01un
KIT DE MOLDEIRAS INFERIOR I1,I2,I3 e I4	03kits
KIT DE MOLDEIRAS SUPERIOR S1,S2,S3 e S4	03kits
MICROMOTOR	01un
PINÇA ANATÔMICA	05un
PINÇA GOIVA	03un
PLACA DE VIDRO	10un
PORTA AGULHA	15un
PORTA MATRIZ	03un
POTE DAPPEN PLASTICO	10un
SINDESMÓTOMO	10un
TESOURA CIRURGICAS	10un
MATERIAS CONSUMO ODONTOLOGIA	QUANT./MÊS
ÓXIDO DE ZINCO 50g	03un
EUGENOL 20ml	03un
AC FOSFORICO 37% seringa	03un
ADESIVO DENTINÁRIO 4ml	03un
RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3 4g bisnaga	03un
RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL C2 4g bisnaga	03un
RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL B3 4g bisnaga	03un
ANESTESICO TOPICO 12g	03un
ANESITO COM VASOCONSTRICTOR cx 50un	03un



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANESTESICO SEM VASOCONSTRICTOR cx50un	03un
FIO DE SUTURA AGULHADO 3.0 SEDA cx 25un	03un
FLUOR 200ML	03un
CLOREXIDINA 0,12% 1L	06un
ABAIXADOR DE LINGUA pct 50un	03pct
AGULHA GENGIVAL cx	03un
FOSFATO DE ZINCO PÓ 28g	03un
FOSFATO DE ZINCO LÍQ 10ml	03un
TIRA DE LIXA PAPEL cx 50un	03un
TIRA DE LIXA METAL 4mm pct	03un
PASTA PROFILÁTICA bisnaga	03un
SUGADOR pct 40un	03pct
CERA EM LAMINAS cx	01un



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO H

RELAÇÃO DE PATRIMÔNIO- SAD

Patrimoniados:

Nº 64039 - Celular Smart Preto SAMSUNG
Nº 64040 - Celular Smart Preto SAMSUNG
Nº 64042 - Celular Smart Preto SAMSUNG
Nº 64043 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64044 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64045 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64046 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64047 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64048 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64049 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64050 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64051 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64052 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64053 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64054 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64055 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64056 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64057 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64058 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64059 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64060 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64061 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64062 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64063 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 64064 - Celular Smart Preto MOTOROLA
Nº 66580 - HD EXTERNO
Nº 66581 - Balança Digital
Nº 66582 - Balança Digital
Nº 66583 - Balança Digital
Nº 66584 - Balança Digital
Nº 66623 - Tablet SAMSUNG GALAXY 16 GB
Nº 66626 - Tablet SAMSUNG GALAXY 16 GB
Nº 66627 - Tablet SAMSUNG GALAXY 16 GB
Nº 66628 - Tablet SAMSUNG GALAXY 16 GB
Nº 66629 - Tablet SAMSUNG GALAXY 16 GB
Nº 66630 - Tablet SAMSUNG GALAXY 16 GB
Nº 66631 - Tablet SAMSUNG GALAXY 16 GB
Nº 66632 - Tablet SAMSUNG GALAXY 16 GB
Nº 66633 - Manômetro c/ Fluxômetro
Nº 66863 - Tens Portatil
Nº 66864 - Tens Portatil



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Nº 66865 - Tens Portatil
Nº 66866 - Tens Portatil
Nº 67553 - Tens Portatil 2 Canais
Nº 67557 - Tens Portatil 2 Canais
Nº 67558 - Tens Portatil 2 Canais
Nº 67559 - Manômetro c/ Fluxômetro
Nº 67560 - Manômetro c/ Fluxômetro
Nº 68019 - Manômetro c/ Fluxômetro
Nº 68388 - Tablet Galaxy SAMSUNG
Nº 68389 - Tablet Galaxy SAMSUNG
Nº 69426 - Nebulizador Respiramax
Nº 79375 - Tablet Samsung T290 Qc 32 gb
Nº 79376 - Tablet Samsung T290 Qc 32 gb
Nº 80114 - Ar Condicionado Tempstar HW 12K 220/1 F
Nº 80115 - Ar Condicionado Tempstar HW 12K 220/1 F
Nº 80116 - Ar Condicionado Tempstar HW 12K 220/1 F
Nº 80117 - Ar Condicionado Tempstar HW 12K 220/1 F
Nº 80118 - Ar Condicionado Tempstar HW 12K 220/1 F
Nº 80119 - Ar Condicionado Tempstar HW 12K 220/1 F
Nº 80120 - Multifuncional Tanque de Tinta Ink Tank 416
Nº 81627 - Nebulizador Pulmonar Plus
Nº 81628 - Aspirador Cirúrgico Sec. MA-520 aspiramax
Nº 81629 - Esfigmomanômetro 02 Vias c/ Esteto Infantil
Nº 81630 - Fluxômetro p/ Rede Canalizada O²
Nº 81631 - Oxímetro de Pulso Mod. AS301L
Nº 81652 - Ar Condicionado Split – 12btus 220V – PHILCO
Nº 81866 - Oxímetro de Pulso Pediatrico – Mod. OXIOLPED – G-TECH
Nº 82313 - Cadeira Presidente em Couro Pu Pel-C2652 Preta com Massagem – PELEGRIN
Nº 83319 - Oxímetro de Pulso Portátil Pediatrico- Modelo: OLED-G-TECH – ACCUMED – Lt 222101
Nº 83320 - Balança digital até 10 kg – FATO
Nº 83321 - Oxímetro de Dedo Pediatrico – G-TECH
Nº 83322 - Fluxômetro de Oxigênio – 0-15 LPM – Fêmea – HAOXI
Nº 83323 - Fluxômetro de Oxigênio – 0-15 LPM – Macho – HAOXI
Nº 83324 - Valvula p/ cilindro 02 Saídas de Oxigênio - HAOXI



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO I
LEI MUNICIPAL Nº. 370/2011

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais.

Considerando o disposto no artigo 30, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Considerando que é objetivo da Administração Municipal prestar um serviço de qualidade na defesa do interesse público e do bem comum com o fito de se garantir os direitos fundamentais dos cidadãos insculpidos no Lex Fundamentallis; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

SEÇÃO I
DA QUALIFICAÇÃO

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, à saúde e ao esporte, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

§ 1º As Organizações Sociais cujas atividades sejam dirigidas ao ensino poderão atuar exclusivamente em creches e no reforço escolar.

§ 2º As Organizações Sociais cujas atividades sejam dirigidas à saúde poderão atuar exclusivamente em unidades de saúde, nos Hospitais Municipais e nos equipamentos destinados ao Programa de Saúde da Família.

§ 3º Os contratos de gestão de que trata esta Lei serão submetidos ao controle externo da Câmara dos Vereadores, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas, ficando o controle interno a cargo do Poder Executivo.

§ 4º O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais as pessoas jurídicas que já obtiveram tal qualificação perante outros Entes Públicos, observados os requisitos desta lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como Organização Social:

I - Comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de ter a entidade, como órgãos de deliberação superior e de direção, respectivamente, um Conselho de Administração e uma Diretoria, definidos nos termos do Estatuto, assegurado àquele composição e atribuições normativas e de controle básicos previstos nesta Lei;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da Diretoria da entidade;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no órgão oficial de comunicação do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão com o Município;
- g) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;
- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados;
- j) comprovação dos requisitos legais para constituição de pessoa jurídica; II - ter sede ou filial localizada no Município de São Gonçalo;
- III - estar constituída há pelo menos dois anos no pleno exercício das atividades citadas no caput do art. 1º desta Lei;
- IV - comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação; e
- V - ter a entidade recebido aprovação em parecer favorável, quanto ao

preenchimento dos requisitos formais para sua qualificação como Organização Social, do Secretário Municipal da área correspondente.

§ 1º O Poder Público verificará, in loco, a existência e a adequação da sede ou filial da Organização Social, antes de firmar o contrato de gestão.

§ 2º As entidades qualificadas como Organizações Sociais serão incluídas em cadastro que será disponibilizado na rede pública de dados.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos do respectivo Estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

- I - Ser composto por:
- a) cinquenta e cinco por cento no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
 - b) trinta e cinco por cento de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
 - c) dez por cento de membros eleitos pelos empregados da entidade.
- II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho terão mandato de quatro anos, admitida uma recondução, e não poderão ser:
- a) cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Subsecretários Municipais e Vereadores; e
 - b) servidor público detentor de cargo comissionado ou função gratificada;
- III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no Estatuto;
- IV - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto;
- V - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano, e extraordinariamente, a qualquer tempo;
- VI - os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à Organização Social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;
- VII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem correspondentes funções executivas.

Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser incluídas entre as atribuições privativas do Conselho de Administração:

- I - Aprovar a proposta de contraio de gestão da entidade;
- II - Aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;
- III - designar e dispensar os membros da Diretoria; IV - fixar a remuneração dos membros da Diretoria;
- V - Aprovar o Estatuto, bem como suas alterações, e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

- VI - Aprovar o Regimento Interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;
- VII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações, e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;
- VIII - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria;
- IX - Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

SEÇÃO III
DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o

instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social, com vistas à formação de uma parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas citadas no art. 1º desta Lei.

§ 1º A Organização Social da saúde deverá observar os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no art. 198 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990.

§ 2º O processo de seleção das Organizações Sociais dar-se-á nos termos do art. 24, XXIV, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com processo de seleção devidamente regulamentado pelo Poder Executivo.

§ 3º Nas estimativas de custos e preços realizadas com vistas às contratações de que trata esta Lei serão observados, sempre que possível, os preços constantes do sistema de registro de preços, ou das tabelas constantes do sistema de custos existentes no âmbito da Administração Pública, desde que sejam mais favoráveis.

§ 4º O Poder Público Municipal dará publicidade:

- I - Da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas;
- II - Das entidades que manifestarem interesse na celebração de cada contrato de gestão.

§ 5º É vedada a cessão total ou parcial do contrato de gestão pela Organização Social.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

§ 6º Ficam excluídas do objeto dos Contratos de Gestão as escolas da rede pública municipal de ensino.

Art. 6º O contrato de gestão celebrado pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal competente conforme sua natureza e objeto, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada e seu extrato será publicado no órgão oficial de comunicação do Município.

Parágrafo Único - O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação do Conselho de Administração, ao Secretário Municipal da área competente.

Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os

princípios gerais do art. 37 da Constituição Federal e, também, os seguintes preceitos:

I - Especificação do programa de trabalho proposto pela Organização Social, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - Estipulação dos limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções;

III - Atendimento à disposição do § 2º do art. 5º desta Lei;

IV - Atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no caso das Organizações Sociais da Saúde.

Parágrafo Único - O Secretário Municipal da pasta competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário.

SEÇÃO IV
DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado por Organização Social será fiscalizada pelo Secretário Municipal das áreas correspondentes.

§ 1º O contrato de gestão deve prever a possibilidade de o Poder Público requerer a apresentação pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no órgão oficial de comunicação do Município.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão serão analisados, periodicamente, por comissão de avaliação indicada pelo Secretário Municipal competente, composta por profissionais de notória especialização, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controles interno e externo.

Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na

utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, dela darão ciência à Procuradoria Geral do Município, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 10 - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais à Administração Municipal, ao Tribunal de Contas ou à Câmara Municipal.

Art. 11 - O balanço e demais prestações de contas da Organização Social devem, necessariamente, ser publicados no órgão oficial de comunicação do Município e analisados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

SEÇÃO V

DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS

Art. 12 - As Organizações Sociais serão destinados recursos orçamentários e eventualmente, bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para fins do disposto nesta Lei, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às Organizações Sociais, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 13 - Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo Único - A permuta de que trata o caput dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Prefeito.

Art. 14 - Fica facultada ao Poder Executivo a cessão especial do servidor para as Organizações Sociais, com ônus para origem, durante a vigência do contrato de gestão.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela Organização Social.

§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por Organização Social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

Art. 15 - São extensíveis, no âmbito do Município, os efeitos dos arts. 12, 13 e 14 desta Lei para as entidades qualificadas como Organizações Sociais pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie as normas gerais emanadas da União, bem como os da legislação específica de âmbito estadual.

SEÇÃO VI
DA DESQUALIFICAÇÃO

Art. 16 - O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como Organização Social quando verificado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e do saldo remanescente dos recursos financeiros entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo das sanções contratuais penais e civis aplicáveis à espécie.

Capítulo II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 - A Organização Social fará publicar na imprensa e no órgão oficial de comunicação do Município, no prazo máximo de noventa dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços e obras necessários à execução do contrato de gestão, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 18 - Os Conselheiros e Diretores das Organizações Sociais, não poderão exercer outra atividade remunerada com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Art. 19 - Nas hipóteses de a entidade pleiteante da habilitação como Organização Social existir há mais de cinco anos, contados da data da publicação desta Lei fica estipulado o prazo de dois anos para adaptação das normas do respectivo Estatuto ao disposto no art. 3º, incisos I a IV, desta Lei.

Art. 20 - Os requisitos específicos de qualificação das Organizações Sociais serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, a ser editado no prazo de sessenta dias a contar da publicação desta Lei.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Art. 21 - Todas as publicações feitas no órgão oficial de comunicação do Município, determinadas nesta Lei, deverão também ser disponibilizadas na rede pública de dados.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá disponibilizar na rede pública de dados relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das meias propostas com os resultados alcançados, incluindo a prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA PANISSET
Prefeita



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO J

DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2018

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 370/2011, QUE DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelas Constituições Federal e do Estado do Rio de Janeiro, e pela Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado, na forma das normas anexas ao presente Decreto, o Regulamento Geral de Qualificação e Contratação das Organizações Sociais no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de São Gonçalo.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, e revoga o Decreto n.º a/2015.

São Gonçalo, 17 de janeiro de 2018.

JOSÉ LUIZ NANJI
Prefeito



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO ÚNICO

DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO

CAPÍTULO I DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SEÇÃO I

DOS REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO

Artigo 1º - O pedido de qualificação como Organização Social será encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde, por meio de requerimento escrito, acompanhado dos documentos que comprovem:

- I - ato constitutivo, devidamente registrado, dispondo sobre:
 - a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
 - b) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
 - c) previsão expressa de ter a entidade, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria, definidos nos termos do Estatuto, assegurado àquele composição e atribuições normativas e de controle básicos previstos nos artigos 3º e 4º da Lei Municipal nº 370/2011;
 - d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
 - e) composição e atribuições da diretoria da entidade;
 - f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão com o Município;
 - g) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;
 - h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
 - i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados.
- II - comprovar as exigências legais para constituição de pessoa jurídica; III - Declaração informando que até a assinatura do instrumento de Contrato de Gestão terá sede ou filial localizada no Município de São Gonçalo;
- IV - estar constituída e devidamente habilitada para o exercício pleno das atividades citadas no “caput” do art. 1º deste Decreto.
- V - comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Parágrafo único. A entidade pleiteante deverá apresentar quando da apresentação do pedido de qualificação, seu projeto de alteração do estatuto, na forma do art. 3º, incisos I a IV da Lei nº 370/2011; firmando compromisso pela alteração estatutária no prazo legal.

SEÇÃO II
DO PROCEDIMENTO PARA A QUALIFICAÇÃO

Artigo 2º - Fica instituída a Comissão Qualificadora de Organizações Sociais, que terá competência para decidir sobre os requerimentos de qualificação das organizações sociais no âmbito do Município.

§ 1º A Comissão será designada pelo Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, a quem também caberá a função de presidente.

§ 2º A Comissão se reunirá regularmente em prazo não superior a trinta dias, salvo motivo justificado.

Artigo 3º - A Secretaria Municipal em cuja área de atuação se situar a atividade descrita no artigo 1º da Lei Municipal nº 370/2011, autuará o requerimento e emitirá parecer no prazo de até trinta dias da data do protocolo, quanto ao preenchimento dos requisitos formais para a qualificação.

Artigo 4º - O processo será submetido à Comissão, para análise e decisão quanto à qualificação.

§ 1º A decisão que deferir ou indeferir o pedido de qualificação deverá ser publicada no veículo de comunicação oficial do Município.

§ 2º No caso de deferimento do pedido, o processo será encaminhado para emissão de decreto de qualificação, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da publicação do respectivo despacho.

§ 3º Em caso de indeferimento, a Comissão fará publicar o despacho no Diário Oficial.

§ 4º O pedido de qualificação será indeferido caso a entidade:

I - não se enquadre, quanto ao seu objeto social, nas áreas previstas no artigo 1º da Lei Municipal nº 370/2011;

II - não atenda aos requisitos estabelecidos nos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Municipal nº 370/2011 e neste Regulamento;

III - apresente a documentação discriminada no art. 2º da Lei Municipal nº 370/2011 e neste Regulamento de forma incompleta.

§ 5º Ocorrendo à hipótese prevista no inciso III do § 4º deste artigo, a comissão competente poderá conceder ao requerente o prazo de até 10 (dez) dias para a complementação dos documentos exigidos.

§ 6º As entidades qualificadas como Organizações Sociais serão incluídas em cadastro do Município.

§ 7º A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, cujo pedido for indeferido, poderá requerer novamente a qualificação, a qualquer tempo, desde que atendidas às normas constantes da Lei Municipal nº 370/2011, bem como deste Decreto.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Artigo 5º - Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da organização, que implique mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada, com a devida justificação, imediatamente, à Secretaria Municipal competente na respectiva área de atuação, sob pena de cancelamento da qualificação, publicado no Diário Oficial do Município.

Artigo 6º - As entidades que forem qualificadas como Organizações Sociais serão consideradas aptas a assinar contrato de gestão com o Poder Público Municipal e a absorver a gestão e execução de atividades e serviços públicos e de interesse público nos termos da Lei Municipal nº 370/2011, somente mediante celebração de contrato de gestão.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE GESTÃO SEÇÃO I

DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS DO CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 7º - O contrato de gestão celebrado pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal competente, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada, conforme sua natureza e objeto e terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município.

Parágrafo Único - Poderá figurar como interveniente no contrato de gestão entidade integrante da administração indireta do município.

Artigo 8º - Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os seguintes preceitos:

- I - especificação do programa de trabalho, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;
- II - estipulação dos limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza que vierem a ser percebidas por dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções;
- III - disponibilidade permanente de documentação para auditoria do Poder Público;
- IV - atendimento à disposição do § 2º do artigo 5º da Lei Municipal nº 370/2011;
- V - vedação à cessão total ou parcial do contrato de gestão pela Organização Social;
- VI - atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS; VII - o prazo de vigência do contrato, que deverá ser de até 60 (sessenta) meses, observando sempre o cumprimento das metas estabelecidas, com o percentual mínimo de 70% (setenta por cento) das metas definidas para o período anterior; VIII - o orçamento, o cronograma de desembolso e as fontes de receita para a sua execução;
- IX - estipulação da política de preços a ser praticada para execução das atividades objeto do contrato de gestão;
- X - vinculação dos repasses financeiros que forem realizados pelo Poder Público ao cumprimento das metas pactuadas no contrato de gestão;
- XI - discriminação dos bens públicos cujo uso será permitido à Organização Social quando houver;



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

XII – em caso de rescisão do contrato de gestão, o patrimônio, os legados ou as doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, reverterão ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados. Parágrafo Único - O Secretário Municipal competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário, atendidas as especificidades da área de atuação objeto de fomento, podendo exigir, inclusive, a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras auditadas por auditores independentes.

SEÇÃO II

DA CONVOCAÇÃO PÚBLICA

Artigo 9º - A formalização do contrato de gestão será precedida necessariamente da publicação, no Diário Oficial do Município, de Convocação Pública para Parcerias com Organizações Sociais, da qual constarão:

- I - objeto da (s) parceria (s) que a Secretaria competente pretende firmar, com a descrição sucinta das atividades que deverão ser executadas;
- II - indicação da data-limite para que as Organizações Sociais qualificadas manifestem expressamente seu interesse em firmar o contrato de gestão;
- III - metas e indicadores de gestão;
- IV - limite máximo de orçamento previsto para realização das atividades e serviços, observado o disposto no art. 5º

§ 3º da Lei Municipal nº 370/2011;

- V – critérios técnicos de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
- VI – prazo, local e forma para apresentação da proposta de trabalho;
- VII – designação da comissão de seleção; VIII - minuta do contrato de gestão. Parágrafo Único - As minutas do edital de convocação e do contrato de gestão deverão ser previamente examinadas pela Procuradoria Geral do Município ou, se for o caso de convocação pública pertinente à área da saúde, à Procuradoria- Geral da Fundação Municipal de Saúde.

Artigo 10 - A proposta de trabalho apresentada pela entidade deverá conter os meios e os recursos necessários à prestação dos serviços a serem executados, e, ainda:

- I - especificação do programa de trabalho proposto;
- II - especificação do orçamento detalhado e de fontes de receita;
- III - definição de metas e indicadores de gestão adequados à avaliação de desempenho e qualidade na prestação dos serviços e respectivos prazos de execução;
- IV - estipulação da política de preços a ser praticada, observado o disposto no art. 5º, §3º, da Lei Municipal nº 370/2011 ou atender ao Sistema de Registro de Preços ou tabelas existentes no município;
- V – percentual mínimo de trabalho voluntário.

Artigo 11 - A data-limite referida no inciso II do art. 9º não poderá ser inferior a quinze dias contados da data da publicação da Convocação Pública no Diário Oficial do Município.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Parágrafo Único - No dia seguinte à data-limite, deverá ser publicada em site oficial a relação das entidades que manifestarem interesse na celebração do contrato de gestão, quando houver.

Artigo 12 - Caso não haja manifestação de interesse por parte das Organizações Sociais regularmente qualifica- das, a Secretaria interessada em firmar a parceria poderá repetir o procedimento de convocação quantas vezes forem necessárias.

Artigo 13 - Na hipótese de uma única Organização Social manifestar interesse na formalização do contrato de gestão objeto da convocação, e desde que atendidas às exigências relativas à proposta de trabalho, o Poder Públicopoderá celebrar com essa entidade o contrato de gestão.

Artigo 14 - Em envelope próprio, além do certificado de qualificação, a Organização Social que houver manifestado tempestivamente seu interesse em firmar contrato com o Município, deverá apresentar comprovação:

- I - da regularidade jurídica;
- II - da boa situação econômico-financeira da entidade; III - da experiência técnica da entidade ou de seu corpo técnico para desempenho da atividade objeto do contrato de gestão;

§ 1º A comprovação da boa situação financeira da entidade, prevista no inciso II deste artigo, far-se-á através do cálculo de índices contábeis usualmente aceitos.

§ 2º A exigência do inciso III deste artigo limitar-se-á à demonstração, pela entidade, de sua experiência técnica e gerencial na área relativa à atividade a ser executada, ou pela capacidade técnica do seu corpo dirigente e funcional, podendo ser exigido, conforme recomende o interesse público, e considerando a natureza dos serviços a serem executados e o tempo mínimo de experiência.

SUBSEÇÃO I COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO

Artigo 15 - A Comissão Especial de Seleção, instituída mediante portaria do Secretário competente, será composta por 03 (três) membros, sendo um deles designado como seu presidente.

Artigo 16 - Compete à Comissão Especial de Seleção:

- I - receber os documentos e programas de trabalho propostos no processo de seleção;
- II - analisar, julgar e classificar os programas de trabalho apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no edital, bem como declarar a Organização Social vencedora do processo de seleção;
- III - julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de seleção e processar os recursos;
- IV - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.

SUBSEÇÃO II

JULGAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Artigo 17 - No julgamento dos programas de trabalho propostos, serão observados os critérios definidos no edital, conforme índices de pontuação expressamente determinados, cuja soma equivalha à nota dez.

Parágrafo Único – Será considerado vencedor do processo de seleção o programa de trabalho proposto que obtiver a maior pontuação na avaliação, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção em relação a cada um dos critérios definidos no edital, ao qual deverá ficar objetivamente vinculada.

Artigo 18 - O resultado do julgamento declarando a Organização Social vencedora do processo de seleção será proferido dentro do prazo estabelecido no edital e publicado no Diário Oficial do Município.

Artigo 19 - Decorridos os prazos sem a interposição de recursos ou após o seu julgamento, a Organização Social vencedora será considerada apta a celebrar o contrato de gestão.

Parágrafo único - Os recursos serão interpostos no prazo de 3 dias após a divulgação de que trata o Art. 18.

SUBSEÇÃO III

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 20 - Havendo ou não prévio processo seletivo, antes da assinatura do respectivo instrumento, o contrato de gestão deverá ser aprovado, em sua redação final:

- I - pelo titular da Secretaria da respectiva área de atuação;
- II - pelo Conselho de Administração da Organização Social, ou órgão equivalente no caso do conselho ainda não tiver sido constituído.

Artigo 21 - A Secretaria competente providenciará a publicação do extrato do contrato de gestão, após sua assinatura, no Diário Oficial, e o disponibilizará no Portal da Prefeitura na Internet.

Parágrafo único - A Secretaria competente deverá, ainda, disponibilizar, por meio eletrônico, as metas e os indicadores de desempenho pactuados, devidamente atualizados no Portal da Prefeitura na Internet.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 22 - A execução do contrato de gestão celebrado por Organização Social será fiscalizada pelo Secretário Municipal das áreas fomentadas correspondentes, com o auxílio de Comissão de Avaliação especialmente designada para este fim.

§ 1º O contrato de gestão deve prever a possibilidade de o Poder Público requerer a apresentação, pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Município.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão serão analisados, periodicamente, por Comissão de Avaliação indicada pelo Secretário Municipal, composta por



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

profissionais de notória especialização, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controle interno e externo.

Artigo 23 - Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, dela darão ciência à Procuradoria Geral do Município, Controladoria Geral, Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena, de responsabilidade solidária.

Artigo 24 - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais à Administração Municipal, ao Tribunal de Contas Estadual ou à Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV

DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS SEÇÃO I REPASSE DE RECURSOS

Artigo 25 - Às Organizações Sociais serão destinados recursos orçamentários e, eventualmente, a cessão especial de servidor ou bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para fins do disposto neste Decreto, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social, mediante termo aditivo ao contrato que contemple o aumento proporcional da atividade fomentada.

Artigo 26 - As Organizações Sociais poderão captar, com responsabilidade própria, recursos privados para a execução dos contratos de gestão.

SEÇÃO II

PERMISSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS

Artigo 27 - Os bens públicos permitidos para uso vinculado ao contrato de gestão poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo único - A permuta de que trata o "caput" dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Prefeito.

Artigo 28 - Não poderão ser objeto de permissão de uso para fins de execução dos serviços objeto de contrato de gestão as escolas da rede pública municipal de ensino.

§ 1º Os bens móveis e imóveis objeto da permissão de uso de que trata o "caput" deste artigo deverão ser previamente inventariados e relacionados circunstanciadamente em anexo integrante do contrato de gestão.

§ 2º As condições para permissão de uso serão aquelas especificadas no contrato de gestão.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Artigo 29 - Fica facultada a extensão, no âmbito do Município, os efeitos dos artigos 12, 13 e 14 da Lei Municipal nº 370/2011, para as entidades qualificadas como Organizações Sociais pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie as normas gerais emanadas da União, bem como os da legislação específica de âmbito estadual.

CAPÍTULO V

DA DESQUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Artigo 30 - As Secretarias Municipais competentes nas áreas de atuação referidas no art. 1º da Lei Municipal nº 370/2011, iniciarão o procedimento para

desqualificação da Organização Social, nas hipóteses elencadas neste Decreto.

Artigo 31 - A desqualificação ocorrerá quando a entidade:

- I – deixar de preencher os requisitos que originariamente deram ensejo à sua qualificação;
- II – não adaptar, no prazo legal, seu estatuto às exigências dos incisos I a IV do art. 3º da Lei Municipal nº 370/2011;
- III - dispuser de forma irregular dos recursos, bens ou servidores públicos que lhe forem destinados;
- IV - descumprir as normas estabelecidas na Lei Municipal nº 370/2011, neste Decreto ou na legislação municipal a qual deva ficar adstrita.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo conduzido pela Comissão de Qualificação de Organizações Sociais, assegurado o direito de ampla defesa respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A perda da qualificação como Organização Social acarretará a imediata rescisão do contrato de gestão firmado com o Poder Público Municipal.

§ 3º A desqualificação importará a reversão dos bens cujo uso tenha sido permitido pelo Município e do saldo remanescente de recursos financeiros entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo das sanções contratuais, penais e civis aplicáveis.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 32 - A Organização Social fará publicar na imprensa e no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de noventa dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços e obras necessários à execução do contrato de gestão, e ainda compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Artigo 33 - Os Conselheiros e Diretores das Organizações Sociais não poderão exercer outra atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Artigo 34 - Todas as publicações feitas no Diário Oficial do Município, determinadas na Lei Municipal nº 370/2011.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá disponibilizar na rede pública de dados relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, incluindo a prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

Artigo 35 - O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, bem como pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo da execução do contrato de gestão, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do contrato de gestão pelo órgão interessado.

Artigo 36 - A seleção de pessoal, da mesma forma como a contratação de obras e serviços, deve ser posta em prática através de um procedimento objetivo e impessoal.

Artigo 37 - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA ENTIDADE

Pelo presente instrumento de representação credencio o Senhor (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor (a) da cédula de identidade n.º _____, expedido pelo (órgão)/(UF), devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado à (endereço completo), como meu mandatário, para representar esta Pessoa Jurídica, podendo praticar todos os atos necessários relativos à Chamada Pública de n.º 004/2022.

Preliminarmente, declaro que a nossa Pessoa Jurídica aceita, sem ressalvas, as condições previstas no referido Edital.

São Gonçalo, __ de _____ de 2022.

Assinatura e carimbo do Representante Legal da Pessoa Jurídica



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO / ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

(em papel timbrado da Organização Social)

(nome da Organização Social)

(cadastro de Pessoa Jurídica, CNPJ)

(nome completo e qualificação do representante legal da Organização Social), DECLARO que o(a) Sr(a). (nome completo e qualificação do profissional indicado da Organização Social), profissional indicado por essa Organização Social, realizou visita para fins de vistoria técnica ao (local ou equipamento visitado), acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da Chamamento Público n.º 003/2022, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

Assinatura do Representante Indicado pela FMS-SG

Assinatura do Responsável Legal (ou credenciado) da Organização Social



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não existe fato superveniente ao cadastramento que possa impedir nossa habilitação.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOA DA DIRETORIA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que em nossa Diretoria não há pessoa que participe de outra Fundação Privada ou e que não somos controlados por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra Organização Social.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NÃO POSSUI EM SEUS
QUADROS FUNCIONAIS, PROFISSIONAIS QUE TENHAM OCUPADO CARGO INTEGRANTE DOS
1º E 2º ESCALÕES DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NOS ÚLTIMOS
12 MESES**

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que a Organização Social não possui quadros funcionais, profissionais que tenham ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da estrutura da administração pública municipal nos últimos 12 meses.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A INSTITUIÇÃO NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOA QUE PARTICIPE DE OUTRA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DE QUE NÃO É CONTROLADA POR GRUPO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE CONTROLA OUTRA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que a Organização Social não possui em sua diretoria pessoa que participe da diretoria de outra Organização Social e de que não é controlada por grupo de pessoas físicas ou jurídicas que controla outra organização social.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A INSTITUIÇÃO NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE, E DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS

(em papel timbrado da Organização Social)

(Nome da Organização Social)
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –
CNPJ nº.

(endereço da Organização Social)

DECLARAMOS, sob as penalidades lei, que a Organização Social não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

REPRESENTANTE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL
(Nome, cargo e carimbo da Organização Social)



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

ANEXO IX

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL SITUADO _____,
NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, NESTE ESTADO E DOS BENS MÓVEIS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM: 1) MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ, COMO PERMITENTE, E 2) - _____,
COMO PERMISSIONÁRIO, NA FORMA ABAIXO:

Aos _____ dias do mês de _____ de 2022, na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, situada à Avenida São Gonçalo G2 – Boa Vista - São Gonçalo/RJ, CEP 24466- 970, perante as testemunhas abaixo assinadas, presentes, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 39.260.120/0001-63, órgão da Administração Pública Indireta do Poder Executivo Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0009-50, representado pelo (a) Presidente da Fundação Municipal de Saúde, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, domiciliada à (endereço completo), doravante designado simplesmente PERMISSIONÁRIO, neste ato representado por (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de identidade n.º _____ expedida pelo (órgão)/(UF), devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, domiciliado(a) (endereço completo), é assinado o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL E DE BENS MÓVEIS a título precário, na forma do constante no processo administrativo n.º ____/2022 e que se regerá pelas seguintes normas: Lei municipal n.º 370/2011, regulamentada pelo Decreto municipal n.º 008 de 2018, Lei Orgânica do Município de São Gonçalo, promulgada em 04 de abril de 1990, no que couber, e na forma do instrumento convocatório, aplicando-se a este Termo, irrestrita e incondicionalmente, suas disposições, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto desta permissão de uso o imóvel de propriedade do MUNICÍPIO, situado na _____, no Município de São Gonçalo/RJ, e os bens móveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS

Os bens que terão o uso permitido através do presente instrumento destinar-se-ão, exclusivamente, à prestação de assistência à saúde de usuários do SUS, vedada a sua destinação para finalidades diversas, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A presente permissão de uso se rege pelo disposto na Lei municipal n.º 370/2011, regulamentada pelo Decreto municipal n.º 008 de 2018, no que couber, bem como pelas



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

demais normas legais em vigor ou que venham a ser posteriormente editadas sobre a utilização de imóveis do patrimônio municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

A presente permissão de uso será válida apenas enquanto estiverem em vigor o contrato de gestão, do qual é parte integrante.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONSERVAÇÃO DOS BENS

Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a conservar os bens que tiverem o uso permitido, mantendo-os permanentemente limpo e em bom estado de conservação, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MONTAGENS, CONSTRUÇÕES, BENFEITORIAS

É vedado ao PERMISSIONÁRIO realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização da Fundação Municipal de Saúde, devendo-se subordinar eventual montagem de equipamentos ou a realização de construções também às autorizações e aos licenciamentos específicos das autoridades estaduais e municipais competentes.

Parágrafo Único - Finda a permissão de uso, reverterão automaticamente ao patrimônio do PERMITENTE, sem direito à indenização ou à retenção em favor do PERMISSIONÁRIO, todas as construções, benfeitorias, equipamentos e /ou instalações existentes no imóvel, assegurado ao PERMITENTE, contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhes venham a ser causadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a assegurar o acesso aos bens que tenham o uso permitido aos servidores da Fundação Municipal de Saúde, ou de quaisquer outras repartições municipais, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, da verificação do cumprimento das disposições do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS

O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo PERMISSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens objeto deste termo. Da mesma forma, o MUNICÍPIO não será responsável, seja a que título for por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

CLÁUSULA NONA – DOS OUTROS ENCARGOS

PERMISSIONÁRIO fica obrigado a pagar toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

indiretamente deste termo ou da utilização dos bens e da atividade para a qual a presente permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas e securitários, cabendo ao PERMISSIONÁRIO providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios e legalmente exigíveis.

Parágrafo Único - O PERMISSIONÁRIO não terá direito a qualquer indenização por parte do MUNICÍPIO, no caso de denegação de licenciamento total ou parcial da atividade que se propõe a realizar no imóvel objeto deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OUTRAS RESTRIÇÕES NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO

O PERMISSIONÁRIO reconhece o caráter precário da presente permissão e obrigam-se, por si, seus herdeiros e sucessores:

- a) a restituir os imóveis e os bens móveis ao MUNICÍPIO, nas condições previstas no parágrafo único da cláusula décima terceira, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do aviso que lhe for dirigido, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;
- b) a não usar os bens senão na finalidade prevista na cláusula segunda deste Termo;
- c) a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, os bens objeto desta permissão ou os direitos e obrigações dela decorrentes, salvo com expressa e prévia decisão autorizativa do PERMITENTE e assinatura de termo aditivo para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO

Finda a qualquer tempo a permissão de uso deverá o PERMISSIONÁRIO restituir os bens em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

Parágrafo Único. Qualquer dano porventura causado aos bens que tiverem o uso permitido será indenizado pelo PERMISSIONÁRIO, podendo o MUNICÍPIO exigir a reposição das partes danificadas ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender melhor atenda ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DEVOLUÇÃO DOS BENS

O PERMISSIONÁRIO ficará sujeito à multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do CONTRATO DE GESTÃO, se findada por qualquer das formas aqui previstas a permissão de uso e o PERMISSIONÁRIO não restituir os bens na data do seu termo ou sem a observância das condições em que o recebeu.

Parágrafo único. A multa incidirá até o dia em que os bens forem efetivamente restituídos ou retornem àquelas condições originais, seja por providências do PERMISSIONÁRIO, seja pela



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

adoção de medidas por parte do MUNICÍPIO. Nesta última hipótese, ficará o PERMISSIONÁRIO também responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REMOÇÃO DE BENS

Terminada a permissão de uso ou verificado o abandono do imóvel pelo PERMISSIONÁRIO, poderá o MUNICÍPIO promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do imóvel, sejam eles do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou de terceiros.

§ 1º. Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pelo MUNICÍPIO para local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco pela sua guarda, cujas despesas ficam a cargo do PERMISSIONÁRIO.

§ 2º. Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua remoção, poderá o MUNICÍPIO, mediante decisão e a exclusivo critério do Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo - RJ:

- I) doá-los, em nome do PERMISSIONÁRIO, a qualquer instituição de beneficência ou, quando de valor inexpressivo, deles dispor livremente;
- II) vendê-los, ainda em nome do PERMISSIONÁRIO, devendo, nessa hipótese, empregar a quantia recebida para o ressarcimento de qualquer débito do PERMISSIONÁRIO para com o MUNICÍPIO ou de despesas incorridas, depositando eventual saldo positivo, em nome do PERMISSIONÁRIO, junto a Fundação Municipal de Fazenda. Para a prática dos atos supramencionados, concede o PERMISSIONÁRIO, neste ato, ao MUNICÍPIO, poderes bastantes, com expressa dispensa da obrigação de prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DE PLENO DIREITO

A presente permissão de uso estará rescindida de pleno direito com o término da vigência do Contrato de gestão.

§ 1º. Além do término do contrato de gestão, o descumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, de qualquer das obrigações assumidas dará ao MUNICÍPIO o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente permissão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias.

§ 2º. Rescindida a permissão, o MUNICÍPIO, de pleno direito, se reintegrará na posse dos imóveis e de todos os bens móveis afetados à permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

O PERMISSIONÁRIO será notificado das decisões ou dos despachos proferidos ou que lhe formulem exigências através de qualquer uma das seguintes formas:



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

- I) Publicação em jornal local de grande circulação ou no Diário Oficial do Município se vier a ser criado, com a indicação do número do processo e nome do PERMISSIONÁRIO;
- II) por via postal, mediante comunicação registrada e endereçada ao PERMISSIONÁRIO, com aviso de recebimento (A.R.);
- III) pela ciência que do ato venha a ter o PERMISSIONÁRIO:
 - a) no MUNICÍPIO, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado de repartição do MUNICÍPIO;
 - b) através do recebimento de auto de infração ou documento análogo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RITO PROCESSUAL

A cobrança de quaisquer quantias devidas ao MUNICÍPIO e decorrentes do presente Termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa, na forma da lei.

Parágrafo Único: Por essa via o MUNICÍPIO poderá cobrar não apenas o principal devido, mas ainda juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária, multa contratual, fixada em 10% (dez por cento) do valor do débito, e honorários de advogado, pré-fixados estes em 20% (vinte por cento) do valor em cobrança, além das custas e despesas do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES JURÍDICO-PESSOAIS

O PERMISSIONÁRIO apresenta, neste ato, toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste Termo, que, lido e achado conforme, é rubricado e assinado pelas partes interessadas, pelas testemunhas e por mim que o lavrei.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Organização Social de Saúde

Testemunhas:

Assinatura:

Nome (legível e por extenso):



MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DO SAD

Identidade:

CPF:

Endereço completo: Assinatura:

Nome (legível e por extenso):

Identidade:

CPF:

Endereço completo:

São Gonçalo, 10 de março de 2022.

Edilson Romário Brandão da Silva
Matrícula nº 341.600
Presidente

Thiago Souza de Abreu Ximenes
Matrícula nº 40.824
Membro

Mirielem Miranda Leite da Fé
Matrícula nº 40.810
Membro

Cristiane Feitoza Mendes
Matrícula nº 16.417
Membro

Aprovado por:

DEIVID ROBERT DE CRESCI CAMPOS
Presidente da Fundação Municipal de Saúde
Matrícula nº 40.833